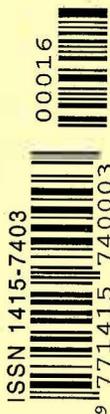
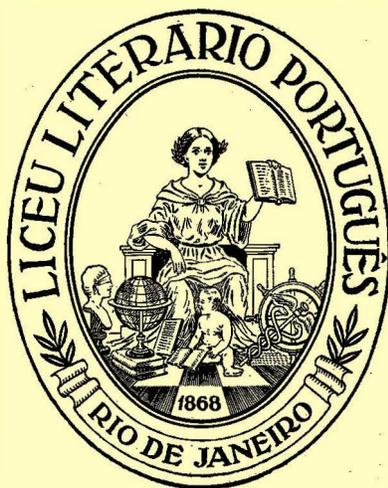


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 16 - 2.º semestre de 1998 - Rio de Janeiro

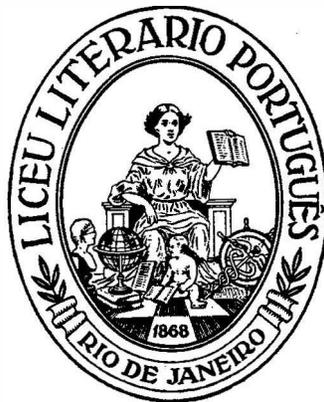
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 16 - 2.º semestre de 1998 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 1997/1998

DIRETORIA

Presidente: Manuel Paulino
Vice-presidente: Francisco Gomes da Costa
1.º Secretário: Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
2.º Secretário: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Tesoureiro: José Ferreira Jorge Neto
2.º Tesoureiro: Manuel José Vieira
1.º Procurador: Henrique Loureiro Monteiro
2.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
Diretora Bibliotecária: Maria Lêda de Moraes Chini
Diretor Cultural: Luiz Fernando Ribeiro Matos
Diretor Escolar: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
Diretor de Divulgação: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Edison Chini
1.º Secretário: Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário: Carlos Jorge Airosa Branco

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Rui Martins Castanheira

Suplentes: Antonio da Silva Correia
Afonso Henrique Saraiva Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Sílvio Elia

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

SUMÁRIO

	Pág.
Sílvio Elia (ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	5
Homenagem a Carolina Michaëlis de Vasconcelos	7
Carolina Michaëlis e a Filologia Românica (W. MEYER-LÜBKE)	9
Bibliografia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (GERHARD MOLDENHAUER)	16
ARTIGOS	
Da negatividade em português	
(SÍLVIO ELIA)	31
Ernst Robert Curtius e sua obra	
(SEGISMUNDO SPINA)	40
Modalidades verbais portuguesas	
(JORGE MORAIS BARBOSA)	49
<i>Origem das letras</i> , de Antenor Nascentes: uma reescrita	
(CLAUDIO CEZAR HENRIQUES)	65
A voz medial: do latim ao português	
(CASTELAR DE CARVALHO)	78
Pronúncia de nomes próprios: o problema Gandavo ou Gândavo	
(EVANILDO BECHARA)	89
Crônicas de Machado de Assis ou crônicas machadianas?	
Aspectos lingüísticos do problema	
(HORÁCIO ROLIM DE FREITAS)	94
TRANSCRIÇÕES	
Machado de Assis e sua orfandade às avessas (HOMERO SENNA)	104
Julius Platzmann (CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS)	106
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	111
RESENHAS CRÍTICAS	
ELIA, Sílvio et al. (org.). <i>Na ponta da língua</i>	
(CASTELAR DE CARVALHO)	122
ALVAREZ, Reynaldo. <i>Galope do tempo</i>	
(ANTONIO BASÍLIO RODRIGUES)	124
VARELA, Maria Helena. <i>Labirintos e mapas</i>	
(ANTONIO BASÍLIO RODRIGUES)	125
COSTA, Marcos de Farias. <i>João Ribeiro. Bibliografia anotada e comentada</i>	
(HILMA RANAURO)	126
MESSNER, Dieter. <i>Dicionário dos dicionários portugueses</i>	
(A. G. CUNHA)	128
NOTICIÁRIO	129
COLABORADORES DESTE NÚMERO	143

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Manuel Paulino

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Manuel Paulino (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 21031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 220-5495 / 220-5445 - Fax: (021) 533-3044

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

SÍLVIO ELIA
(4.7.1913 – 16.11.1998)

Dr. Antônio Gomes da Costa

Este texto da *Confluência* é escrito com muita tristeza – e também com saudade e reconhecimento.

Há poucas semanas, perdemos o Professor Sílvio Edmundo Elia – o grande amigo, o mestre de sempre e o Homem bom e afável de todos os dias. E essa perda atingiu-nos em cheio, como não podia deixar de ser.

Conhecemo-lo há muitos anos. Acompanhamos o seu magistério no Colégio Pedro II e na Universidade. Aprendemos em seus livros. Sentimos o seu carinho e desvelo pela terra e pela gente portuguesa. Guardamos muitas das suas conversas e ensinamentos. Recebemos muitas de suas atenções. Um dia, no Palácio de São Clemente, vínhamos então de assumir a presidência do Liceu Literário Português, fizemos-lhe um convite:

— Professor, vamos criar um Instituto de Língua Portuguesa. A cidade do Rio de Janeiro tem todas as condições para ser um centro de referência nos estudos do Idioma. Reuniremos aqui especialistas de todo o Brasil e do mundo inteiro.

E, numa quase premonição, bordamos o convite: “Assim como o Laboratório de Engenharia Civil, de Lisboa, se transformou num espaço de excelência para os estudos de solos, barragens, de pontes, etc. também nós, consigo, vamos converter o Liceu Literário Português numa instituição de prestígio, talhada para a pesquisa, o ensino, a defesa e a difusão da Língua”.

O professor Sílvio Elia sorriu levemente, perdoou o nosso entusiasmo e não hesitou em aceitar o convite.

— Vamos em frente.

Ele próprio chamou outros mestre e companheiros de jornada: Evanildo Cavalcante Bechara, Gladstone Chaves de Melo, Maximiano de Carvalho e Silva, Antônio Basílio Rodrigues – e logo passamos a reunir-nos para dar corpo

à idéia. Desenhou-se o formato e o organograma; estabeleceram-se os objetivos e escolheram-se os instrumentos para concretizá-los. Queríamos um organismo dinâmico, de estrutura leve, que aproveitasse as infra-estruturas do Liceu e que tivesse, como suporte, a biblioteca e o acervo do Real Gabinete Português de Leitura. Tudo pronto e em 27 de março de 1990 era criado oficialmente o Instituto de Língua Portuguesa.

A partir daí, Sílvio Elia não teve mais descanso – ele que já se dividia por Universidades e por tantas outras instâncias de ensino. Mas começou a organizar cursos e sessões de estudo; a planejar congressos, dois deles de âmbito internacional; a promover encontros de filólogos e gramáticos; a mobilizar professores e alunos para debates; a fazer palestras e mesas-redondas. O Instituto tornou-se a “menina de seus olhos”. A revista *Confluência* passou a ser editada a cada semestre e artigos sobre questões lingüísticas saíam todas as semanas nas páginas do jornal *O Mundo Português*, de sua autoria e de autoria de seus Companheiros. Era uma equipe a funcionar harmonicamente – e não parava nunca. Às vezes, nós, na diretoria do Liceu, custava-nos a dar vazão aos programas, iniciativas e projetos que nos trazia. Era uma entrega de corpo e alma. Sem receber uma recompensa. Até nos esquecíamos de dizer-lhe “obrigado”. E se antes já tínhamos um profundo respeito por Sílvio Elia, por sua obra e por sua vida universitária, por seu bem-querer e por sua simplicidade de grande Homem, nestes últimos 8 anos em que ficamos mais perto dele e durante os quais presidiu a Comissão Diretora do Instituto de Língua Portuguesa, a nossa admiração aumentou – e com essa admiração o reconhecimento devido por tudo aquilo que fez, por amor e por amizade.

Com sua morte perdeu o Brasil um de seus mestres mais notáveis e perdeu Portugal um de seus amigos mais certos e desprendidos. E nós perdemos um admirável mestre e amigo, cujo nome ficará gravado na história do Liceu Literário Português, ao lado dos de Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, como um dos brasileiros mais ilustres que enriqueceram a sua cátedra.

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS**



**CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS
(1851 – 1925)**

CAROLINA MICHAËLIS E A FILOLOGIA ROMÂNICA

W. Meyer-Lübke

No ano de 1876 foi publicado um pequeno livro: *Studien zur romanischen Wortschöpfung*, por Carolina Michaëlis. Era uma surpresa no campo da investigação científica filológica. Jamais havia acontecido que, neste campo de trabalho ainda novo, uma mulher se tivesse anunciado como colaboradora, – nesse campo em que se exigia, dos que nele se propunham trabalhar, uma cultura científica que só os ginásios e as universidades podiam ministrar. Mas, nesse tempo, ainda as universidades alemãs se não tinham aberto à mulher, e menos ainda os ginásios; faltavam as escolas femininas correspondentes, e os liceus femininos mal começavam a desenvolver-se. Era, portanto, uma autodidata, a autora? O livro nada dizia a tal respeito, porque o *curriculum vitae*, indispensável em qualquer dissertação alemã, como apenso destinado a informar o leitor curioso sobre a carreira escolar e universitária do autor, faltava, por se não tratar de uma dissertação de doutoramento. A dedicatória: “Ao meu amigo e professor Carl Goldbeck” não adiantava muito. Com efeito, Goldbeck trabalhara no ramo da lingüística e etimologia do francês e, mais ainda, do inglês arcaico; era amigo de Maetzner, grande investigador das bases científicas da sintaxe e lingüística do francês primitivo; mas de nenhum deles se sabia que tivessem ampliado os seus estudos para além do francês, e a concepção que da ciência das palavras tinham era mais a do filólogo, – a quem importa a interpretação exata do significado de uma palavra, – que a do lingüísta, – a quem seduz o viver e o morrer das palavras. Assim, por este lado também, éramos levados a concluir que a autora devia a si mesma a maior parte do seu saber, hipótese esta que correspondia a um preconceito pouco favorável. De fato, com freqüência o caminho por que víamos enveredar autodidas dos mais talentosos, se antolhava errado e os conduzia a desvios, dos quais não conseguiam mais regressar ao bom campo, resultando inúteis esforços consideráveis; dignos de melhor sorte.

Tanto maior e mais agradável era a surpresa reservada a quem, deixando para trás título e dedicatória, penetrava no texto. Ali se não mostrava sombra de diletantismo: havia a ciência mais severa, perfeitamente à altura do seu

tempo; revelavam-se conhecimentos profundos, ciência baseada em saber, alheia a especulações mais ou menos espirituosas; e imperavam um critério seguro e uma opinião formada, como nem sempre se encontra num primeiro trabalho.

A introdução dizia que seriam objeto de estudo “a verificação da independência das línguas românicas, e a forma como se separaram do latim para seguirem seu rumo e enriquecerem seu vocabulário”. É exatamente na acentuação desta evolução independente das línguas românicas, que se encontra o principal atrativo daquele trabalho: o assunto está tratado com o raciocínio e, ao mesmo tempo, com o coração: não moveu a autora apenas o interesse científico, moveu-a o amor pelo assunto tratado, que tinha de ser reconhecido na sua importância e para o qual tinha de ser conquistada a posição que merecia em relação à ciência tradicional. Eram estes os motivos que ciente ou inconscientemente haviam levado a autora ao seu trabalho.

Ainda então a romanística era pouco apreciada, muito embora contivesse problemas de tanto interesse, como nenhuma das disciplinas congêneres tradicionais. E era isto precisamente o que a jovem sábia pretendia provar, ao mesmo tempo que provaria que uma mulher se poderia medir com o saber dos homens.

A pág. 9 lemos a afirmação, sobre a qual mais tarde o dinamarquês Jespersen baseou o seu célebre livro *Growth of language*: que as modificações de uma língua não são decadência, mas progresso: “No sentido geral pode dizer-se que cada modificação de uma língua é uma evolução progressiva”.

Justificadamente, e na sua modéstia, a autora acrescenta que já J. Grimm se exprimira nesse sentido, nos seguintes termos: “Conclui-se que a língua humana só aparentemente, e olhando a pormenores, retrograda; observada em conjunto, devemos considerá-la em progresso e aumento de sua potência”. São idéias darwinistas que nos surgem no desenvolvimento deste pensamento. A evolução das línguas é uma luta incessante e vitoriosa, na qual não faltam a morte e o aniquilamento, mas em que só desaparecem e soçobram elementos isolados, fracos e impróprios, que cedem o lugar aos mais fortes e adequados.

E veja-se a conclusão que, orgulhosamente, a romanista aplica ao seu campo de estudos especial: “As línguas derivadas estão numa fase de desenvolvimento superior à da língua mãe, ou, se assim o preferirmos dizer: são mais ricas do que esta (pág. 9)”.

A par de afirmações que, hoje, não podem ser consideradas subsistentes, a introdução contém valiosas contribuições sobre a formação das palavras; exemplos do espanhol e do português, para os quais a linguagem familiar e a evolução dos dialetos largamente contribuíram.

Os sufixos são analisados pelo seu valor estimativo; é acentuada a importância dos nomes próprios para a investigação gramatical. O objetivo desta coleção de exemplos, mostrar as razões que levaram às ampliações do vocabulário e a forma como elas se efetuaram; o mesmo, portanto, que descobrir as fontes de formação das línguas. Quem ler agora, meio século passado, essas palavras, encontrará nelas contidas muitas afirmações que atualmente são enunciadas como novos pontos de vista da ciência.

A maneira como é encarada a relação entre os dialetos e a linguagem clássica, não é exata, por ser aquela a que o habitante da grande cidade, desconhecendo a vida rural e o meio rústico, era naturalmente levada. E, todavia, é para notar a nítida compreensão da importância do estudo dos dialetos.

Os conhecimentos gerais sobre a evolução das palavras, próprios daquela época, são expressos por uma jovem erudita, com idéias próprias, proficientemente submetidas à sua crítica, com exemplos tirados de uma língua que, até ali, pouco havia sido utilizada para esse fim; e perspicazmente observados, com conclusões cuja síntese, por exemplo, para os elementos germânicos na língua espanhola, ainda está por explorar devidamente e como merecia.

Uma das origens mais fecundas do aumento dos vocabulários de todas as línguas românicas é o latim, à qual, como língua literária e curial, viva através de séculos, se ia buscar sempre de novo a matéria-prima para novas formas. De aí o haver palavras sob duas formas: uma arcaica, popular, outra posterior, mais próxima do latim. Assim o espanhol *horma* é antigo, *forma* é recente; aquela é a feição arcaica, esta é derivada, como o comprova o *h* da primeira palavra e o *f*, isto é, maior semelhança com o latim da segunda; como o comprova também o significado, que na palavra *horma* indica a sua localização nas camadas populares.

Naturalmente, estas verificações não eram novidade e, antes de Carolina Michaëlis, já o francês A. Brachet publicara um *Dictionnaire des doublets* e A. Coelho escrevera um pequeno trabalho, *Formes divergentes de mots portugais*. Mas a forma como Carolina Michaëlis continuou este estudo para o espanhol, juntando um material muitíssimo mais abundante que o dos seus predecessores, fazendo a crítica severa da coordenação de Brachet, e a própria coordenação por ela feita (à qual ajuntou, unicamente para mais fácil verificação, um índice alfabético), mostram que a autora havia estudado o francês tão bem como o espanhol.

Era natural que, num trabalho desta ordem, tivessem de ser examinadas de novo as origens de muitas palavras. Com efeito, encontramos aí grande número de etimologias novas ou modificadas, muitas das quais pormenorizadamente justificadas, outras só enunciadas ou esboçadas; e, assim, esses

Estudos constituíam uma base para a história do vocabulário espanhol, sobre a qual era preciso trabalhar doravante. Esse trabalho seria uma “Etimologia hispano-portuguesa em via de conclusão”, na qual viriam a ser justificadas e comprovadas as afirmações do primeiro trabalho e estudado todo o vocabulário das duas línguas, sob o aspecto das suas, origens. Semelhante plano não obteve realização. Freqüentes vezes a incansável trabalhadora se lhe refere; ainda ultimamente, na primavera de 1925, a ele se referiu, em conversa comigo; porém os anos vêm acentuar-se as dificuldades que à juventude escapam, ou que ela julga facilmente vencer. O desejo de produzir trabalho perfeito e completo e, ao mesmo tempo, a consciência de que toda a nossa obra é imperfeita e incompleta, – retêm a pena. E, deste modo, também aqui o melhor foi inimigo do bom.

Todavia, D. Carolina Michaëlis possuía todas as qualidades indispensáveis no etimólogo: o conhecimento exato das formas do vocabulário antigo, saber em que poucos a igualavam; finíssimo tato para as mutações de significação; perfeita compreensão das evoluções sônicas; conhecimento suficiente das outras línguas românicas, para poder analisar qualquer palavra da Península Ibérica, sob o ponto de vista geral e sem erro na escala das comparações.

De vez em quando, escolhendo de entre o seu riquíssimo cabedal, trazia à luz alguns dos seus tesouros: como em 1886, quando se tratou de perpetuar a memória dos dois sábios romanistas italianos, – N. Caix e V. Canello, tão prematuramente roubados à ciência, – numa coletânea de trabalhos eruditos; como, quase um decênio depois, com a publicação de 82 etimologias no 3.º vol. da *Revista Lusitana*; como em 1905 no volume publicado em honra do lingüista italiano G. J. Ascoli; em 1908, no 11.º vol. da *Revista Lusitana*; em 1910, na publicação dos *Tratados de Alveitaria e Cetraria* de Mestre Giraldo e, finalmente, no *Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal*, publicado já depois da morte da autora; e em muitas publicações isoladas de que a sua bibliografia dá conta.

Muitos cultivam a arte da Etimologia; muitos dignos dela, muitos outros indignos; e a muitos se afigura simples e fácil. No entanto, julgo que, ciência das mais difíceis, como se depreende de as opiniões divergirem tão fundamentalmente em muitos casos; de fatos, estabelecidos como seguríssimos, caírem por terra, e de haver inúmeras palavras da nossa linguagem atual, cuja evolução está largamente documentada, cujas origens se nos afiguram existir com grande clareza, e cuja explicação, todavia, não conseguimos dar.

Examinando as obras de D. Carolina Michaëlis, é-nos dado afirmar que é notavelmente grande a parte que nelas se pode considerar como pecúlio fundamental e basilar para a ciência, e que o número de interpretações errôneas,

bem resumido em relação à vastidão do trabalho. Este resultado é devido às qualidades a que já me referi: à forma cuidadosíssima, e conscienciosa em extremo, com que trabalhava; à sua profunda ciência; à sua intuição etimológica, que quase espontaneamente lhe indicava a solução verdadeira. Sobre tudo, porém, à sua modéstia científica. D. Carolina não pretendia trilhar caminhos novos, e brilhar, ofuscar com hipóteses ousadas, de insuficientes fundamentos, cuja única utilidade está às vezes na controvérsia que provocam. Punha sob os olhos dos estudiosos, serenamente e sem o menor alarde, aquilo que, serenamente, no seu labor incessante, julgava ter encontrado, acrescentando-lhe a demonstração simples, mas sempre concludente, pela qual chegara ao resultado que apresentava.

É menos vasta a obra da grande romanista nos outros ramos da gramática histórica. Como não podia deixar de ser numa etimologista, possuía vastos conhecimentos da fonética, como o comprovam os seus estudos sobre a história da gramática portuguesa no *Kritischer Jahresbericht ueber die Fortschritte der romanischen Philologie*. É notável um trabalho seu sobre o infinitivo português fletido, pertencente a um capítulo que interessa por igual à sintaxe e às flexões, pela matéria nova que contém, muito embora Schuchardt não concordasse com as suas conclusões. E é interessantíssimo observar como, apesar de reconhecer e prestar homenagem ao alto saber e critério de Schuchardt, ela defende com nobilíssima elegância a sua opinião, buscando novos pontos de vista no seu conhecimento perfeito do uso da língua portuguesa viva, e mostrando estar perfeitamente integrada no sentimento e no espírito da linguagem popular.

Ao lado da investigação lingüístico-histórica, documentada principalmente pelos seus trabalhos filológicos, D. Carolina exerceu uma atividade igualmente intensa e desempenhou um papel do mesmo modo preponderante no campo propriamente filológico. Ambas essas suas atividades se equilibram de uma forma felicíssima. A sua obra filológica, extraordinária, vasta e diversa. Ela tratou com igual amor um Sá de Miranda, poeta do Renascimento; e os trovadores medievais, cujas obras os Cancioneiros trouxeram até nós. Ocupou-se com igual proficiência do popular Gil Vicente, como de um tratado de 1318, do físico de D. Dinis, Mestre Giraldo, sobre as doenças dos cavalos e falcões; interessou-a igualmente Camões, como o vasto romanceiro de hoje. Sempre buscou chegar à perfeita compreensão dos textos, integrar-se na época, na sociedade, nas condições de vida e do tempo em que cada obra tinha sido concebida, porque só assim entendia vir a poder compreendê-la, esclarecer as passagens obscuras, elucidar expressões, corrigir erros de transcrição. Encontramos acumulado um vastíssimo saber sobre os mais variados assuntos nas introduções às suas obras e nas respectivas anotações. É mister fazer a compilação e o inventário sistemático desta erudição, para que possa ter a máxima utilidade,

superior à que resulta do estudo ocasional no momento da leitura do texto a que se refere. O glossário do *Cancioneiro da Ajuda*, reproduzido na *Revista Lusitana*, em 1920, é indispensável a todo aquele que queira estudar textos arcaicos portugueses: é mina de riquezas para a morfologia e para a sintaxe.

Não nos deixou D. Carolina a etimologia geral, mas legou-nos como jóia do maior valor e do mais alto quilate a *História da literatura portuguesa antiga*. Como muitas vezes sucede, devemos a uma causa incidental, a um compromisso contraído com G. Groeber, essa obra, com a qual colaborou na publicação de larga envergadura desse editor, o *Grundriss der romanischen Philologie*. Nesse estudo D. Carolina concentrou, num trabalho de vasto saber, os resultados dos seus escritos esparsos e de um estudo minucioso dos problemas de que ainda se não ocupara, reunindo de tal modo os conhecimentos gerais do nosso tempo sobre a época da literatura portuguesa arcaica, com o seu saber acerca desta, que podemos considerar semelhante obra como o coroamento dos seus trabalhos sobre a história da literatura. Coroamento este que não foi, no entanto, um fecho dos seus trabalhos sobre tal matéria, mas antes o ponto de partida de futuros estudos, visto que a forma resumida e sucinta, com que aí teve de tratar o assunto, sugeriu à infatigável erudita o estudo de novos problemas, aos quais desde logo se dedicou. A sua bibliografia mostra que o ano de 1896, em que foi publicada a *História da literatura*, não fechou de modo algum este ciclo dos seus trabalhos. O processo felicíssimo de combinar os labores de investigação singulares com a síntese geral, – do qual unicamente pode resultar um conjunto de valor duradouro e fecundo, – foi aplicado pela autora com o mais brilhante resultado à exposição por ela feita, referente aos primeiros períodos da história da literatura portuguesa. Valoriza singularmente os seus estudos sobre esta matéria a ausência de divagações retóricas, cuja leitura pode agradar de momento, cuja utilidade, porém, é nula. O seu fim, apresentar ao leitor, com a maior objetividade possível e sem devanear, tudo o que possa servir para a compreensão da obra em si e em relação ao tempo da respectiva criação, para que, adquiridos esses conhecimentos, o estudioso lance mão da obra e se deixe suggestionar por ela, ao sabor do próprio temperamento, do próprio espírito e coração.

O artigo sobre a *História da literatura* tem 167 páginas e termina com Bernardim Ribeiro. A continuação, que começa com Sá de Miranda e se prolonga até João de Deus, foi feita por Teófilo Braga em 84 páginas. Justifica-se a desproporção do tamanho de ambas as partes, pela existência de obras de pormenor e conjunto que abrangem a segunda época, muito embora a sua qualidade nem sempre justifique um juízo benévolo. Para os primeiros séculos da literatura portuguesa, o trabalho tinha de ser feito inteiramente novo em todas as suas partes.

Segundo a tendência geral da época, os estudos de D. Carolina foram concentrar-se principalmente no período literário da Idade-Média. Todavia, um simples golpe de vista sobre a sua edição de Sá de Miranda e sobre os seus trabalhos acerca de Camões, mostram com que amor se dedicou ao estudo das épocas posteriores.

Os seus primeiros trabalhos etimológicos são dedicados principalmente ao espanhol. Só ocasionalmente se ocupa do português, e quase só onde os estudos espanhóis a isso a conduzem. A sua vinda para o Porto despertou, como era natural, maior interesse pelo português, de tal sorte que os papéis se inverteram e, desde então, o espanhol só por ela é tratado quando o seu estudo é destinado a auxiliar a investigação de qualquer problema português.

Sob o aspecto do interesse geral do estudo da Ciência Romanística, devemos considerar essa evolução como uma circunstância feliz; que ela o foi, eminentemente, sob o ponto de vista português, não precisa ser aqui acrescentado. Os livros portugueses dificilmente transpõem a barreira dos Pirenéus, mais dificilmente ainda do que os espanhóis. Foi acaso que o fundador da filologia românica, Frederico Diez, tivesse podido publicar um livro sobre os trovadores portugueses, e é uma exceção que o *Cancioneiro de Resende* haja encontrado editor germânico. Os trabalhos de D. Carolina dificilmente poderiam ter sido publicados fora de Portugal. Assim, a sua obra não só contribuiu para que se fizesse luz sobre a história da língua e literatura portuguesas, como também fez com que, fora de Portugal, se tornasse possível atribuir-lhes o lugar que merecem na vida das línguas românicas em geral.

O trabalho espiritual une os povos e enobrece as relações que o universal comércio cria. Por ele os povos conhecem-se e aprendem a compreender-se e a aquilatar-se pelo justo valor. Por ele os povos são conduzidos a esse ideal da *Civitas*, do qual a Grande Guerra, ainda não terminada, nos afastou tão desmedidamente. Figuras como a desta filha da Alemanha do Norte, que veio encontrar no extremo ocidental e sul do nosso Continente uma segunda Pátria, simbolizam no seu trabalho intelectual esse Ideal a que aspiramos.

BIBLIOGRAFIA DE
D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

A Bibliografia que *Lusitania* tem a boa fortuna de publicar a seguir, foi elaborada pelo Sr. Dr. Gerhard Moldenhauer, Privatdozent da Universidade de Halle (Saale), sob a direção da Senhora D. Carolina Michaëlis, durante uma estada daquele distinto hispanista no Porto. É uma peça verdadeiramente capital, e provinda da excepcional circunstância de a eminente professora – que nunca teve secretários – nela haver cooperado.

A esta Bibliografia terão, pois, de recorrer, de ora em diante, todos os estudiosos que às Obras da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos hajam de vir buscar o seguro ensinamento.

N. da R.

1867

1. *Altspanische Prosadarstellung der Crescentiasage von A. Mussafia.* – Wien, 1866. – ASNSL 41 (1867), 106-12.

1868

2. *Johann Gottfried von Herder, Der Cid...* hrsg. von Julian Schmidt. – Erläuterungen zu Herder's Cid. Leipzig (Brockhaus) 1868, 127-52.

1870

3. *Quindecim signa ante iudicium.* – ASNSL 46 (1870), 33-60. – Cf. Lista, p. 275.
4. *Tres flores del teatro antiguo español: Las mocedades del Cid, El Conde de Sex, El desdén con el desdén.* – Leipzig (Brockhaus) 1870, 348 p. – *Colección de Autores españoles XXVII*, – Cf. JreL XI (1870), 333-4. – Cf. Lista, p. 270.

1871

5. Nachträge zu den Apuntes biográficos y críticos in Band XXVII der *Colección de Autores españoles*. – JreL XII (1871), 37-43.
6. *Romancero del Cid*. – Nueva edición añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances. – Leipzig (Brockhaus) 1871, 368 p. – *Colección de Autores españoles* XXX.– Cf. JreL XII (1871), 415-7. RI (1872), 123-6. – *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura* I (1873-5), 337-41. – Cf. Lista, p. 270.
7. *Fiori della poesia italiana antica e moderna*. – Leipzig (Brockhaus) 1871, 396 p. – *Biblioteca d' Autori Italiani* XI.

1873

8. Étymologies espagnoles. – R II (1873), 86-91.
9. Neues aus Spanien und Portugal. – *Magazin für die Literatur des Auslandes* XLII (Berlin, 1873), 387-9, 400-2, 411-3.
10. *Os Lusíadas*, de Luiz de Camões. – Nova edição, segundo a do Visconde de Juromenha, conforme à segunda publicada em vida do poeta; com as estâncias desprezadas e omitidas na primeira impressão do poema e com lições e notas. – Leipzig (Brockhaus) 1873. VII, 266.

1874

11. Spanische Volkspoesie. – *Magazin für die Literatur des Auslandes* XLIII (1874), 7, 26-7, 44-6.
12. Etymologisches. – JreL – NF I (1874) 202-7, 308-7. – Cf. n.º 17.

1875

13. Hamlet in Spanien. – *Jahrbuch der Deutschen Shakespeare-Gesellschaft* X (Weimar, 1875), 311-54.
14. *Antología Española*. Colección de poesias líricas. Primera parte: Poetas de los siglos XV-XVIII. Leipzig (Brockhaus) 1875. 394 p. – *Colección de Autores españoles* XXXIV.
15. Auguste Scheler. *Dictionnaire d'Etymologie Française...* Bruxelles, 1873. *Bibliographia Crítica* I (1873-5). Porto, 1875, 369-82 – Cf. Lista, p. 271

1876

16. *Studien zur romanischen Wortschöpfung*. – Leipzig (Brockhaus) 1876, VIII, 300. – Cf. ZrPI (1877), 442-6, II (1878), 463-9. – *Jenaer Literaturzeitung*, 1876, 766-8. *Magazin für die Literatur des Auslandes*, (1878), 217.

Göttinger Gelehrte Anzeigen (1877), 1263-70. *Giornale di Filologia Romanza* II (1879), 66-70.

17. Nachträge und Berichtigungen. – *JreL* – NF III (1876), 57-64.

1877

18. A cartilha portugueza e em especial a do Snr. João de Deus, *O Ensino* I (Porto, 1877), no 2, 9-15; no 3, 17-9; no 5, 33-9.

1880

19. Shakespeare in Portugal. – *Jahrbuch der Deutschen Shakespeare-Gesellschaft* XV (Weimar, 1880), 266-97.

20. Etwas Neues zur Amadis-Frage. *ZrP* IV (1880), 347-9

21. W. Storck. *Luis de Camoens' Sämmtliche Gedichte...* Paderborn, 1880-2. 1. Band – *ZrP* IV (1880), 591-609; II. Band – *ZrP* V (1881), 101-36; III. und IV. Band – *ZrP* VII (1883), 131-57. Neues zum Buche der kamonianischen Lieder und Briefe. – *ZrP* VII (1883), 407-53. Neues zum Buche der kamonianischen Elegien. – *ZrP* VII (1883), 494-530; VIII (1884), 1-23. Cf. Lista, p. 269.

1881

22. *Ein portugiesisches Weihnachtsauto.* – Prática de três pastores na noite do Natal – ASNSL 65 (1881) 1-52.

23. Zum Cancionero General de Nagera. – *ZrP* V (1881), 77-9.

24. Zum Cancioneiro Geral. – *ZrP* V (1881), 80-5.

25. Theophilo Braga, *Bibliographia Camoniana servindo de Catalogo official da Exposição Camoniana do Centenario.* – Porto (Typ. Ocidental) 1880. – *ZrP* V (1881) 136-8.

26. *Parnaso de Luis de Camões.* – Edição de Ferreira de Brito, com uma introdução de Theophilo Braga. – *ZrP* V (1881), 393-402.

27. Zum Cancioneiro d'Evora. – *ZrP* V (1881) 565-7 1, VII (1883), 94-9.

28. Julius Platzmann e os seus trabalhos sobre as Línguas Americanas. – *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* I (1881), 3-8.

1882

29. Zur Salman-Morolfssage. – *Beiträge zur Geschichte der Deutschen Sprache und Literatur* VIII (1882), 313-6.

30. A Infanta D. Maria. – *Plutarcho Portuguez* II (Porto, 1882), 25-32.

31. Poesias apocryphas, atribuidas a Camões. *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* II (Porto, 1882), 105-25.

32. Kant e o terremoto de 1755. – *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* II (Porto, 1882), 271-4

33. Palmeirim de Inglaterra. – ZrP VI (1882), 37-63, 216-55.

1883

34. Port. Etymologien. – ZrP VII (1883) 102- 15.

1884

35. Mitteilungen aus portugiesischen Handschriften. I. Der Cancioneiro Juromenha. – ZrP VIII (1884), 430-48, 598-632; IX (1885), 360-74.

1885

36. Studien zur hispanischen Wortdeutung. – *Miscellanea di Filologia dedicata alla memoria dei prof. Caix e Canello*. Firenze (Monnier) 1885, 113-66.

37. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. – Edição feita sobre cinco manuscritos inéditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossário e um retrato. Halle (Niemeyer) 1885. CXXXVI, 949. – Cf. Lista 269.

1886

38. Portugiesische Sprache und Literatur. *Brockhaus' Conversationslexikon*. 13. Auflage, Band 13 (Leipzig, F. A. Brockhaus) 1886, 197-204.

1887

39. O Judeu errante em Portugal. – RL I (1887-9), 34-44.

40. “Hilo português”. – RL I (1887-9), 63.

41. Tangro-mangro. – RL I (1887-9), 66.

42. Materiaes para uma edição crítica do refraneiro português. – RL I (1887-9), 69-72.

43. Etymologias portuguesas. – RL I (1887-9), 117-32, 298-305. [Cf. Lettera aperta do Sr. Stanislao Prato. RL III (1895), 362-5 e contestação da Sra. D. C. M. de V., 365-6.]

44. “A maneira do apiahá”. – RL I (1887-9), 379-81.

1889

45. Contribuições para a Bibliografia camoniana. – CC I (1889-90), 19-25, 58-9, 69-71, 165-7.

46. Materiaes para um índice expurgatório da lírica camoniana. – CC I (1889-1890), 30-2.
 47. “Sete annos de pastor Jacob servia”. – CC I (1889-90), 149-59.
 48. Notas camonianas. – CC I (1889-90), 199-205.
 49. “Justa fue mi perdicion”. – CC I (1889-90), 293-9.
 50. Primeiros anos de Camões. – CC I (1889-90), 373-83.

1890

51. Portugiesische Sprache und Literatur. – *Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte der Romanischen Philologie...* hrsg.v. Karl Volmüller, I (1890), 582-616; IV (1895-6), I, 321-47; II, 187-238.
 52. O Judeu errante em Portugal. – RL II (1890-92), 74-6. Cf. N.º 39 e *Stanislao Prato, Note...* RL VI (1896), 78-9.
 53. Achar menos. – RL II (1890-92), 79-80.
 54. Estudos sobre o romanceiro peninsular. – RL II (1890-92), 156-79, 193-240.

1892

55. Romanzenstudien. – ZrP XVI (1892), 40-89, 397-421.

1893

56. Der portugiesische Infinitiv. – RF VII (1893), 49-122. – Cf. L g r Ph XIII (1892), 197-206.
 57. Zur Cibdáreal-Frage. – RF VII (1893), 123-37 – Cf. R XXIII (1894), 617-8.

1894

58. *Obras de Christovão Falcão*. Edição crítica, anotada p. Epiphanio da Silva Dias. Porto 1893. LgrPh (1894), 267-77.
 59. Kordgien und Dr. C. Michaëlis de Vasconcellos. – *Portugiesischer Sprachführer*. Leipzig (Bibliographisches Institut) 1894. – Neue Ausgabe, 517 p.

1895

60. Duas palavras sobre a colocação do adjetivo em português. – RL III (1895), 84-6.
 61. Fragmentos etymologicos. – RL III (1895), 129-90.
 62. Uma passagem escura do “Chrisfal”. – RL III (1895), 347-62.
 63. Zum *Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. – ZrPXIX (1895), 513-41.

64. Henry R. Lang, *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. – Halle 1894 – ZrP XIX (1895), 578-615.
 65. Publia Hortensia de Castro. – *Arte Portuguesa* I (Lisboa, 1895), 137-40.

1896

66. Visconde de Sanches de Baena, Gil Vicente, Lissabon, 1894. – LgrPh XVII (1896), 87-97.
 67. Adolfo Mussafia *Sull'antica metrica portoghese*. – *Osservazioni...* Wien, 1895. – LgrPh XVII (1896), 308-18.
 68. Anthero e a Allemanha. – *Anthero de Quental, In Memoriam*. Porto (Mathieu Lukan) 1896, 385-425.
 69. “Congresso Feminista de Berlim”. – Série de artigos publicados no *Commercio do Porto* no 275, 277, 280, 281 e 282, 19 a 27 de Novembro de 1896. – (Traduzidos em alemão num jornal de Hamburgo por D. Luísa Ey). Cf. Lista, n.º 118.
 70. Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch. – I. Der Ammenstreit. – ZrP XX (1896), 145-218. II. Ein Mantel-Lied. III. Vom Mittagbrod hispanischer Könige. IV. Penna veira. – ZrP XXV (1901), 129-74. V. Ein Seemann möcht' ich werden, ein Kaufmam möcht' ich sein! VI. Kriegslieder. – Genetes. – Non ven. al mayo! – ZrP XXV (1901), 278-321. VII. Ein Jerusalemspilgrim und andere Kreuzfahrer. – ZrP XXV (1901), 533-60. Anhang zu VII. 669-85. VIII. Tell' Affonso de Meneses. IX. Wolf-Dietrich. X. Das Zwiespaltlied des Bonifacio Calvo. – ZrP XXVI (1902), 56-75. XI. Im Nordosten der Halbinsel. XII. Romanze von Don Fernando. – ZrP XXVI (1902) 206-19. XIII. Don Arrigo. – ZrP XXVII (1903), 153-72, 257-77, 414-36, 708-37. XIV. Guarvaya. ZrP XXVIII (1904), 385-434. XV. Vasco Martinz und D. Afonso Sanchez. – ZrP XXIX (1905), 683-711

1897

71. “Distracciones filológicas. – Carta particular dirigida a E. S. Dodgson, e por ele publicada num jornal de Huelva, intitulado El Defensor, de II de Fevereiro de 1897. Notas autobiográficas”. Cf. Lista, no 122.
 72. Dr. H. A. Rennert... *Der spanische Cancioneiro, des Brit. Mus. Ms. A DD 10 431...* Erlangen 1895. – RF, X, 1. – LgrPh XVIII (1897), 127-43.
 73. Zwei Worte zur Celestina-Frage. – ZrP XXI (1897), 405-9.
 74. Garcí Sanchez de Badajoz. – *Revista Crítica de Historia y Literatura* II (1897), 114-33.
 75. Gracian e Sá de Miranda. *Revista Crítica de Historia y Literatura* II (1897), 212-3.

76. *Geschichte der Portugiesischen Literatur* von... und Theophilo Braga. – *Grundriss der Romanischen Philologie*. II. Band, 2. Abteilung. Strassburg (Trübner) 1897, 129-382. Tradução de Alfonso Hincker em “O Instituto” XLVII (1900), 225-30, 356-66.

1898

77. Wilhelm Storck, *Vida e obras de Luís de Camões*. – Primeira versão do original alemão anotada por... Lisboa, Academia das ciências, 1897-98. 744 p. – Cf. Lista, 269.
78. Portugiesische Literatur. Portugiesische Sprache. *Meyers Grosses Konversations-Lexikon*. 6. Aufl. Leipzig und Wien (Bibliographisches Institut), 1907, Bd. 16, 188-95.
79. Antônio Pena Filho, *Contos maravilhosos para a infância*. Lisboa (Libanio e Cunha) 1898. – Carta-Prefácio sobre “Contos populares portugueses”.
80. P. de Andrade Caminha. – *Poesias inéditas*, publicadas por J. Priebsch. Halle, 1898. *Deutsche Literatur-Zeitung* XIX (1898), 1124-8.

1899

81. Estatinga, estantiga? – *A Tradição*, Ano I, série I, p.161-71, Lisboa (Mendonça & Duarte) 1899. Sep.15 p.
82. Note sur les Bibles portugaises, par Mme. C. M. de V. et S. Berger. R XXVIII (1899), 543-56.
83. Uma obra inédita do Condestavel D. Pedro de Portugal. – *Homenaje a Menéndez y Pelayo. Estudios de erudición española*. Madrid (Suárez) 1899, I, 637-732. – Condestável D. Pedro de Portugal: Tragédia de la insigne reina Doña Isabel. 2a edição revista e prefaciada... Coimbra (I. da U.) 1922, XI, 167. Cf. R XXIX (1900), 314. BH I (1899), 223., Cf. Lista, p. 268.
84. Recuerde el alma dormida... (Duas palavras ao autor da antologia de poetas líricos, III, 100-16; VI, CIV-CLI). RH VI (1899), 148-62.
85. Soror Maria do Divino Coração, superiora do Bom Pastor do Porto. – *O Commercio do Porto*, 28 de Junho de 1899.

1900

86. Notas aos Sonetos anonymos. RH VII (1900) 98-118.
87. Ramón Menéndez Pidal, Estantigua. RH VII (1900), 5-9. Réplica, *ibid.*, 10-9; cf. 390-453.
88. Portugal. Littérature. *La Grande Encyclopédie*, XXVII (1900), 394-7.
89. Lais de Bretanha. – RL VI (1900-1), 1-43. – Cf. R XXIX (1900), 633.

1901

90. *Die Frauenbewegung in Spanien und Portugal. – Handbuch der Frauenbewegung*. I, Berlin (Moeser) 1901, 421-55. Traduzido por Duarte Leite: O movimento feminista em Portugal. *O Primeiro de Janeiro*, 2 a 14, 16, 18 de Setembro de 1902. (Nos 215-19, 221).
91. *Pedro de Andrade Caminha*. Beiträge zu seinem Leben und Wirken, auf Grund und im Anschluss an die Neuausgabe des Dr. Josef Priebisch. RH VIII (1901) 338-450.
92. Zum Cancioneiro de Modena. RF XI (1901), 201-22.
93. Yengo (Engo) – Enguedat – Engar. *Miscellanea Linguistica in onore di Graziadio Ascoli*, Torino (Loescher) 1901, 523-37. – Cf. R XXX (1901), 576-7.
94. R. Foulché-Delbosc, *Comedia de Calisto y Melibea...* Barcelona-Madrid, 1900. 2. Ders., Observations sur la Celestine. Paris. 1900. LgrPh XXII (1901), 19-32.
95. *La Celestina*, Tragicomedia de Calisto y Melibea por Fernando de Rojas... ed. D. Marcelino Menéndez Pelayo. Vigo, 1900 LrPh XXII (1901), 32-8. – Cf. 70.

1902

96. Fried. Aug. von Ammon, *Deveres maternos e educação primeira da infância*, traduzido... pelo Dr. Albino Moreira de Sousa Baptista... Revista e prefaciado por D. C. M. de V. Porto (Figueirinhas) 1902, 16 p.
97. Observações sobre alguns textos lyricos da antiga poesia peninsular. RL VII (1902), 1-32.
98. Dizer d'algum cobras e lagartos. RL VII (1902) 232-9, Cf. 230-2.
99. Nuevas disquisiciones acerca de Juan Álvarez Gato. – RL VII (1902), 241-3.
100. Notas camonianas. – *Homenagem a Camões* (Porto, 1902), 26-48.
101. *A Infanta D. Maria de Portugal (1521 a 1577) e as suas damas*. – Porto (Sousa & Irmão, 1902) 12 1 p. Cf. Lista, p. 269. – Cf. 70.

1903

102. Tostia. R L VIII (1903-5), 2212. – Cf. 70.
103. *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada. Vol. I. – Texto, com resumos em alemão, notas e esquemas métricos. Halle (1904), XXVIII, 924. – Vol. II. – Investigações bibliographicas, biographicas e historico-litterarias. Halle (Niemneyer) 1904. 1001 p. – Cf. *Mélanges Chabaneau*, Erlangen 1907, 339-85. – ASNSL 121 (1908), 197-208; 122 (1909), 193-206. – ZrP 32 (1908), 129-60, 290-311, 385-99. – Cf. 70.
104. Henry R. Lang, *Cancioneiro Gallego-Castelhano*. Vol. I: Text, Notes and Glossary. New-York – London. Z r P XXVIII (1904), 200-31.

1905

105. *Obras de Luís de Camões: Os Lusíadas*. Bibliotheca Romanica 10 (1905), 86 p.; 25 (1906), 76 p.; 45 (1907), 80 p.; 51 (1908), 104 p.
106. As capellas imperfeitas da Batalha e a lenda das devisas gregas. – *A Arte e a Natureza em Portugal* V. Porto (Biel & Co) 1905, 5 p.
107. As capellas imperfeitas e a lenda das devisas gregas. Porto, 1905. 14 p. – Cf. Lista, n.º 110.
108. Algumas palavras a respeito de pucaros de Portugal. BH VII (1905), 140-96. 2.ª ed. (revista e aumentada). Coimbra (I. da U.), 1921. VII, 90. – *Subsídios para a Historia da Arte Portuguesa* II.
109. Zum Sprichwörtertschatz des Don Juan Manuel. – *Bausteine zur romanischen Philologie*. Festgabe für Adolfo Mussafia. Halle (Niemeyer) 1905, 594-608.
110. Tausend portugiesische Sprichwörter. *Festschrift zum siebzigsten Geburtstage Adolf Tobler's*. Braunschweig (1905) 13-48. – Cf. RL IX (1906), 182-6.
111. Enger, incar. Zu Zschr. XXVIII, 364. ZrP XXIX (1905), 601-17.
112. Lucius Andreas Resendius, inventor da palavra “Lusíadas”. *O Instituto* LII (1905), 241-50.
113. Lucius Andreas Resendius Lusitanus. *Arquivo Historico Portuguez* III (1905), 161-78. – Cf. 70.

1906

114. Bussaco. – *A Arte e a Natureza em Portugal* VI. Porto (Biel & Co) 1906.
115. *Manual de conversação, alemão-português*. Destinado a collegiaes e viajantes por Jaime Connor e... Heidelberg (J. Groos) 1906. VIII, 230.
116. José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Paginas avulsas*. Porto (Chardron) 1906. Preâmbulo, XI-XVI.
117. *Contos cor de rosa*, traduzidos por Henrique Marques Júnior. Lisboa, 1906. Preâmbulo. 36 p.

1907

118. Arredores de Coimbra. – *A Arte e a Natureza em Portugal* VII. Porto (Biel & Co) 1907, 4 p.
119. Tanty F., *Grammatica Franceza...* Segunda edição revista por Gaston de Boucher e... Heidelberg (J. Groos) 1907. VIII, 499.
120. Estudos sobre o romanceiro peninsular, romances velhos em Portugal. *Cultura Española*. Madrid, VII (1907), 767-803, VIII (1907), 1021-57, IX (1908), 93-132, X (1908), 435-512, XI (1908), 717-58, XIV (1909), 434-83, XVI (1909), 697-732. – Cf. ASNSL 126 (1911), 261-9.

1908

121. Contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas hispánicas. – RL XI (1908), 1-62. [Cf. A. R. Gonçalves Viana, *Léxico Português*, RL XI (1908), 238-47]. – Cf. RL XI (1908), 238-47. – Cf. 120.

1909

122. Notas ao Cancioneiro inédito. – RH XXI (1909), 362-70.
– 123. Taibo. – RL XII (1909), 133-8. – Cf. 120.

1910

124. Investigações sobre sonetos e sonetistas portugueses e castelhanos. – RH XXII (1910), 509-614.
125. Trindade Coelho, *Autobiographia e Cartas*. Com um prefácio (p. XI-XXV) de D. C. M. de Vasconcellos. Rio de Janeiro – S. Paulo Belo Horizonte (A Editora) 1910.
126. *As cem melhores poesias (líricas) da língua portuguesa*. – London – Glasgow (Gowans & Gray), 1910, XX, 236. – Cf. Lista, 270.
127. Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria. – RL XIII (1910), 149-432. – Sep.: Parte I: Estudo literário; parte II: Estudos etimológicos. Contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas románicas peninsulares. – Lisboa (Imprensa Nacional), 1911, 312 p.

1911

128. A ortografia nacional. – *O Primeiro de Janeiro*, n.^{os} 61 a 63, de 15 a 17 de Março de 1911.
129. Novos estudos sobre Sá de Miranda. – *Boletim da Segunda Classe, Atas e Pareceres, Estudos, Documentos e Notícias*. Vol. V (1911), 9-230.

1912

130. Sobre um verso de Gil Vicente. Carta aberta a Henrique Lopes de Mendonça. *Diário de Notícias*, 4 de Fevereiro de 1912. – Reimpressa na RL XV (1912), 271-41, Cf. 268-71, 275-89.
131. *Filologia portuguesa*. Preleções feitas pela Exma Sra D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Doutora em Filologia ao curso do 1.^o ano da Faculdade de Letras de 1912-1913. – Coimbra (Tip. Commercial) 1912, 153 p. – [Id. até] *Filologia portuguesa...* de 1913-1914. Coimbra (Neves & Vieira) s. a., 94 p.

132. Historia de uma canção peninsular: “Ven muerte, tan escondida”. – *Scritti varii di Erudizione e di Critica in Onore di Rodolfo Renier*. – Torino (Bocca) 1912, 627-49.

1913

133. *Notas Vicentinas*. Preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente. I: Gil Vicente em Bruxelas. RUC I (1912), 205-93, Cf. 212. II: A rainha velha e o monologo do vaqueiro. RUC VI (1917), 263-303. III: Romance à morte del Rei Dom Manuel e à aclamação de Dom João Terceiro. RUC VII (1918), 35-61. IV: Cultura intelectual e nobreza literária. Coimbra (I. da U.) 1922. 439 p. (Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. IX). – Resenha em *Correio de Coimbra*, III, 26 de Julho de 1924 por Mendes dos Remedios.
134. *Lições praticas de português arcaico*. Leitura e explicação de textos dos séculos XIII e XIV. (Em facsimiles de manuscritos antigos), feitas pela Exma. Sra. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Doutora em Filosofia, coordenadas por Francisco Pinto d’Almeida. – Coimbra (Minerva Central) 1913. 151 p.

1914

135. *A Saudade portuguesa*. – Divagações filológicas e literar-históricas em volta de Inês de Castro e do cantar velho “Saudade minha? Quando te veria?” – Edição da Renascença Portuguesa. Porto (1914) 144 p. 2ª edição revista e acrescentada, 1922. 190 p.
136. O Marramaque. – *O Arquivo Histórico Português IX* (1914), 163-76.
137. D. Francisco Manuel de Melo. Notas relativas a manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da U. de C.* I (1914), 329-46; II (1915) 20-32, 53-64. – Cf. 131.

1915

138. Este es el Calbi Orabi. – R L XVIII (1915), 1-15 Sep.: Notas sobre a Canção perdida: Este es Calbi Orabi. – Porto (Sequeira), 1915, 16 p.
139. A propósito de Martim Codax e das suas cantigas de amor. – RFE II (1915), 258-73.

1916

140. João Lourenço da Cunha a “Flor de Altura” e a cantiga Ay donas por que em tristura? – RL XIX (1916), 5-26.

1917

141. Etymologische Einfälle. – R L XX (1917), 316-9, – cf. 319-21. Carta do Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos a propósito das quatro etimologias precedentes. – Cf. 133.

1918

142. Introdução a lições de Filologia portuguesa na Universidade de Coimbra. Curso de 1917-18. RL XXI (1918), 5-32.
143. O lais galego-português; Leonoreta fin roseta! e as origens do adjetivo “fin”. *Lusa*, Revista de Viana-do-Castelo, II (1918), 113-7.
144. Notulas sobre cantares e vilhancicos peninsulares e a respeito de Juan del Enzina. – RFE V (1918), 337-66.
145. No seio da Virgem-Mãe. *Lusa* II (1918-9), 145-6, cf. 152. – Cf. 133.

1919

146. Ernesto Monaci. RL XXII (1919), 249-52. – Sep.: Edição corrigida de um artigo da *Revista Lusitana*, vol. XXII. – Porto (Tip. Sequeira) [1919] 8p.
147. André de Resende e a crônica do Mouro Rasis. – *O Archeologo Português* XXIV (1919-20), 177-93.
148. O vilancete de Luís de Camões aos olhos-Gonçalves, P-7-26. II. O imperfeito do conjuntivo da língua latina e sua evolução portuguesa para infinito pessoal, p. 27-46. [Precede uma carta] ao Exmo Sr. Professor José Maria Rodrigues, p. 3-6. – *Boletim da Segunda Classe*, vol. XII (1917-18), 289-331. Coimbra (I. da U.) 1920, 46 p.

1920

149. Glossário do Cancioneiro da Ajuda. – RL XXIII (1920), 1-95.

1921

150. Ricardo Jorge, *A intercultura de Portugal e Espanha...* com um prefácio (p. XIII-XXIV) da Professora D. C. M. de V. – Porto (Araújo e Sobrinho) 1921. – Cf. 108.

1922

151. *Autos Portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina*. Edición facsimil con una introducción. Madrid, 1922. 129 p.

152. *O romance de Amadis*, composto sobre o Amadis de Gaula de Lobeira, por Affonso Lopes Vieira. – Lisboa (Sociedade Editora Portugal-Brasil, 1922. – Prefácio (p. XIII-XLI) de C. M. de V. – Cf. no 158. – Reimpresso na nova edição (texto definitivo) de 1926.
153. *Estudos Camonianos. I. O Cancioneiro Fernandes Tomás*. Índices, nótulas e textos inéditos. Coimbra (I. da U.) 1922.IX, 171.
154. No seio da Virgem-Mãe. Considerações sobre a história de uma quadra popular. Viana-do-castelo (Biblioteca da Revista Lusa), 1922, 12-21, cf. nº 145.
155. Dr. J. M. Teixeira de Carvalho, *Notas de um Escrivão do Povo*. – Com um Prefácio (p. V-XIX) de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. – Coimbra (I. da U.) 1922.
156. Uriel da Costa, notas relativas à sua vida e às suas obras. – Coimbra (I. da U.) 1922. 180 p. – (Publicado pelo) Instituto de Estudos históricos e filosóficos. – Cf. 133, 135.

1923

157. *Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão. Obras*. – Nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. – Coimbra (I. da U.) 1923, 2 Vol. Vol. I: [D. c. M.] 322 p. Vol. II: [B. F.] 157 fol. *Biblioteca de escritores portugueses*. Série A.

1924

158. *Le Roman d'Amadis de Gaule*. Reconstitution du Roman Portugais du XIII^e siècle par Affonso Lopes Vieira. Traduite en Français par Philéas Lebesgue, avec des bois de René Blot d'après d'anciennes gratures. Paris (Claude Aveline) 1924, Préface (p. 23-44).
159. Uriel da Costa. Notas suplementares relativas a sua vida e sua obra. – L fasc. I (1924) 5-22.
160. A questão da naturalidade de Diogo Bernardes e Frei Agostinho da Cruz. (Carta aberta ao Exmo Sr. Juiz de Direito Antônio de Magalhães Barros de Araujo Queiróz). *Almanaque de Ponte de Lima* de 1923. Ponte de Lima, 1924. 291-7
161. A arte na escola. – *Educação Nova* I (1924). no 2, p. 1.
162. Nota critica a “Contos e Lendas da nossa terra” de Maria da Luz Sobral. – *Renascença Portuguesa* (Porto, 1924), 195-9.
163. Em volta de Sancho II. – L II, fasc. I (1924), 7-25.
164. *Nótulas relativas a “Menina e Moça” na edição de Colônia (1559)*. – Coimbra (I. da U.) 1924. 28 p.

165. *Estudos Camonianos. II: O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro.* – Coimbra (I. da U.) 1924. 129 p.

1925

166. *Miscelas Etimológicas. Homenaje a Menéndez Pidal.* Madrid (Editorial Hernando) 1925. Tomo III, 441-73.
 167. Pedro, Inês e a Fonte dos Amores. – L II (1925), 159-182.
 168. *Nótulas Histórico-Literárias.* – *Biblos* I (1925), 364-6

sem data

169. *Literatura antiga portuguesa.* – *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, VII, 3081-3100. Sociedade Internacional. Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Paris.
 170. *Gil Vicente.* Biblioteca Internacional de Obras Célebres, VIII, ... (?).

Obras Completas de Gil Vicente, ed. fac-simile conforme a de 1562. Prefácio. (No prelo da Biblioteca Nacional de Lisboa).

Resumo das publicações

- I. Em livro: 2., 4., 6-7., 10., 14., 16., 38., 59., 77., 103., 105., 115., 119., 126., 131., 134-135., 151., 153., 157., 164-165.
 II. Em coleções ou revistas: 1., 3., 5., 8-9., 11-13., 17., 20., 22-24., 27-37., 39-57., 60-63., 65., 68-71., 73-76., 78-81., 93., 97-102., 106-114., 118., 120-124., 127-130., 132-133., 136-149., 154., 156., 159., 163., 166-170.
 III. Introduções e críticas: 15., 21., 25-26., 58., 64., 66-67., 72., 79-80., 94-96., 104., 116-117., 125., 150., 152., 155., 158.
 IV. Filologia românica em geral: 12., 16-17., 111., 146.
 V. Língua e literatura portuguesas: 9., 10., 18-22., 24-27., 31., 33-35., 37-38-56., 58-68., 70., 75-82., 85-86., 88., 91-92., 97-108., 110., 112-118., 120-145., 147-170.
 VI. Língua e literatura espanholas: 1., (2)., 4-6., 8-9., 11., 13-14., (20)., 23., 36., 57., 72-74., 83-84., 87., 90., 93-95., 97., 109., 120-121., 124., 127., 132., 138., 150.
 VII. Filologia francesa e italiana: 7., 15., (89)., 119.
 VIII. Assuntos vários: 28-30., 32., 69., 71., 96.

Lista de abreviaturas

- ASNSL – Archiv fuer das Studium der neueren Sprachen und Litteraturen
ASNL – NF – como acima – Neue Folge
BH – Bulletin Hispanique
CC – Circulo Camoniano
JreL – Jahrbuch fuer romanische und englische Litteratur
L – Lusitania – Lisboa
LgrPh – Litteraturblatt fuer germanische und romanische Philologie
R – Romania
RF – Romanische Forschungen
RFE – Revista de Filologia Española
RH – Revue Hispanique
RL – Revista Lusitana
RUC – Revista da Universidade de Coimbra
ZrPh – Zeitschrift fuer romanische Philologie
hrsg. v. – herausgegeben von: *editado por*
I. da U. – Imprensa da Universidade

Lista – Carolina Michaëlis. Lista dos seus escritos, publicados de 1876 a 1911 por Leite de Vasconcellos em: Boletim da segunda classe da Academia das ciências de Lisboa V (1921), págs. 246-297

Sep. – Separata. Foram publicadas Separatas de quase todos os artigos aparecidos em revistas. Só se acham mencionadas quando o título principal ou o seu conteúdo tiveram alteração.

DA NEGATIVIDADE EM PORTUGUÊS

Sílvio Elia
UFF

A realidade é positiva, o *não* vem depois. Já a primeira frase que se proferiu no primeiro dia da Criação revestia a forma afirmativa positiva. Está no cap. I do *Gênesis*: “Deus disse: *Fiat lux, et lux facta est*” (para ficarmos na versão latina, mais universal). Já Aristóteles, no *Perì hermeneías*, 5, afirma claramente: “A primeira espécie de discurso declarativo é a afirmação; a seguinte, a negação”. Cito pela edição francesa com notas de J. Tricot. E é a nota 2, da p. 84 que passo a transcrever:

apóphansis, *lógos apophantikós* é a proposição, o discurso declarativo de atribuição em geral; chama-se *prótasis* enquanto premissa de um silogismo (...) e as *Analíticas* o empregam exclusivamente nesse sentido. A proposição afirmativa diz-se *katáfasis* e proposição negativa, *apófasis*.

A afirmação é a *primeira* espécie do discurso declarativo, tendo-se tomado o cuidado de tomar *prótos* no sentido forte, habitual em Ar., de primordial: a afirmação é anterior à negação, como a posse à privação. Cf. *Anal. post.*, I, 25, 86 b 33: *edè kataphatikè tēs apophantikēs protéra kai gnorimotéra; de Coelo*, II, 3, 286 a 25.

E a razão está bem explícita: a negação é privação, é falta. Portanto o que existe é o *ser*; o *não-ser* é a falta do *ser*, por conseguinte o não existente como forma e substância. Não há oposição entre o *ser* e o *não-ser* e sim sempre entre o *ser* e o *ser*. O que separa um ser de outro ser é a diferença, e a diferença antes complementa que opõe. Por isso a diferença não contraria necessariamente, o normal é a aproximação, como se pode constatar até na culinária.

Convém lembrar que Chomsky, na versão original de sua gramática gerativa, exposta em *Syntactic Structures*, 1957, admite uma oração nuclear (*kernel sentence*, idéia tomada a Zellig S. Harris), de forma declarativa, afirmativa, ativa, a que se aplicam transformações obrigatórias ou facultativas (distinção abandonada posteriormente). Assim a interrogação e a negação são transformações. De fato, parece-me que, em todas as línguas conhecidas, é da afirmação positiva que se passa para a negativa.

Como sabemos, os processos de negativização variam de uma língua para outra, embora as divergências não sejam grandes. Cremos que, de maneira geral, podemos agrupá-los em três categorias: prosódicos, gramaticais e lexicais.

O aspecto prosódico é dominado pela entoação. O poder da entoação é muito grande e consegue até transformar o *sim* em *não*.

Roman Jakobson, no artigo publicado, em tradução, sob o título “Linguistique et Poétique”, na coletânea *Essais de Linguistique Générale*, (1963:215), conta-nos que um ator do teatro de Stanislavski, em Moscou, recebeu desse famoso diretor o pedido de que lhe desse quarenta mensagens diferentes da expressão *Segodnya večerom* “Esta noite”, variando-lhe os matizes expressivos. O nosso ator fez uma lista de quarenta situações de caráter emotivo e pronunciou a referida expressão adaptando-a às exigências emocionais de cada situação. Quando testadas, a maior parte das mensagens foram descodificadas corretamente por ouvintes moscovitas.

No Brasil, temos uma experiência semelhante. Há uma gravação do grande ator que foi Procópio Ferreira, na qual Procópio emite a expressão “E eu mereço isto” com variadas entoações, cada uma das quais corresponde a um estado de espírito que o ouvinte descodifica corretamente.

Aliás, a questão é antiga e já ocupa lugar saliente na Retórica Clássica. Também figura normalmente nos manuais de Estilística. Em um dos nossos, e dos melhores, a autora, Prof.^a Nilce Sant’ Anna Martins, observa que “É sobretudo a entoação que indica se as nossas palavras estão no seu sentido próprio ou oposto, se estamos sendo sinceros ou irônicos” (1989:60).

Lembro um caso típico do falar brasileiro*, em que o *sim* vale *não* e o *não* vale *sim*. Trata-se das expressões *Pois, não* e *Pois, sim*. A primeira é positiva, apesar do *não*; a segunda pode ser positiva ou negativa.

Busco um exemplo ao conto “Linha reta e linha curva”, pertencente a *Contos Fluminenses* e inserto na *Obra Completa*, de Machado de Assis, em ed. da Aguilar. Eis o trecho:

– Eu me faço explicar, disse o velho tomando um ar risonho. Dê-me o seu braço...

– Pois não!

E os dous seguiram conversando como dous amigos velhos. (II, 1995:133)

Agora um exemplo positivo de *Pois, sim*, também de Machado:

– Antes sábado, emendei.

– Pois sim, concordei. (“Umas férias”, em *Relíquias de Casa Velha*, 1985, II:702)

* O meu ponto de referência é a fala do Rio de Janeiro, o que não exclui a existência do mesmo fato em outras regiões do país; ao contrário, o pressupõe.

E outro de *Pois sim* negativo. Colhi-o em *Angústia*, de Graciliano Ramos:

- O senhor é duro, seu Ramalho, arrisquei.
 - Pois sim, respondeu o homem arquejando por causa da asma.
- É que vivo no toco, roendo um chifre. (1953:51)

Cumpra acrescentar que o Autor esclarece que “seu Ramalho tinha o hábito de obedecer”.

Como distinguir então o *Pois sim* positivo do negativo? Pela entoação. O *Pois sim* positivo é pronunciado com a entoação normal da língua portuguesa; o *Pois sim* negativo se emite num tom mais alto, ou seja, com elevação da voz no final da expressão, o que contraria o ritmo normal de nossa língua.

Júlio Moreira, em seus *Estudos da Língua Portuguesa*, em frases exclamativas, em razão da ironia, nota que o advérbio *bem* assume sentido negativo. Exemplifica: “Bem sabe ele lá dessas coisas!”, “Bem sabe ele lá disso!”. E comenta: “Estas orações equívalem a: não sabe nada dessas coisas, não sabe nada disso” (I, 1922:161).

Há um emprego de *não*, com valor estilístico, em que o advérbio se despe de seu valor negativo e, ao contrário, assume um aspecto positivo de tom salutar. João Ribeiro, em sua *Gramática Portuguesa*, refere-se ao fato nos seguintes termos: “Uso elegantíssimo da negativa é o de exprimir-se por ela um fato desejado e agradável à alma”. Exemplifica: “Que doce não era a vida / No róseo albor da existência” (1923:204). JR não dá a fonte, mas só pode ser Casimiro de Abreu em *Meus oito anos*. Acontece, porém, que Sousa da Silveira, em *Obras de Casimiro de Abreu*, assim transcreve esses versos: “Que doce a vida não era / Nessa risonha manhã!”, que deve ser a versão autêntica, entre outras razões, porque o esquema rimático exige *manhã* para rimar com *irmã*.

Do ponto de vista gramatical, só nos vamos ocupar com as palavras ditas gramaticais: pronomes, advérbios, preposições, conjunções.

Pronomes de sentido negativo, temo-los entre os indefinidos: *ninguém*, *nada*, *nenhum*; de *nehures*, “em nenhum lugar”, não trataremos por se tratar de forma arcaica.

Todos esses três pronomes são de origem latina e em latim são formas compostas de palavras ou pronomes de sentido positivo, o que comprova uma vez mais a precedência da forma positiva. Assim *nemo* “ninguém” é contração de *ne homo*, ou seja, para nós “nenhum homem”; *nihil* “nada” é contração de *ne hilum*, por *neque hilum*; *hīlum* é o ponto negro das favas e portanto é como se disséssemos “nem um pontinho”; *nullus* procede de *ne ullus*; “nenhum”; *ullus* é um diminutivo de *unus*.

Em latim, como se sabe, duas negativas na mesma frase se destroem, isto é, passam a valer por uma afirmação, parcial ou geral. Assim, do pronome *nullus* pode-se formar *nonnullus*, que passa a significar “algum”; mas, se a negativa se refere ao predicado, então a afirmação passa a ter caráter de generalidade, como nisto de Sêneca: *nulli non ad nocendum satis virium est* “para prejudicar há sempre em todos alguma disposição” (Sên, *Ep.*, 105).

No latim vulgar, a negativa passa a receber reforço. Esse fato é normal nas diferentes línguas e já ocorria no próprio latim literário.

A esse propósito, observa muito bem o saudoso mestre, Prof. Teodoro Henrique Maurer Jr., em sua *Gramática do Latim Vulgar*:

O uso da dupla negação com valor intensivo é notável, quando nos lembramos de que na língua literária duas negações se anulam. Para explicar o uso vulgar temos de partir, portanto, não do uso clássico, mas de uma tradição sintática independente. (1959:212).

E, adiante, insiste: o caráter vulgar desta construção é confirmado pelo uso panromânico da mesma”. Eis alguns exemplos: *Nimic nu* e mai pretios decât sănătatea (rom.) “Nada é mais precioso do que a saúde”; *non* hai concluso *nulla* (it.) “não terminei nada”; je *ne* vois *pas* la lune “não vejo a lua” (fr.); *no* veo a *nadie* (esp.) “não vejo ninguém”; *não* vejo *nada* (ptg.).

Em nossa língua, nenhum dos pronomes indefinidos negativos procede diretamente das formas latinas correspondentes; continuou o processo de criar nova forma, negando a forma positiva. Assim *ninguém* não provém de *nemo* e sim **ne* (por *nec*) *quem*. Da mesma forma, em outras línguas românicas: esp. *ninguno*, de *nec unu*; fr. *personne* (< *persona*) faz-se acompanhar da negativa *ne*, o mesmo com *aucun* (de *alicunu*, redução de *aliquem unum*); esp. *nadie*, de uma forma arcaica *nadi*, que uns fazem provir de *nati*, pl. de *natus*, outros de analogia com *otri* (< *alteri* “outros”), forma também arcaica, havendo sido acrescentado o *-e*, por analogia com *ese*, *este*, segundo Pidal; rom. *niciun*, de *nec* (< *neque unu*, com a forma masc. *niciunul* e fem. *niciuna*; it. *nessuno*, de *nec ipsu unu*).

Essa dupla negativa com valor positivo é, portanto, panromânica. Contudo, no português moderno, as duas negativas não devem anteceder o verbo. Sobre o quesito, ouçamos a Said Ali:

Entende a gente de letras, pelo contrário, que negar o negado equívale a afirmar; mas abre exceção – (...) – desde que o novo termo negativo não anteceda o advérbio *não*. Segundo essa doutrina, aceita na linguagem literária do port. mod. é lícito dizer: “Na feitoria não havia nem um só prego” (seguem-se outros exemplos).

E logo abaixo:

Diferentemente de nós, e de acordo com a linguagem vulgar, os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo. (*Lex.*, 1921:188).

Said Ali dá a seguir alguns exemplos, de que selecionaremos apenas dois: “*Nem doo nom avedes de mi*” (*Aj.* 218), “*Nenhum nom lhe soube dizer*” (*Zur., C.P.*, 237).

Esse uso, como se sabe, é muito próprio da fala popular brasileira, principalmente a interiorana. De Amadeu Amaral, p. ex., em seu já clássico *O dialeto caipira* é esta afirmação:

O emprego de duas negativas – ninguém não, sem não, etc., assim contíguas, – vulgar na sintaxe portuguesa quinhentista, mas hoje desusado na língua popular de Portugal, e na língua culta tanto lá como cá, – é obrigatório no falar caipira: *Nem eu num disse – Ninguém num viu – Nenhum num fica.* (1920: 65)

Desse depoimento da parte sul do país passemos ao hemisfério norte e demos a palavra a Mário Marroquim, autor de *A Língua do Nordeste*. Aludindo ao que chama de “reforço da negativa”, nota que essa necessidade “faz-se sentir igualmente depois de outra palavra de valor negativo”. E dá de José Lins do Rego este exemplo extraído de *Menino de Engenho*: “Ninguém não vê nem um pé de cana” (1934:198). Tendo em vista que, no português arcaico, encontra-se construção similar, poder-se-ia aventar a hipótese de que se trata da conservação de um arcaísmo, já que, como é notório, encontram-se fatos similares nos falares brasileiros, em particular da zona rural? Ou, por outro lado, tratar-se-ia de um desenvolvimento autônomo do português do Brasil? Não é fácil responder. No entanto, Mário Marroquim foi peremptório: “Não se deve procurar na negativa dialetal influência da língua arcaica. É um fenômeno surgido dentro do quadro da nossa própria evolução lingüística” (op. cit.: 200).

Quod erat demonstrandum.

Outro advérbio que exprime negação no português do Brasil, e de maneira enfática, é *absolutamente*. Ocorre em frase como: “Creio que devemos vender a fábrica. Estás de acordo?” – “Absolutamente”. Entenda-se: “De forma alguma”. Contudo podia-se também entender em sentido positivo, e é com esse valor que o advérbio é usado em Portugal.

Preposições

Costumam ser divididas em essenciais e acidentais. Das essenciais, a mais importante, de sentido negativo é *sem*, à qual podemos juntar a preposição *contra*.

Sem é de uso muito freqüente e ocorre seguido de substantivo (caiu sem vida), com infinitivos (saiu sem dizer palavra), de oração integrante (saiu sem que dissesse palavra) e até como prefixo (sensabor). Por não ter concorrente, está sempre à mão para novas formações. Hoje, p. ex., fala-se e escreve-se muito a respeito de invasões de propriedades rurais, pelos *sem terra*. Não podemos deixar de exprimir a nossa estranheza ante o fato, pois o Brasil é um país de grande extensão territorial, onde talvez ainda haja terras por descobrir. Ainda recentemente, no capítulo relativo à demarcação das terras indígenas, houve tribo de algumas dezenas de milhares de almas que recebeu extensão de terra capaz de abrigar um estado da Federação brasileira. Por outro lado, temos recebido imigrantes que se instalaram em nosso território, onde hoje são proprietários rurais cultivadores de produtos agrícolas, que lhes permitem viver digna e folgadoamente. Penso, pois, que o problema seria mais bem encaminhado dentro da lei e do espírito democrático. Do contrário estaríamos no prelúdio da emergência dos *sem teto* (e aqui retorna a nossa preposição), com a conseqüente invasão urbana de residências particulares. Vejam até onde pode levar-nos a negatividade de uma preposição! Aliás, é grande a produtividade da preposição *sem*; em muitos casos, a sua junção a um substantivo praticamente equívale à formação de um termo novo. É o que se dá, p. ex., em *sem fim* (infinitivo), *sem cor* (incolor), *sem fé* (infiel), *sem dor* (indolor), *sem barba* (imberbe), etc. Nesses casos, a palavra equivalente foi formada com o prefixo latino *in*; mas também pode ocorrer o prefixo grego *a(n)*. Ex.: *sem pátria* (apátrida), *sem deus* (ateu), *sem moral* (amoral), *sem política* (apolítico), etc. Ocasionalmente pode aparecer o prefixo *des-*, mas temos de reconhecer que é um tanto inadequado, pois o prefixo *des-* se refere a ação, ao passo que os prefixos *in-* e *a(n)-* exprimem estado. É, p. ex., o caso de *descamisado*, que se deve entender ao pé da letra como “sem camisa”, mas que passa a significar “que tirou a camisa”. Pode mesmo acontecer que o vocábulo preposição se torne um morfema prefixo. Já vimos o caso de *sensabor*. A solução do *Pequeno Vocabulário Ortográfico* ainda em vigor é considerar tais casos como palavras compostas e usar então a preposição unida ao substantivo por meio de um hífen. Registra o PVOLP como formas vocabulares: *sem-família*, *sem-fim*, *sem-justiça*, *sem-luz*, *sem-nome*, *sem-número*, *sem-par*, *sem-partido*, *sem-pátria*, *sem-pudor*, *sem-razão*, *sem-sal*, *sem-segundo*, *sem-termo*, *sem-ventura*, *sem-vergonha*, *sem-cerimônia*. *Sem dúvida* (não consta da relação), teríamos ainda de acrescentar *sem-terra* e *sem-teto*.

Outra preposição de valor negativo é *contra*. Possui, porém, um traço sêmico que a distingue de *sem*. Esta é negativa, acrescida do traço sêmico de *privação*, ao passo que *contra* é negativa mais o traço sêmico de *oposição*. A preposição *contra* é muito usada na formação de compostos. De acordo com o vocabulário ortográfico em vigor, terá de unir-se por hífen à palavra a que se associa quando esta começar por vogal, *h*, *r* ou *s*. Nos demais casos, há simples justaposição. A preposição correspondente de origem grega, *anti*, é muito produtiva e pode aparecer unida a palavras de qualquer outra origem. Assim, em *antítese*, *antipatia*, *antigramatical*, *antibiótico*, todos os radicais são de origem grega. O mesmo já não ocorre em muitas outras palavras, todas elas neologismos: *anticomunista*, *antinazista*, *antinatural*, *antipopular*. São estes os chamados hibridismos.

Conjunções

Conjunção de sentido negativo só temos a aditiva *nem*, equivalente a *e não*. A sua origem, como se sabe, está no latim *nec*. Não há conjunção subordinativa negativa. Existia em latim *ne*, que podia ter valor integrante ou final. Mas não se conservou entre as línguas românicas.

Adendo

Falamos a propósito de *sem* e *contra* do prefixo *des*. O sentido próprio do prefixo, quando ligado a tema verbal, é o de prática de ação contrária à do sentido do verbo primitivo. É o que se dá em *desfazer*, *despregar*, *desautorizar*, etc. Em tal sentido tornou-se muito freqüente em nossos tempos, como sinal de um estado de espírito das novas gerações. Não era, nem é simplesmente o propósito de “contestar”, o que é próprio das novas gerações na sua tendência para opor-se às gerações anteriores. Trata-se de algo mais grave, ou seja, da preocupação de negar, de ir do pensamento à ação, de *desfazer*, enfim. Cumpre *desmistificar* e *desmitificar*, *desinibir*, *desrecalcar*, *desestruturar*, *desconstruir*, e outros *des*. Com esta última palavra, aproximamo-nos do desconstrutivismo, de Jacques Derrida.

Derrida começa por contestar a forma pela qual a Filosofia se tem realizado, ou seja, uma “metafísica da presença”. E aqui já tem início o avocar a prioridade da *ausência*. Em seu livro sobre a *Desconstrução*, Jonathan Culler diz o seguinte:

Uma desconstrução incluiria a demonstração de que para que a presença operasse tal como se afirma, há de possuir as qualidades que supostamente pertencem a seu oposto, a ausência. Assim, em lugar de definir a ausência

em termos de presença, como sua negação, podemos tratar a presença como efeito de uma ausência generalizada ou, como (...) de *différance*. (1984:87-88)

Esse desfazimento, esse desestruturar, que talvez não passe de outra coisa senão o “avesso do mundo”, não seria o prelúdio do caos? E essa interpretação do mundo como *caos* e não como *cosmos* não seria talvez o signo do que se vem chamando pós-modernidade? Registraremos estas palavras de Ihab Hassan, em seu artigo “Toward a concept of Postmodernism”, inserto na coletânea *A Postmodern Reader* (da qual Derrida é um dos colaboradores) assim se manifestou:

O Pós-Modernismo volta-se para todas essas coisas que implicam um movimento diferente, senão antitético, na direção de procedimentos penetrantes, ações ubíquas, códigos imanentes, média, línguas. (1993:283)

Eis aí. Se não quisermos ter de andar de cabeça para baixo, o jeito é voltar correndo para Aristóteles.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Amadeu (1920). *O Dialecto Caipira*, São Paulo, Casa Editora O Livro.
- ARISTÓTELES (1984). *Organon*, Paris, J. Vrin, nova tradução e notas por J. Tricot.
- ASSIS, Machado de (1985). *Obra completa II*, org. de Afr. Coutinho, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic Structures*, The Hague, Mouton.
- CULLER, Jonathan (1976). *Saussure*, Glasgow, Fontana / Collins.
- HASSAN, Ihab (1993). Toward a concept of Postmodernism. *A Postmodernism Reader*, State University Press.
- JAKOBSON, Roman (1963). *Linguistique et Poétique, Essais de Linguistique Générale*, Paris, Minuit.
- MARROQUIM, Mário (1934). *A Língua do Nordeste* (Alagoas e Pernambuco), São Paulo, Editora Nacional.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna (1989). *Introdução à Estilística*, São Paulo, T.A. Queiroz.
- MAURER Jr., Th. Henrique (1959). *Gramática do Latim Vulgar*, Rio de Janeiro, Acadêmica.
- MOREIRA, Júlio (1922). *Estudos de Língua Portuguesa*, primeira serie, 2.^a ed., Lisboa, Clássica Editora.

- RAMOS, Graciliano (1963). *Angústia*, 6.^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- REGO, José Lins do (1972). *Menino de Engenho*, 17.^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- RIBEIRO, João (1923). *Grammatica Portugueza*, curso superior, 20.^a ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- SAID ALI, M. (1921). *Lexeologia do Portuguez Historico*, São Paulo, Melhoramentos.
- SÊNECA (1962). *Lettres à Lucilius* (livres XIV-XVIII), ep. 105, Paris, Les Belles Lettres.
- SILVEIRA, Sousa da (1960). *Lições de Português*, 6.^a ed. melhorada, Rio de Janeiro, Livros de Portugal.

(Comunicação apresentada à 1.^a Semana de Estudos Portugueses, realizada no Liceu Literário Português, de 24 a 27 de outubro de 1995)

ERNST ROBERT CURTIUS E SUA OBRA*

Segismundo Spina
USP

A primeira metade do séc. XX, especialmente nos anos que antecederam e sucederam as duas Grandes Guerras, foi sacudida por uma revoada de peripécias intelectuais, ainda que algumas delas não tivessem sido fruto das contingências históricas: em 1915, Heinrich Wölfflin, na linha de seu trabalho inicial de 1888 sobre a *Renascença e o Barroco*, culmina a sua interpretação das duas artes com a publicação de *Conceitos fundamentais na história da arte*; como partisse de uma visão puramente estilística, formalista do fenômeno barroco, inclusive privilegiando quase exclusivamente a arte italiana, acabou por suscitar o surgimento de outra obra, não menos extraordinária: a de Werner Weisbach, que em 1921, como contrapeso da obra de Wölfflin, surge com o *Barroco: arte da Contra-Reforma*, um penetrante estudo dos fundamentos psicológicos dessa arte, concentrado preferentemente na arte espanhola; em 1918 surge a obra avassaladora de Oswald Spengler, inspirada em Goethe (pelo método) e em Nietzsche (pelos problemas que levanta), sobre *A decadência do Ocidente*, escrita durante os estertores da 1.^a Grande Guerra, uma visão da história universal, aparentemente otimista porque subestimava a recuperação dos valores humanos se dissociada do culto da máquina; em 1923 desponta em Leiden, na Holanda, o trabalho de Johan Huizinga sobre o *Outono da Idade Média*, uma interpretação fascinante da crise da inteligência nos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos; em 1925, na Dinamarca, publica Valdemar Vedel o 1.^o volume do seu apaixonante trabalho sobre os *Ideais da Idade Média*, que haveria de terminar em 1931 com o 4.^o vol., nos quais estuda os quatro tipos fundamentais em que se desenvolve a vida na Idade Média: a vida dos heróis, a romântica cavaleiresca, a vida urbana e a vida conventual. Conhecida a obra especialmente através da tradução espanhola, vale lembrar que o tomo 3.^o é apenas uma adaptação do original danês; na Inglaterra, Arnold

* O presente trabalho também aparece como introdução que o consagrado filólogo paulista preparou para a reedição da obra de E. R. Curtius pela EDUSP/HUCITEC, S. Paulo, 1996.

Toynbee, nas vésperas da 2.^a Grande Guerra, publica o seu não menos monumental *A study of History* (em 10 volumes, previstos para 30, saídos entre 1934 e 1954); finalmente, em 1948 sai em Berna, pela Editorial Francke, a obra do romanista Ernst Robert Curtius, *Literatura Européia e Idade Média latina* (*Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*), cuja repercussão suscitou a sua tradução para várias línguas; essa obra vinha culminar os seus ensaios preparatórios concebidos desde 1932 e publicados, a maior parte deles, na *Zeitschrift für Romanische Philologie* e nas *Romanische Forschungen*.

As duas obras, a de Huizinga e a de Curtius, bem como a de Américo Castro *La realidad histórica de España* (saída também em 1948 – com o título de *España en sua historia*) e ainda a *Mimesis* de Erich Auerbach (publicada em Berna pela mesma Editorial Francke dois anos antes da de Curtius), têm como instrumentos fundamentais os textos literários, e como método a Filologia. Por isso mesmo foram consideradas por nós como os maiores monumentos da Filologia neste século, da Filologia na sua função transcendente, isto é, quando o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, um objeto de exegese gramatical, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo interpretar a vida espiritual de um povo (como é a obra de Américo Castro), de uma comunidade (como é a de Huizinga) ou até de uma civilização – como é o caso da obra de Curtius, objeto agora de nossas reflexões.

Já em 1947, no prefácio que preparou para a 1.^a edição, Curtius renunciava o que a crítica posterior haveria de apontar na sua obra: o seu caráter fragmentário, que ele explicava pelas condições em que realizou o seu trabalho, ausente das fontes de informação – especialmente da Biblioteca universitária de Bonn, que em 1944 havia sido destruída pelos ataques aéreos da 2.^a Grande Guerra. Erich Auerbach, que em plena guerra ministrava cursos em Istambul, também longe das bibliotecas européias e norte-americanas, desprovido completamente de instrumentos de trabalho, acabou por brindar, não só aos estudantes turcos mas a todos aqueles que se interessam pelos problemas literários e filológicos, com a sua utilíssima *Introduction aux études de philologie romane*. Não seria ocioso lembrar que, pelos mesmos motivos, a obra portentosa de Gerolamo Lazzeri, *Storia della letteratura italiana dai primi secoli agli albori del Trecento*, deixasse de ter o 2.^o vol. publicado, porque os ataques aéreos da 2.^a Guerra destruíram o parque tipográfico da Editora Hoepli em Milão, onde se achavam os originais desse trabalho. Como se sabe, trata-se de uma antologia, em formato grande, executado com primorosa artefaria gráfica, que acompanha e ilustra a *História da literatura italiana* de Francesco de Sanctis, trabalho sem par na bibliografia literária mundial, todo ilustrado, com centenas de textos fixados criticamente, comentados, enriquecidos de resenhas bibliográficas, numa apresentação material luxuosa e hoje extrema-

mente raro. Desastradamente Lazzeri não pôde ultrapassar o séc. XIII, que aborda os poetas do *dolce stil novo*.

No fundo – como se vê – estes monumentos da inteligência européia guardam entre si um relativo parentesco, ou nas vicissitudes de suas realizações, ou no propósito de surpreender as características e o mecanismo das formas bem como o destino da cultura ocidental, centrados na Antigüidade Clássica, na tradição cristã e na civilização das duas Idades Médias. Apenas Spengler e Toynbee avançam os limites geográficos e cronológicos de sua filosofia da história; e Auerbach extrapola a parábola literária de Curtius, chegando até Wirginia Wolf em 1927. Curtius estancou o seu percurso em Goethe, em princípios do séc. XIX. É dentro dessa linha que se situaram as investigações de Curtius: partir da Antigüidade Clássica, passando pela romanidade medieval, com o propósito de demonstrar, em meio ao caos espiritual de sua época, a unidade da cultura ocidental, no tempo e no espaço, através de suas manifestações literárias.

Partindo do princípio de que até o seu tempo a literatura medieval permanecia mal estudada e conseqüentemente mal entendida (porque se podiam contar nos dedos os filólogos da latinidade medieval e os praticantes da ciência literária), Curtius liberta-se das visões puramente nacionais e seccionadas por uma periodologia de caráter exclusivamente pedagógico para uma interpretação da cultura literária da Europa latina em seu conjunto. Curtius transcendeu curiosamente a tradicional vocação germânica para o conhecimento profundamente especializado: sua obra revela o amplo domínio que atingiu da história e da ciência da literatura, da filosofia, da técnica filológica e das diferentes formas de vida do mundo medieval. Sim, porque a literatura européia é uma “unidade de sentido”, que escapa à nossa compreensão quando subdividida – diz o próprio Autor. Sua obra é uma fotografia fiel desse domínio, inclusive sempre atualizado na bibliografia pertinente. Nas suas perquirições, entretanto, Curtius não leva em conta a Arte, porque esta, ao contrário da Literatura, não é portadora de pensamentos; não significa o “presente eterno” que é privilégio das Letras, pois só estas possuem o condão de estabelecer a presença de Homero em Vergílio, de Vergílio em Dante, de Sêneca e Plutarco em Shakespeare, de Eurípidés em Racine e Goethe, da própria *Odisséia* em James Joyce. É esta visão diacrônica, dinâmica e ecumênica que norteia a obra do grande romanista. Não se trata de uma nova e original história da literatura medieval européia, mas de uma fenomenologia dessa literatura, cujos ingredientes serão objeto de nossa exposição.

Após conceituações genéricas e panorâmicas a propósito da literatura européia, da latinidade medieval e da România (com o seu séquito de termos cognatos nas línguas recentemente providas do latim vulgar), conceituações

necessárias porque a partir delas o Autor vai desdobrar o leque de suas investigações, Curtius coloca como frontispício do seu trabalho o estudo das artes liberais, fixadas, no fim da Idade Média, em número de sete, numa seriação em que compõem, as três primeiras, o *Trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e as quatro seguintes o *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia); mas apenas as duas primeiras artes do Trivium (Gramática e Retórica), que se relacionam com a Literatura, constituem o seu campo de observação e análise, bem como toda a constelação de temas que gravitam na órbita dessas duas artes: as universidades, a tópica (normativa e histórica), a Natureza (como deusa soberana e potência cósmica), o metaforismo, o estilo medieval, o heroísmo, a paisagem ideal e suas formas, o alegorismo e as relações entre a Poesia e a Filosofia, a Poesia e a Teologia, as Musas inspiradoras, a luta entre Antigos e Modernos, o maneirismo, o livro como símbolo, os gêneros literários e a erudição dantesca nas suas implicações com o mundo medieval. Curtius procurou evitar o desenvolvimento das notas bibliográficas e elucidativas a fim de não tornar fatigante a leitura da obra, e remeteu para uma segunda parte do trabalho pequenos ensaios como “excursos” (em número de 25), onde desenvolve o tratamento de problemas que poderiam sobrecarregar a exposição fundamental da matéria. É importante observar que os “Excursos” VII a XII constituem fragmentos de uma “História da teoria da Poesia” (*Dichtungstheorie*).

O fascínio que desperta a defesa de sua tese – a indestrutível organicidade espiritual da cultura do Ocidente expressa na sua literatura – só se consegue mediante a leitura integral da obra, complementada com os “excursos” finais. A feição fragmentária da matéria exposta – como se fora um mosaico – impede inclusive um exame sumário do trabalho. Por isso mesmo vamos pôr em destaque alguns de seus capítulos sobre os quais nos permitimos fazer algumas observações e possíveis restrições, mais por insuficiência exemplificatória do que por discordância das formulações do Autor.

Um dos temas mais significativos e que maior repercussão alcançaram na crítica especializada é o que Curtius denomina de *Tópica*. No afã de demonstrar a unidade cultural da Europa, a investigação consistiu em estabelecer a continuidade histórica de certas formas de conduta, cristalizadas em fórmulas que se tornaram chavões, lugares-comuns, e, nascidas na antiguidade clássica e românica, circularam até depois da Renascença (é o topos exordial, o da invocação da natureza, o da palavra consolatória, o do *florebat olim...*, o do mundo às avessas, o do menino-ancião etc.). As restrições que se fizeram ao seu estudo sobre a *tópica* podem reduzir-se a duas mais importantes: o material tópico é propriamente um arquivo morto, porque rola através dos tempos, sem recriação; o exame da reprodução tópica pode conduzir-nos à errônea suposição

de que se trata de uma continuidade histórica do tópicos, quando muitas vezes pode acontecer que se trata de casos de poligenesia literária. Alhures já estudamos o tópicos do “mundo subvertido”, onde procuramos mostrar que Curtius deve ter feito confusão quando misturou nesse outros tópicos, como o do *florebat olim...* e o da seriação de *impossibilia (adynata)* (Ver nosso estudo *Florebat olim..., Revista de História*, São Paulo, 13(27): 73-80 jul-set. de 1956, em 1961 reproduzido em nossa tese de Livre-docência *Do formalismo estético trovadoresco*, págs. 163-176).

Na análise da paisagem ideal (no tópicos do *locus amoenus*) deixou de abordar um dos problemas mais polêmicos da poesia dos trovadores: o artifício da *Natureingang*, o tópicos do prelúdio primaveril, tão ocorrente nos poetas medievais da Provença, da Itália e da Alemanha. Ainda no seu estudo da paisagem épica, Curtius chega ao romance cortês do séc. XII, mas deixa de lembrar, ao menos, a belíssima e conhecidíssima descrição da Ilha Enamorada no canto IX d’*Os Lusíadas*. Aliás, Curtius parece desconhecer a poesia épica e lírica de Camões, pois o nome do poeta surge apenas uma vez em sua obra, quando fala do maneirismo; mas surge em meio a uma lista de nomes, e, como Curtius analisa a obra de Gracián sobre a “agudeza”, deve ter sido lá que encontrou o nome do épico, a quem Baltasar Gracián elogia como um extraordinário criador de conceitos. E é por isso que Curtius também deixou de referir a passagem camoniana ligada à tópicos exordial, em que o poeta, logo no início do poema, põe em relevo a aventura dos navegantes lusos “por mares nunca dantes navegados”; como é de estranhar também que camonistas ilustres, desde Manuel de Faria e Sousa no séc. XVII, não invocassem como possível imitação de passagem semelhante no poema épico *Teseida* (12, 84) de Boccaccio, que diz: “... queste onde, non sulcate mai / Davanti a te da nessun altro ingegno”. O próprio José Maria Rodrigues, nas suas meticolosas *Fontes d’Os Lusíadas*, onde dedica um capítulo sobre as leituras camonianas da obra de Boccaccio, não faz alusão à passagem. A fonte do tópicos nos parece indiscutível, pois Camões conhecia Boccaccio, cuja *Genealogia deorum* forneceu ao poeta luso o seu conhecimento de mitologia clássica. Por outrolado, quando Curtius aborda o tópicos do “elogio exagerado” ou do “panegírico hiperbólico”, deixou também de apontar a frequência do seu emprego na poesia dos trovadores europeus quando cantam a beleza superlativa da mulher amada. E por falar em trovadores, a crítica também apontou essa lacuna no trabalho de Curtius. O Autor procurou justificar, no Prólogo da 2.^a ed. (1953), a ausência de certas manifestações da literatura medieval – como a *Chanson de Roland*, o trovadorismo e o teatro, pelo fato de o seu livro versar sobre a Idade Média latina, não de toda a Idade Média. Sucede, entretanto, que o eminente romanista deixou em branco um filão riquíssimo de materiais para a comprovação de sua tese: a poesia lírica occitânica, particularmente a galego-portuguesa. Sobre

muitos aspectos Curtius poderia ter enriquecido o seu arsenal demonstrativo se se prevalecesse das teses muito em voga no seu tempo sobre as origens do trovadorismo: a dos médio-latinistas, com Hennig Brinkmann, Guido Errante e principalmente Dimitri Sheludko, para os quais a poesia rítmica latina era em grande parte a fonte da versificação trovadoresca. Para Sheludko os trovadores eram verdadeiros discípulos da retórica latino-medieval; e demonstrava com uma riqueza de argumentos a influência da retórica e da didática latino-medieval sobre os trovadores, procedimento que está na base dos pressupostos fundamentais da pesquisa de nosso romanista. Isso, para não falarmos da tese litúrgica para a explicação do trovadorismo medieval, que prega o entroncamento do lirismo trovadoresco nas formas da poesia da Igreja cristã, cuja forja teve como centro o mosteiro de S. Marçal, na região de Limoges.

Uma ocorrência ou outra apontada na poesia dos trovadores se deve ao conhecimento que tinha Curtius da obra de Eduard Wechsler, *Das Kulturproblem des Minnesangs*, obra que Rodrigues Lapa tanto elogia e até recomendava a sua tradução para a língua portuguesa. Infere-se daí que o isolamento da poesia dos trovadores se deveu mais a um relativo desconhecimento dela do que a questões de economia de abordagem exemplificatória de sua tese.

No estudo da *Retórica*, um dos pontos mais altos da obra, deixou Curtius de examinar, ou melhor, apontar a possível gênese da dialética, da fala forense, cujo texto de batismo nos parece ter sido a fala de Príamo ao colérico Aquiles na tenda dos Mirmidões, tão minuciosamente analisada numa das páginas mais belas do *Génie du Christianisme* de René Chateaubriand. É certo que nestas falas da épica homérica se verifica mais uma predominância da expressão sentimental do que uma disposição lógica do discurso; mas na fala de Príamo, tentando quebrar a cólera de Aquiles e convencê-lo a devolver o corpo dilacerado do filho insepulto, há um crescendo psicológico nos argumentos do pai de Heitor, que acabam numa peroração decididamente persuasiva, (*Ilíada*, XXIV, 486-506).

No intuito de evitar o termo “barroco” (que para o Autor está comprometido com inúmeras associações históricas), prefere a denominação de “maneirismo”. Como Curtius conceituasse essa estética literária numa altura em que ainda não haviam despontado os grandes tratadistas da matéria (Walther Friedlander, 1957, Kurt Reichenberger, 1962, Arnold Hauser, 1965 – portanto vários anos após a obra do filólogo alemão), as suas conclusões são no mínimo discutíveis, se não inaceitáveis. É estranho, inclusive, que não mencione tampouco os trabalhos pioneiros de Wilhelm Pinder publicados em 1926 e 1932, respectivamente sobre o problema da geração na história da arte europeia e sobre a fisionomia do Maneirismo. Hoje não se admite mais confundir as duas vertentes estéticas do século XVII – o Maneirismo e o Barroco – distintas

entre si, ainda que em certa altura caminhassem juntas, conduzindo assim tratadistas da matéria a classificarem como barrocos artistas que são maneiristas, e vice-versa.

A exposição do mundo dantesco é outro dos pontos altos de sua obra. Curtius examina minuciosamente a *Divina Comédia* e todo o seu mundo de ingredientes simbólicos e literários, extraídos da tradição latina medieval; mas quando deveria abordar as sugestões criadoras de sua concepção escatológica, limita-se sumariamente a afirmar que “insignificante é a contribuição – se de fato houve contribuição neste caso – das lendárias visões do outro mundo, de cunho eclesiástico-popular, em latim ou nas línguas vulgares, tão difundidas na Idade Média. “Para ele a Idade Média latina é o elemento precípua a ser assinalado na gênese da *Comédia*. É um testemunho de que Curtius desconheceu ou procurou desconhecer a obra monumental de Miguel Asín Palacios, *La escatología musulmana en la Divina Comedia*. Curtius menciona várias vezes a obra de Étienne Gilson *Dante et la philosophie*, e através dela teria tido notícia da tese revolucionária de Asín Palacios, obra que, a partir de 1919, quando surgiu, desencadeou a mais extraordinária polêmica na intelectualidade européia. Para se ter uma idéia, a história dessa polêmica ocupa nada menos de 109 páginas da obra de Palacios. Talvez pelo fato de Gilson apenas se referir, numa nota de pé de página, ao desinteresse que tinha por uma tese que considerava incerta, sobrepondo a ela as vantagens da tese vergiliana baseada no livro VI da *Eneida*, foi que Curtius não tomasse conhecimento do trabalho do grande arabista espanhol. Não ocorre uma só vez na obra do nosso romanista o portentoso estudo de Asín Palacios, cuja 2.^a edição foi publicada pelo CSIC em Granada, 1943, cinco anos antes do aparecimento da *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*.

No “excurso IV”, em que Curtius aborda a presença do jocoso e do sério na literatura medieval, afirma que pode parecer surpreendente que na poesia épica também ocorra, pois o modelo formal da epopéia medieval é a *Eneida*, “obra na qual não encontramos nada de comicidade”. Curtius esqueceu-se de que Vergílio, no canto V do seu poema, quando Eneas comemora na Sicília a aniversário da morte do pai Anquises, com jogos, corridas e competições aquáticas, descreve a cena hilariante do piloto Menetes a vomitar as águas salobres engolidas quando atirado por Gias de sua embarcação ao mar, e os troianos desatando numa ruidosa gargalhada. Se Curtius tivesse lido a epopéia camoniana, também teria se deliciado com as aventuras desastradas de Veloso no canto V (estr. 35), em fuga desenfreada porque acossado pela perseguição dos nativos na baía de Santa Helena, episódio de genial comicidade. Tais falhas são perfeitamente explicáveis quando se trata de obras da envergadura como é a do sábio romanista.

Aos que pretendam conhecer o mais sério julgamento da obra de Curtius, recomendamos a leitura do ensaio da ilustre romanista Maria Rosa Lida de Malkiel – “Perduración de la literatura antigua en Occidente” (*Romance Philology*, 5, 1951-52, págs. 99-131). Se tivesse Curtius de sanar as inumeráveis lacunas de seu livro apontadas e discutidas por Maria Rosa Lida, o Autor teria que se debruçar durante vários anos na refundição e ampliação de sua obra. Algumas restrições, entretanto, de Rosa Lida, merecem reparos por relativa improcedência: quando, por exemplo, no exame do capítulo a propósito da Poesia e da Filosofia, censura uma desatenção sistemática de Curtius às duas figuras mais importantes do judaísmo helenístico – Filão e Josefo. Filão, particularmente, e constantemente lembrado pelo romanista em sua obra; Curtius põe em evidência a importância de Filão, que opera uma adaptação da interpretação alegórica de Homero ao Antigo Testamento, concluindo daí que desse alegorismo bíblico judaico e que deriva o alegorismo cristão dos Padres da Igreja; e é na confluência do alegorismo bíblico com o alegorismo vergiliano que repousa o alegorismo medieval, base da interpretação de qualquer texto. Para não sobrecarregar o tratamento dessa matéria, Curtius remete o leitor para um estudo pormenorizado do artigo *Allegorese* de J.C. Joosen e J.H. Waszink, escusando assim realizar o que já estava feito.

No *Epílogo* Curtius não só desenha o roteiro e a metodologia da pesquisa que orientou o seu trabalho, mas também acaba confessando que ocorria uma ênfase muito maior no tratamento das formas, em detrimento de uma *Geistesgeschichte*, cujas diretrizes derivam via de regra de disciplinas estranhas; “as formas são configurações nas quais se fazem visíveis e palpáveis certos fenômenos de ordem espiritual” – diz Curtius. É nessa linha que o romanista chega às vezes, a conclusões luminosas: “a invenção de novas formas métricas, a partir do séc. XII assinala o caminho a nova poesia: a *canzone* dos provençais, o *rondeau*, o soneto, o terceto, a oitava-rima com sua variante criada por Spenser – e acrescentaríamos a riqueza de estruturas métricas levada a efeito por Guillaume de Machaut na poesia lírica francesa do séc. XIV – são apenas alguns exemplos. A rima pode até ser eliminada, como ocorre no verso branco; “porém, quando se renuncia também ao ritmo – como ocorre na poesia de Whitman e mais tarde com os poetas que praticam o verso livre a partir de 1850 – há o perigo de abandonar também o espírito”. A importância de Paul Valéry não reside em seus pensamentos, mas no exemplo que dá, submetendo a matéria poética, utilizada pelo simbolismo, à lei da forma severa. A concomitância entre *forma* e *conteúdo*, mais precisamente, entre intuição e expressão – como colocou Croce – vem, ao que nos parece, posta em xeque quando Curtius suscita a idéia de anterioridade da forma, afirmando decisivamente: “sem um esquema de configuração pairando em seu espírito, o poeta não consegue compor”.

Enfim: considerado de outro ângulo, o livro de Curtius constitui a defesa mais penetrante, mais seria e mais fundamentada que se fez até hoje da Filologia, embora não de forma sistemática. A Filologia foi a técnica de construção com a qual o grande romanista ergueu esse portentoso monumento da Inteligência ocidental.

MODALIDADES VERBAIS PORTUGUESAS*

Jorge Morais Barbosa
Universidade de Coimbra

À memória de Luiz Marques de Souza, Colega e Amigo

1. A observação dos sintagmas verbais portugueses, isto é, do que tradicionalmente se designa por formas conjugadas do verbo, leva-nos a reconhecer neles, além do lexical, outros monemas responsáveis pelas oposições que aí se estabelecem.

É o caso dos monemas pessoais, que permitem opor, por exemplo, *cantas* e *cantamos* como formas de “2.^a” e “4.^a” “pessoas”, manifestadas pelos significantes /S/ e /muS/, respectivamente. Entendido como um valor, um monema não tem necessariamente um significante perfeitamente identificável em termos fônicos, como é o caso do monema de “1.^a pessoa”, que se manifesta de formas diferentes em *canto*, *cantei* e (eu) *cantava*: no primeiro caso é /u/, no segundo encontra-se no amálgama /aj/ e no terceiro corresponde à ausência de qualquer segmento fônico. Também em *pude* existe o mesmo monema pessoal, que opõe este sintagma a *pudeste* (“2.^a pessoa”), *pôde* (“3.^a pessoa”), etc., mas amalgamado com o significante do monema temporal que o distingue de *posso*, *poderei*, *podia*, etc. É o que se resume dizendo que à oposição entre um monema e outro ou outros deve corresponder uma manifestação formal, de cuja variedade se ocupa a morfologia: são assim de natureza morfológica as diferenças entre /u/, /j/ (ou /i/: *comi*) e zero de *canto*, *cantei*, *cantava*, bem como a que caracteriza *pude*, como significantes do monema de “1.^a pessoa”. O fato de em *cantava* se poder ter “1.^a pessoa” ou “3.^a pessoa” revela o que se designa por sincretismo

* Expõe-se neste artigo o teor de seminários realizados em agosto e setembro de 1994 no Centro Cultural de Marília, Universidade Federal de Goiás e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, numa deslocação ao Brasil financiada pelo Instituto Camões (Portugal). Entregue há perto de quatro anos para publicação, pode finalmente editar-se aqui, com atualização bibliográfica, graças a amável convite do Professor Evanildo Bechara.

de significantes de monemas distintos: se for necessário precisar de qual dos monemas se trata, o primeiro terá a expansão *eu* e o segundo uma expansão como *ele, ela, o homem*, etc.

2. Não vamos ocupar-nos aqui dos monemas de pessoa, mas sim dos que com eles e com o monema lexical constituem o sintagma verbal. Foi a noção implícita, ainda que não precisada, desses monemas que levou a gramática tradicional a falar de tempos e modos: quando se diz que *canto* é uma forma de presente do indicativo e *cante* do presente do subjuntivo, reconhece-se nas duas um traço comum, o chamado presente, e um traço que as distingue, os chamados modos indicativo e subjuntivo. Sem nos determos no historial do problema, dir-se-á apenas que à consideração de tempos e modos presidiram geralmente noções de caráter mais semântico que sintático, embora algumas vezes umas e outras se tenham confundido: é o que sucede, por exemplo, quando se afirma que o subjuntivo exprime desejo ou irrealidade (critério semântico) e é o modo que se usa, por exemplo, nas subordinadas concessivas (critério sintático ou sintático-semântico). Presidiu-lhe também uma concepção do signo lingüístico como denotador de realidades extralingüísticas: é o que se verifica quando se diz que o tempo presente se refere ao momento em que se fala, o passado a um momento já ido e o futuro a um momento vindouro. Presidiu-lhe ainda um critério de forma, que levou a falar-se de tempos simples, como *cantou*, e tempos compostos, como *tem cantado*. Nem sempre estes critérios se distinguiram bem, antes se confundiram. Foi assim que a Gramática de Port-Royal considerou compostos tempos que hoje alguns dizem relativos ou anafóricos e que incluiu neles não só *j'avais soupé, j'aurai soupé* mas também *je soupais*, porque "l'action de souper est bien passée au regard du temps auquel je parle; mais je la marque comme présente au regard de la chose dont je parle".¹

Ocupar-nos-emos aqui, sucessivamente, das modalidades verbais, isto é, dos determinantes do verbo não determináveis,² que diremos constituírem as classes de "tempo", "perspectiva", "aspecto" e "modo".

3. Considerando enunciados como

- (1) D. Afonso Henriques era um grande rei
- (2) D. Afonso Henriques foi um grande rei
- (3) D. Afonso Henriques fora / tinha sido um grande rei,

¹ Arnauld e Lancelot, *Grammaire générale et raisonnée*, Paris, 1660, p. 105. Esta visão do chamado imperfeito como um presente do passado prolonga-se até aos nossos dias, em diferentes teorias da conjugação verbal, mas, como veremos, corresponde apenas a um dos seus usos.

² Sobre o conceito de modalidade em lingüística funcional, cf. André Martinet, *Syntaxe générale*, Paris, Armand Colin, 1985, 3.9 e 5.19.

torna-se evidente que os três situam o fato de ser um grande rei num tempo físico anterior ao momento da enunciação, isto é, naquilo a que correntemente se chama o passado. Lingüisticamente, porém, existem aí três formas distintas (*era, foi, fora / tinha sido*) a que correspondem valores também distintos, já que elas se opõem entre si: isto mesmo tem reconhecido a gramática tradicional ao falar de pretéritos imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito. Desde que devidamente precisadas, estas designações seriam tão aceitáveis como quaisquer outras, por serem igualmente arbitrárias. Não deve é caracterizar-se o imperfeito dizendo que exprime um fato passado habitual ou uma ação durativa não limitada no tempo, ao contrário do perfeito, que exprimiria o fato passado não habitual e a ação momentânea, definida no tempo.³ Estes são efeitos de sentido e denotação. Na realidade, o fato de ser um grande rei, em si mesmo, isto é, na realidade exterior à língua, foi igualmente habitual e teve a mesma duração, independentemente da forma verbal utilizada, no tempo físico em que se verificou. A diferença não reside, pois, no fato em si próprio nem no tempo físico onde ocorreu, mas noutro tipo de tempo, o tempo lingüístico. Sem dúvida, essa diferença pode ser obscurecida pela necessidade que se tem, em português, de usar um mesmo termo *tempo* para designar conceitos tão distintos como são o tempo físico e o tempo lingüístico, diversos um do outro como também o são o tempo biológico ou o tempo psicológico.⁴ Mas a dificuldade terminológica, que não existe, por exemplo, em inglês, onde se distinguem *time* e *tense*, não pode impedir-nos de conceber o tempo lingüístico independentemente do tempo físico.

Os monemas temporais têm de ser entendidos, em primeiro lugar, pelas relações que entre eles se estabelecem na língua, ou seja, pelos valores que os caracterizam, independentemente das realidades extralingüísticas que podem designar e dos efeitos de sentido que se lhes podem associar. Note-se que se usa aqui *valor* em termos de relação lingüística e sentido como atualização contextual ou situacional de *valor*.

Que os monemas temporais não têm necessariamente correspondência com a situação dos fatos ou processos no eixo do tempo físico comprova-se facilmente observando

(4) Acordou, levantou-se, saiu e chegou cedo à Faculdade,

3 Cf., por ex., Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 5.^a ed., 1988, pp. 454-455. É esta obra que se terá geralmente presente, a título exemplificativo, ao falar-se aqui da gramática tradicional.

4 Pode, a propósito, ter interesse mencionar o volume *Leituras do Tempo. História, Filosofia, Biologia, Literatura, Política e Economia do Tempo*, Lisboa, Universidade Internacional, 1990.

onde o tempo lingüístico é o mesmo em todos os sintagmas verbais, apesar de os diferentes processos se sucederem no eixo do tempo físico, e

(5) Ele não estuda e no fim do ano dirá que foi injustamente reprovado, onde *foi reprovado* contém um monema que evoca anterioridade, apesar de o fato de ser reprovado ainda não se ter dado no momento da enunciação, mas ser, naquele eixo, posterior a ele.

Identicamente, em

(6) Comprava se pudesse

(7) De boa vontade ficava a descansar

não se sabe se os processos se situam antes do momento da enunciação, neste momento ou mais tarde. A precisão no eixo do tempo pode sempre fazer-se, claro, por outros processos: *comprava agora / amanhã / ... ficava a descansar neste momento / no próximo fim de semana / ...* Note-se que nestes casos não há qualquer referência a um momento já decorrido, embora não sejam de excluir usos do mesmo monema em enunciados daqueles tipos precisados por um monema ou sintagma como *ontem, na semana passada*, que situam o fato anteriormente ao momento da enunciação. Também isto quer dizer que a designação de “passado” que se usará para o monema temporal de *comprava, ficava* é arbitrária e não tem relação necessária com o tempo físico do acontecimento: serve apenas para etiquetar um valor que se define na língua por relação com outros, como os chamados pretérito e mais-que-perfeito.

4. Deste diz-se indicar uma ação que ocorreu antes de outra já passada, como sucede em

(8) Eu saíra quando ele chegou,

onde a ação de sair é anterior à de chegar.

Convém notar, no entanto, não haver necessidade de se mencionar na frase tal ação já passada, a qual pode figurar no contexto, em frase anterior, ou estar implicada na situação, como se vê em

(9) Finalmente casou. O namoro durara anos

(3) [D. Sancho I subiu ao trono.] D. Afonso Henriques fora um grande rei

(10) Eu tinha pedido um café

(11) E tinha vindo aqui para lhe pedir um favor.

Em (10) e (11), o pedido e a vinda são apresentados como anteriores a um qualquer momento não explicitado, mas entendido, por exemplo “quando Você me trouxe um chá” (ou “quando não me trouxe nada”) e “quando cheguei”. Note-se como é tênue a diferença entre o sentido de anterioridade do pedido em relação ao momento em que me trouxeram um chá ou não me trouxeram nada e o sentido de “atenuação da afirmação ou pedido” em (10) e (11) e como, portanto, facilmente se passa de um a outro. Tal atenuação é, pois, um efeito de sentido resultante de se situar o fato no tempo já decorrido, o que também sucede com usos correntíssimos do chamado imperfeito, como os exemplificados em (6) e (7), cujo sentido de potencialidade constitui atualização do valor do correspondente monema. Note-se, a propósito, que a mencionada atenuação é maior no chamado mais-que-perfeito do que no chamado imperfeito, justamente por ser ali maior do que aqui o distanciamento que, também como efeito de sentido, se encontra em

(12) [Ontem] Eu tinha comprado (/comprara) isso [se tivesse podido]: aqui, a possibilidade da compra fica tão distante que se tomou irreal.

5. Estabelecido que o tempo lingüístico não representa necessariamente o tempo físico, é possível dizer que o chamado imperfeito, *cantava*, situa o processo em momento anterior a um ponto de referência, que é geralmente o momento da enunciação, sem mais. Os seus empregos do tipo de fr. *je soupais*, aduzido pela Gramática de Port-Royal, como

(13) Estava doente quando ele chegou,

dos quais se diz que nos transportamos pelo pensamento a uma época passada e descrevemos o que então era presente ou que indicamos, entre ações simultâneas, a que se estava processando quando sobreveio a outra,⁵ são apenas efeitos de sentido contextuais. Idêntico efeito de sentido, *mutatis mutandis*, é o que se encontra em

(14) Ele dirá que estava doente,

onde “estar doente” se situa num momento anterior ou ao da enunciação (“estava doente ontem”) ou a um ponto de referência situado entre este e o momento de “dizer” (“ele dirá, quando fizer exame, que na véspera deste estava doente”), relativamente ao qual será passado. O valor do correspondente monema é o de “passado”, e assim o designaremos.

5 Celso Cunha e Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 450.

O chamado pretérito perfeito simples, *cantou*, situa também o processo em momento anterior a um ponto de referência, que é geralmente o momento da enunciação, como em (2), mas que pode ser posterior a ele como em (5), onde é representado por *dirá*. O correspondente monema, a que chamamos “pretérito”, circunscreve o processo, ao contrário do “passado”.

Quanto ao chamado mais-que-perfeito, ele toma como referência, sendo-lhe anterior, um ponto geralmente anterior ao momento da enunciação, quer este se manifeste no contexto ou na situação, quer, como em (10) e (11), o não faça.⁶ Diz-se “geralmente” porque não são de excluir enunciados como

(15) Ele dirá que estivera doente,

com um sentido do tipo de “hoje é 2.^a feira e no sábado dirá que quando o chamaram na 6.^a feira estivera doente na 4.^a”: “estar doente” tem aí como pontos de referência um momento “6.^a feira” e um momento “sábado”, embora ambos posteriores ao momento da enunciação, “2.^a feira”. O que, em todos os usos, caracteriza o chamado mais-que-perfeito, são portanto dois monemas, o já identificado “passado” e o “anterior”. Dada a sua compatibilidade sintática⁷, estes monemas pertencem a duas classes distintas: o primeiro à do “tempo” e o segundo à do que chamaremos “perspectiva”. Note-se, entretanto, que “passado” representa aqui a neutralização da oposição entre “passado” e “pretérito” em contexto “anterior”, já que não existe uma forma de “pretérito” + “anterior”, distinta de “Passado” + “anterior”. Esta interpretação, que se propõe para a forma em *-ra* (*cantara*) e é extensível, nos termos que se verão, à forma *tinha* + particípio passado (*tinha cantado*), não pretende, todavia, explicar os aparentes mais-que-perfeitos de *Quem me dera!*, *Tomara eu!*, *Pudera!*, que se julga corresponderem, no português contemporâneo, a cristalizações e não a sintagmas verbais, mas explica usos mais propriamente literários como

(16) Um pouco mais de sol – e fora brasa

Um pouco mais de azul – e fora além

(Mário de Sá-Carneiro)

6 Cf. a seguinte local jornalística, que se reproduz com simples substituição por siglas dos nomes dos intervenientes no processo relatado: “F. ... tinha discursado sobre a renúncia de dois membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações. Comentário de B.: [...]” (*Expresso*, 23 de Julho de 1994, p. 4). Neste texto, o que serve de ponto de referência a *tinha discursado* é o comentário de B, tomado como algo do tipo de *comentou*.

7 Sobre o conceito de compatibilidade sintática, cf. André Martinet, *ob. cit.*, *passim* (consultar o índice terminológico), e Christos Clairis, “Classes, groupes, ensembles”, *La linguistique* 20-1 (1984): 3-30, particularmente p. 5: “J’appellerai compatibilité la faculté qu’ont deux ou plus de deux monèmes ou syntèmes d’une langue donnée d’être employés ensemble et liés dans une relation syntaxique”.

6. Consideremos agora o chamado presente, usado para designar processos que ocorrem no momento da enunciação (17), processos cuja verdade é independente do tempo físico e por isso considerada permanente ou habitual (18), processos que se encaram como devendo ocorrer depois do momento da enunciação (19), processos anteriores a este momento (presente histórico) (20):

(17) Chove [neste momento]

(18) A Terra gira à volta do Sol

(19) [Amanhã] escrevo-te

(20) Em 5 de outubro de 1910 proclama-se a República.

A localização do processo no tempo físico pode ser contextualmente indicada, por meio de monemas ou sintagmas (*agora, depois, daqui por uma semana, etc.*), na própria frase, como em (20), ou noutra, como

(21) Em 5 de outubro de 1910 proclama-se em Portugal a República.
Quando isso acontece, o País vê-se a braços com graves problemas,

onde a referência de *vê-se* se encontra na frase anterior, ou ainda situacionalmente, como em (17) e (19). Um enunciado do gênero de

(22) O comboio parte às 10 horas

pode, consoante a situação, ter diferentes sentidos: “o comboio parte habitualmente às 10h.”, “são 9h., o comboio só partirá daqui a uma hora”, “são 11 h., o comboio já partiu às 10 h.” (este redutível ao primeiro, se assim se entender).

Foi isso, juntamente com o fato de ele não possuir manifestação formal própria, que levou André Martinet a considerar que, em francês, o chamado presente corresponde à forma nua do verbo, isto é, ao monema verbal sem determinação.⁸

Em português, joga a favor de idêntica interpretação do presente não só a pluralidade dos seus sentidos mas também e sobretudo a impossibilidade de se lhe atribuir qualquer valor definido por referência a um ponto, contextual ou situacional, do enunciado – critério que aqui nos permitiu e continuará a permitir identificar as classes do “tempo” e “perspectiva” (e também, a seguir, do “aspecto” e “modo”). A possibilidade do seu uso referido ao momento da

8 Cf. André Martinet, *Grammaire fonctionnelle du français*, 2.^a ed., revista, Paris, Didier, 1979, 1.15 e 2.86, e o debate “La forme nue du verbe”, *La linguistique* 24-1 (1988) (“Autour du verbe”): 5-56.

enunciação deverá entender-se apenas como um dos seus múltiplos sentidos e nem sequer como o seu principal sentido, já que a marca da simultaneidade do processo com aquele momento reside mais no sintagma *está a* + infinitivo do que na simples forma dita de presente que nele se contém, na ocorrência *está*. Daqui não se conclua, no entanto, que aquele sintagma seja marca formal de um valor “presente”, já que *está a cantar* se opõe a *estava a cantar*, *esteve a cantar*, etc., o que quer dizer que *está a* + infinitivo é tão atemporal como *canta*: “presente histórico” em

(23) Sábado passado. Os jogadores estão a entrar em campo, sentido de futuridade em

(24) Despacha-te, que o comboio está a partir [em breve], etc.

Essa interpretação do chamado presente como ausência de tempo e de perspectiva é mais difícil de ser sustentada por razões formais em português do que em francês. De fato, se em fr. (*je*) *chante*, (*tu*) *chantes*, (*il*) *chante*, (*ils*) *chantent* se reconhece apenas o significante do monema lexical, /ʃãt/, e em *nous chantons*, *vous chantez* este mesmo acrescido dos respectivos “pessoais”, /õ/ e /e/, não é líquido que algo de semelhante se possa dizer das correspondentes formas portuguesas: por exemplo, poderia ver-se no /u/ final de *canto* o amálgama de “1.ª pessoa” com um “presente”, exatamente nos mesmos termos em que se diz que o /o/ de *cantou* representa o amálgama de “3.ª pessoa” e “pretérito”; por outro lado, os “pretéritos” *comemos* e *fugimos* são, do ponto de vista formal, tão não marcados como os seus homônimos de presente; enfim, de formas como *posso*, *sei*, etc. poderia dizer-se que são tão marcadas formalmente como *pude*, *soube*, etc. Pelo contrário, ao observar formas como *cantas*, *canta*, *cantamos*, *cantais*, *cantam*, reconhece-se nelas, além dos monemas pessoais, o segmento *canta-* que, geralmente com este significante (amalgamado com o de pessoa no caso de *cantou*) se reencontra nos restantes sintagmas verbais (*canta-va*, *canta-ste*, *canta-sse*, etc.), com a significativa exceção de *cante*, *cantes*, etc., isto é, das formas de subjuntivo também ditas de presente, onde o lexical tem a forma *cant-*. Pode assim dizer-se que *canta-* e *cant-* são variantes morfológicas do monema lexical e que *posso*, *sei*, etc. o são também, mas amalgamadas com os monemas “pessoais”.

Em conclusão, não há melhores motivos formais para considerar a existência do que a inexistência de um monema “presente”, mas as razões, axiológicas, de ausência de valor lingüístico, atrás aduzidas, apontam no sentido de o não fazer. Diremos, nestas condições, que os chamados presentes consistem no monema lexical, sem especificação nem de “tempo” nem de “perspectiva”.

7. As gramáticas mencionam também um termo futuro, que situaria os fatos em momento posterior àquele em que se fala (25) e pode também exprimir incerteza (26) ou não compromisso do locutor com a afirmação (27), delicadeza (28) e imperatividade (29):

(25) Ele cantará [logo / amanhã / no próximo ano / ...

(26) [Batem à porta.] Quem será?

(27) Serão 10 horas [neste momento]

(28) A essa pergunta responderei que...

(29) Honrarás pai e mãe.

Note-se que nem sempre é clara a distinção entre os sentidos mencionados e que os de (28) e (29), pelo menos, facilmente se reconduzem aos de posterioridade, na medida em que a resposta e o honrar ocorrerão depois do preciso momento da enunciação; não é impossível, aliás, perscrutar esse mesmo sentido em (26) e (27), entendendo-se que, em tal momento, quem bate à porta só será conhecido depois e que o fato de serem 10 horas ainda não pôde ser confirmado. É, em parte, por motivos desse tipo e por não pertencer à realidade o que ainda não sucedeu que algumas vezes se prefere à designação de futuro a de irreal para as correspondentes formas lingüísticas. Importante é entender que os diferentes usos da forma em *-rá* manifestam sentidos que constituem atualizações de um monema, isto é, de um só valor lingüístico, que não integramos na classe do “tempo”, como o “passado”, mas na da “perspectiva”, como o já mencionado “anterior”.

Semanticamente, pode não ser relevante a distinção entre posterior e futuro, já que o que é posterior a determinado momento é naturalmente futuro em relação a ele. Sintaticamente, porém, ela é importante, pelos motivos que se passam a expor.

No exemplo típico

(30) Ele disse / dizia que cantaria,

“cantar” é posterior a “dizer”, que constitui o seu ponto de referência, ao contrário do que sucede em

(31) Ele disse /dizia que cantava/ cantou / cantará,

onde o ponto de referência de “cantar” é o momento da enunciação. À semelhança de *cantara*, que analisamos em “anterior” + “passado”, analisar-se-á *cantaria* em “posterior” + “passado”, já que o momento de referência é o mesmo, “passado”, nos dois casos. Formalmente, esta análise encontra manifestação

nos segmentos *-r-*, comum à forma em *-rá*, e *-ia*, que constitui, como *-va* de *cantava*, variante morfológica do monema “passado” (cf. *comia*, *fugia*). Considerar *-rá* um monema temporal, na ocorrência “futuro”, equivaleria a admitir que em *cantaria* esse monema se combinaria sintagmaticamente com o monema “passado”, também ele “temporal”: ora, dois monemas de uma mesma classe excluem-se, porque nenhuma classe é compatível com ela própria. Assim, se *-ria* representa o amálgama de *-rá* e *-ia*, *-rá* não pode pertencer à classe do “tempo”, que é a de *-ia*, mas tem de pertencer a outra classe, com ela compatível, a da “perspectiva”. Poderia eventualmente considerar-se a forma em *-ria* como composta pelo “futuro” *-rá* e um anterior *-ia*, o que se traduziria nas designações tradicionais de “futuro anterior ou “futuro do pretérito”. Tal análise teria, no entanto, o inconveniente de tomar “anterior” por referência ao momento da enunciação e não, evidentemente, a “futuro”: ora a futuridade de *cantaria* não fica limitada por esse momento, já que (30) pode ser “ontem / agora mesmo / amanhã / A interpretação que aqui se propôs de *-rá* como “posterior” e de *-ria* como “posterior” + “passado” (isto é, “posterior” ao momento da enunciação o primeiro, “posterior” ao passado o segundo) dá, assim, perfeita conta do funcionamento lingüístico e só seria inconveniente para quem se surpreendesse com o fato de uma classe de tempo não possuir, à direita do momento da enunciação, uma unidade correspondente à que o passado representa à sua esquerda: mas a quem com isso se surpreendesse responder-se-ia que as organizações lingüísticas não têm de ser simétricas.

8. A nossa análise da forma em *-ria* afasta, como se vê, a consideração que freqüentemente dela se faz como um modo, na ocorrência o chamado condicional. Os sentidos de suposição, incerteza, dúvida, delicadeza, etc., que se encontram em

(32) Compraria se pudesse

(33) Quem diria? [que hoje havia de chover]

(34) A essa pergunta eu responderia que...,

constituem manifestações do monema “posterior”, aqui combinado com o “passado”: trata-se, grosseiramente, de algo como “a partir do momento de poder”, “a partir daquele momento em que estava sol”, “depois de me ter feito a pergunta”. Note-se a contribuição do monema “passado” para o sentido de (32), que nos registos orais se traduz habitualmente por

(6) Comprava se pudesse.

De qualquer modo, não há qualquer traço formal que permitisse distinguir a forma em *-ria* de (30) da forma idêntica de (32), (33) e (34) ou mesmo de

(35) Seriam então umas 10 horas,

isto é, que permitisse considerar uma como um “tempo” e as outras como um “modo”.

9. É conhecida a distinção entre *cantou* e *tem cantado*⁹, isto é, entre o que tradicionalmente se chama pretérito perfeito simples e pretérito perfeito composto: a primeira forma, que aqui já dissemos conter o monema “pretérito”, vê o processo como inscrito num momento do passado, e a segunda serve para referir processos que se vêem como repetidos ou continuados até ao momento da enunciação:

(36) Tenho comido peixe

(37) Tenho vivido em Coimbra.

A esses sentidos, geralmente associados um ou outro ao sentido do monema lexical, acrescenta-se o de processo concluído. De fato,

(38) Tenho almoçado à 1 hora

pode ter o sentido de que “repetidamente almocei à 1 hora”, mas também o de que “à 1 hora já almocei” (“estou almoçado”), como se torna patente em

(39) Muitas vezes, à 1 hora, já tenho almoçado.

Este último sentido de processo concluído, a que se deve a designação de perfeito (composto, pela forma), reaparece nos sintagmas paralelos *tinha cantado*, *terá cantado*, *teria cantado*, que se passam a analisar, deixando para o fim o primeiro.

Em *terá cantado* encontram-se os monemas “posterior”, identificado no segmento *-rá*, comum a *cantará*, definido como tal por referência ao momento da enunciação, e o monema representado por “ter”... *-do*, que distingue *terá cantado* de *cantará*. De acordo com o que já ficou dito, *teria cantado* analisar-se-á como “posterior” + “passado” (comuns a *cantaria*) + o mesmo

9 Cf. Jorge Morais Barbosa, “Contribuição para o estudo do sistema verbal português: ‘tempos simples’ e ‘tempos compostos’”, *Biblos* 60 (1989): 221-228, cuja doutrina se revê e precisa aqui. Cf. também Paulo Nunes da Silva, Os “Tempos Compostos” do Sistema Verbal Português, diss. de mestrado, Universidade de Coimbra, 1996.

monema “ter” ... *-do*, que distingue *teria cantado* de *cantaria*. A este monema, pertencente a uma classe compatível com as de “tempo” e “perspectiva” (e também com a de “modo”: *tenha cantado*), chamaremos “perfeito” e à respectiva classe “aspecto”¹⁰, designações, evidentemente, tão arbitrárias como todas as das outras classes linguísticas, entre elas as que se acabam de mencionar. Quer isto dizer, como se entenderá, que se considera “ter” + *-do* um monema gramatical e não uma perífrase ou sintema verbal¹¹.

10. A análise de *tinha cantado* levanta um problema particular. Formalmente, e também pelo seu valor, deve entender-se como “passado” + “perfeito”. É sabido, no entanto, que *tinha cantado* em quase nada se distingue, exceto na forma, de *cantara*, pelo que a análise deste sintagma como “passado” + “pretérito”, atrás sugerida, se lhe aplicaria perfeitamente. Aliás, a forma em *-ra* está excluída dos registos não literários, de tal modo que, noutros registos, aos *fora* de (16) corresponderia *tinha sido*. Compreende-se que assim seja, se se entender a convergência entre os sentidos de “perfeito” e “passado” + “anterior”. A diferença entre os dois sintagmas decorre da necessidade de se reconhecer que

(41) Tinha o fado cantado

não equivale a

(42) Cantara o fado.

De fato, sintaticamente, em (41) o *fado* representa o complemento direto de “ter” e *cantado* é determinação, a que chamamos predicativa¹², desse complemento, numa estrutura idêntica à de *Tornou a mulher feliz*: num caso como no outro, o complemento direto é pronominalizável (*Tinha-o cantado, Tornou-a feliz*). Em (41), portanto, *cantado* é um adjetivo, que comuta com adjetivos:

(43) (a) Tinha o fado pronto

(b) Tinha pronto o fado

(c) Pronto tinha o fado,

o que igualmente se observa pela concordância:

10 Note-se que os sentidos de possibilidade, não compromisso do locutor com a afirmação, etc., que se encontram, por exemplo, em

(40) Ele teria dito que não é português
decorrem do monema “passado” e não do “perfeito”.

11 Cf. Jorge Morais Barbosa, “Sintemas verbais portugueses: *ir* + ‘infinitivo’ e *haver de* + ‘infinitivo’”, *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra), XXI (1996-1997), pp. 229-239.

12 Jorge Morais Barbosa, “Détermination épithétique et détermination prédicative”, *La linguistique*, vol. 34-2 (1988), pp. 15-20.

- (44) (a) Tinha os fados cantados / prontos
 (b) Tinha cantadas / prontas as odes.

No caso do chamado mais-que-perfeito composto,

- (45) (a) Tinha cantado o fado / a ode
 (b) Tinha cantado os fados / as odes,

não existe, como se vê, tal concordância, pelo que *cantado* não é adjetivo, mas corresponde ao verbo “cantar” + */dul*, que é parte do significante do monema “perfeito”, cuja outra parte se encontra em “ter”, exatamente nos termos que acima apontamos a propósito de *terá cantado*, *teria cantado*.

Com fundamento no mesmo critério, reter-se-á a possibilidade de distinguir entre *cantara*, “passado” + “anterior”, e *tinha cantado*, “passado” + “perfeito”, embora se reconheça que a distinção não é fácil nem sequer evidente. Contribuem para tal interpretação os fatos de em *terá cantado* e *teria cantado*, como aliás em *tem cantado*, se encontrar a mesma estrutura formal e de *teria cantado* comportar, no quadro analítico aqui adotado, os monemas “passado”, da classe do “tempo”, e “posterior”, da classe da “perspectiva”, e se distinguir de *cantaria* por um monema da classe do “aspecto”, o “perfeito”, de que nos vimos ocupando. Note-se, de resto, que as operações e raciocínios feitos a propósito de *tinha cantado* se aplicam igualmente aos outros sintagmas considerados: por exemplo,

- (46) Terá cantados os fados
 (47) Teria cantada(s) a(s) ode(s)
 (48) Tem cantados os fados / cantada(s) a(s) ode(s).

Para terminar este ponto, chama-se a atenção para o uso alternativo de *tinha cantado* e *teria cantado* em casos como

- (49) Tinha cantado esse fado [se soubesse]
 (50) Teria cantado esse fado [se soubesse],

dos quais não pode concluir-se tratar-se de variantes morfológicas, já que as duas formas não são sempre substituíveis livremente nem podem ter-se por contextuais, como se vê em

- (51) Ele tinha cantado [quando eu cheguei]
 (52) Ele teria cantado [quando eu cheguei].

O que acontece em (49) é que se dispensa o monema “posterior”, eventualmente porque o contexto ou a situação bastam para o substituir. Algo de semelhante se verifica em

(53) Depois de ele cantar, eu saí

(54) Depois de ele ter cantado, eu saí:

em (54) tem-se “infinitivo” + “perfeito”, em (53) dispensa-se este monema.¹³

Feitas todas estas considerações, regressemos à forma *tem cantado*, que Jerônimo Soares Barbosa considerou “uma única linguagem” e chamou “presente perfeito” e a propósito da qual teceu judiciosas considerações.¹⁴ Dado que, no quadro onde nos temos situado, não incluímos um monema “presente” e vemos em *canta* a simples forma verbal, apenas determinada pelo monema “pessoal”, dir-se-á que *tem cantado* se distingue de *canta* apenas pelo monema “perfeito”, que a caracteriza suficientemente. As razões desta interpretação devem ter ficado claras.

11. Na classe do “modo”, identificaremos os monemas “infinitivo” (*cantar*), “gerúndio” (*cantando*), “subjuntivo” (*cante*) e “imperativo” (*canta*), a propósito dos quais cumpre notar o seguinte:

(a) Uma forma como *cantar* não é o “infinitivo”, mas o sintagma constituído pelo verbo “cantar”, que se encontra em todos os sintagmas verbais (*canto*, *cantava*, etc.), determinado pelo monema “infinitivo”. Por outras palavras, a manifestação deste é /r/, como a de “gerúndio” é *-ndo*. *Cantar* é, além disso, o nome que em português se dá ao verbo, como em latim se lhe dava o nome de “verbo *cano*”.

13 Interpretação idêntica pode ser a do uso alternativo de *cantava*, “passado”, e *cantaria*, “passado” + “posterior”, em casos como os de (6) e (7), assunto sobre o qual se pode consultar Isabel Lopes, *Estudo Sintático e Axiológico das Formas Cantava e Cantada em Português*, diss. de mestrado, Universidade de Coimbra, 1995; Id., “Contribution à la redéfinition des relations entre les modalités verbales: temps et modes en portugais”, XIX Colóquio Internacional de Linguística Funcional – *Actas*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, pp. 99-104; Id., “Changements du système verbal portugais”, XX^e Colloque international de linguistique fonctionnelle – *Actes*, Cahiers de l’Institut Linguistique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 1996-1997, p. 233-239.

14 Jerônimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, ou principios da Grammatica Geral applicados à nossa linguagem, Lisboa, Academia das Ciências, 1822, pp. 212-213. O passo correspondente encontra-se transcrito no artigo citado na nota 9 supra.

(b) Com os múltiplos sentidos que pode assumir, o valor do monema “subjuntivo” é o de “não afirmação”. Assim, em *Procuro uma pessoa que canta* afirma-se “procurar” e “cantar”, ao passo que em *Procuro uma pessoa que cante* apenas se afirma “procurar”, mas não “cantar”. É o que sucede em *Deus quer*, onde se afirma o facto de “querer”, e *Deus queira*, onde ele é desejado mas não afirmado.

(c) Em rigor, o monema “imperativo” poderia incluir-se em qualquer uma das classes sintáticas de que nos vimos ocupando, já que nunca determina o verbo conjuntamente com qualquer monema de qualquer uma delas. De fato, enquanto, por exemplo, “perfeito” determina “cantar” ao mesmo tempo que “posterior” (*terá cantado*), “passado” (*tinha cantado*), etc., não existe codeterminação por “imperativo” e monema de outra classe.

12. Para terminar, notar-se-á que se não fez aqui referência aos sintagmas *haver de* + infinitivo e *ir* + infinitivo nem, mais precisamente, a *há-de cantar* e *vai cantar*, que têm sentido de futuridad. Essa omissão deve-se ao facto de não vermos neles quaisquer modalidades verbais, mas sim sintemas, ou seja, combinações de monemas que se integram numa classe sintática, na ocorrência a do verbo, e, uma vez constituídas, só globalmente podem ser determinadas, problema do qual nos ocupamos detidamente noutra local.¹⁵

13. No quadro seguinte, resume-se a análise¹⁶ dos vários sintagmas verbais portugueses:

15 Jorge Morais Barbosa, artigo citado na nota 11 supra.

16 Como o leitor de certo se apercebeu, esta análise, de natureza funcionalista, levou em conta, reformulando-o, muito do que sobre o tempo se tem escrito a propósito de várias línguas, especialmente na sequência da concepção reichenbachiana da temporalidade, que, de mais perto ou mais longe, inspirou, por exemplo, Guillermo Rojo, “Relaciones entre temporalidad y aspecto en el verbo español”, in Ignacio Bosque (ed.), *Tiempo y aspecto en español*, Madrid, Cátedra, 1990, pp. 17-43; Juan José Aceró, “Las ideas de Reichenbach acerca del tiempo verbal”, *ib.*, pp. 45-75; César Hernández Alonso, *Gramática Funcional del Español*, 3.^a ed., Madrid, Gredos, 1996, pp. 406-457; e vários trabalhos incluídos em Carl Vetters (ed.), *Le temps, de la phrase au texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1993, com especial relevo para o de Carl Vetters, “Temps et deixis”, pp. 85-115.

Sintagmas	“Tempo”	“Perspectiva”	“Aspecto”	“Modo”
<i>canta</i>	—	—	—	—
<i>cantava</i>	“passado”	—	—	—
<i>cantou</i>	“pretérito”	—	—	—
<i>cantara</i>	“passado”	“anterior”	—	—
<i>cantará</i>	—	“posterior”	—	—
<i>cantaria</i>	“passado”	“posterior”	—	—
<i>cante</i>	—	—	—	“subjuntivo”
<i>cantasse</i>	“passado”	—	—	“subjuntivo”
<i>tem cantado</i>	—	—	“perfeito”	—
<i>tinha cantado</i>	“passado”	—	“perfeito”	—
<i>terá cantado</i>	—	“posterior”	“perfeito”	—
<i>teria cantado</i>	“passado”	“posterior”	“perfeito”	—
<i>tenha cantado</i>	—	—	“perfeito”	“subjuntivo”
<i>tivesse cantado</i>	“passado”	—	“perfeito”	“subjuntivo”
<i>tiver cantado</i>	—	“posterior”	“perfeito”	“subjuntivo”
<i>ter cantado</i>	—	—	“perfeito”	“infinitivo”
<i>tendo cantado</i>	—	—	“perfeito”	“gerúndio”
<i>cantar</i>	—	—	—	“infinitivo”
<i>cantando</i>	—	—	—	“gerúndio”
<i>canta</i> (“2. ^a pessoa”)	—	—	—	“imperativo”

*ORIGEM DAS LETRAS, DE ANTENOR NASCENTES:
UMA REESCRITURA*

Claudio Cezar Henriques
UERJ

Verum orthographia quoque consuetudini
servit, ideoque saepe mutata est.
Quintiliano – Livro I, cap. VII, § 11.

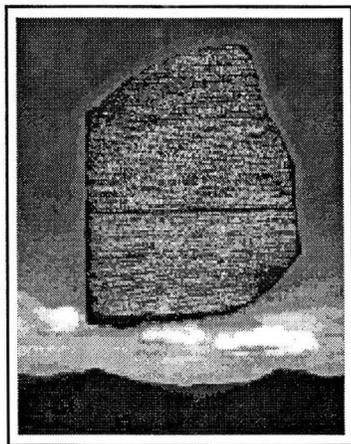
Esclarecimento

Publicado primeiramente na Separata da Revista “ALFA”, Marília, n.º 5, mar. 1964, p. 111-20, o artigo “Origem das Letras”, de Antenor Nascentes (1886-1972), foi incluído em coletânea organizada por Raimundo Barbadinho Neto e Joram Pinto de Lima, número especial da coleção Cadernos Avulsos da Biblioteca do Professor (Colégio Pedro II, 1990).

Trabalho filológico de altíssimo valor, fora do alcance da maioria de nossos estudantes dos cursos de Letras, recupero-o neste texto especialmente preparado para este número da *Revista Confluência* com a advertência de que se trata de uma modesta contribuição de reescritura do original – com todos os riscos que corre quem se aventura a fazê-lo. Por conseguinte, é preciso esclarecer de antemão que, primeiro, a essência do conteúdo primitivo foi preservada e que, segundo, as inclusões efetuadas situam-se nos campos da referência bibliográfica e da organização textual, sobretudo com base em esclarecimentos que julgo relevantes para o público leitor contemporâneo.

Origens

As línguas humanas surgiram há cerca de cem mil anos, provavelmente na região leste da Ásia – esta é a opinião predominante nos dias de hoje. A escrita, por sua vez, surgiu há “apenas” cinco mil anos com os sumerianos, habitantes do sul da Mesopotâmia, que usavam a representação cuneiforme. Os hieróglifos egípcios datam da mesma época (cerca de 3000 a.C.), mas só puderam ser decifrados a partir da descoberta, em 1799, da Pedra Roseta (uma



Pedra Roseta: 216 a.C.

pedra negra de basalto encontrada em Roseta, cidade no Egito), que continha inscrições paralelas em grego e em caracteres hieroglíficos egípcios¹.

Esses primitivos sistemas de escrita partiam de um princípio pictográfico e ideográfico, ainda utilizado nos dias de hoje pelos chineses, pelos japoneses e pelos povos indígenas norte-americanos. Dos quatro sistemas ideográficos, o chinês, o cuneiforme assírio, o hitita e o egípcio, este é o único que nos interessa. Sua escrita era uma mistura de símbolos de três tipos: caracteres figurativos, cópia direta dos objetos (pictogramas); caracteres simbólicos, que exprimiam por vários processos as idéias

abstratas (logogramas ou ideogramas); e caracteres fonéticos, que tinham um valor silábico ou alfabético (fonogramas). Em outros termos, a escrita era baseada em elementos que não lhe davam independência em relação à linguagem falada. Só mais tarde surgiria um sistema que levasse em conta unicamente a linguagem, isto é, que lembrasse ao ouvido os sons significativos das palavras, tomando em geral o som inicial da palavra representada pelo pictograma ou ideograma. Daí se chegou ao alfabetismo e, depois, à decomposição da sílaba em letras, com a representação separada de cada som. Assim, por exemplo, o pictograma semita *taw*, que significava “cruz” e servia como marcador de propriedade, passou a simbolizar o som inicial T de *taw*.

Foram os fenícios, povo comerciante e navegador, freqüentadores do mercado egípcio, que tiveram o mérito de criar, mil anos antes de Cristo, um verdadeiro alfabeto. Do sistema egípcio tiraram eles suas letras. O alfabeto fenício tinha vinte e duas letras, consoantes e semiconsoantes. As consoantes fenícias representavam o esqueleto das palavras, de modo que, para se ler, precisava-se conhecer o sentido da frase. É como se, em português, tivéssemos, por exemplo, a palavra *prc*, que tanto valesse para *porco* como para *perco* ou *parco*. Os nomes destas letras são conhecidos através do hebraico, pois do fenício restam muito poucos vestígios vocabulares: alef, beth, gimel, daleth, hê, vaw, zayin, heth, tet, iod, kaph, lamed, mem, nun, samec, aim, pe, tsade,

1 As inscrições da Pedra Roseta contêm a correspondência entre o grego e a escrita demótica dos egípcios, de uso comum, a qual vinha a ser uma simplificação da escrita hierática, usada em papiros, que por sua vez era mais livre que a escrita hieroglífica.

cof, resh, xine e taw. Aplicando-se este alfabeto a um dos mais antigos registros fenícios, as inscrições no sarcófago do rei Ahira de Biblos, obtém-se a seguinte e assustadora mensagem: “Cuidado! Um desastre espera por você aqui.”

Os nomes das letras, a forma e a ordem ainda têm muito do original. Do alfabeto fenício saiu o grego. Supõe-se que essa transposição tenha ocorrido no século IX a.C., mas há dúvidas a respeito. A tradição atribui ao fenício Cadmo, que veio estabelecer-se na Beócia, a introdução do alfabeto fenício na Grécia. Heródoto afirma ter visto em Tebas inscrições com letras cadméias, num total de dezesseis, semelhantes às do alfabeto jônico.

Coube aos gregos a idéia de representar as vogais. Para isso, tomaram seis letras fenícias que não representavam som algum em grego. Ao *alef* deram o valor de “alfa”; ao *hê*, o do “epsilon”, ao *vaw*, o do “ypsilon”; ao *iod*, o do “iota”, ao *aim*, o do “ômicron”. O *heth*, que marcava o espírito forte, passou a representar o “eta” e de uma modificação do ômicron saiu o “ômega”. Ainda de letras disponíveis saíram o “teta”, do fenício *tet*, o “ksi”, do *samec*, as formas primitivas do “sigma”, mais tarde reduzidas a uma, do *tsade* e do *xine*.

Criou-se assim um alfabeto de vinte e uma letras com a fusão do *tsade* e do *xine*: alfa, beta, gama, delta, epsilon, digama, dzeta, eta, teta, iota, capa, lambda, my, ny, ksi, ômicron, pi, copa, ro, sigma, tau. Deste alfabeto surgiram variantes, sendo as principais o jônico, de leste, e o calcídico, de oeste. Mais tarde juntaram-se as letras “ípsilon” (tirada do *vaw* fenício) “fi”, “chi”, “psi” e “ômega”.

O alfabeto latino, donde vem o nosso, provém do calcídico, levado pelos colonos gregos de Cálcis, fundadores de Cumas, ao sul da Itália. O alfabeto calcídico distinguia-se do jônico por vários traços. Manteve o *digama*, conservou o *eta* como sinal de aspiração, alterou a forma do *lambda*, dando-lhe a de L, suprimiu o *ksi*, conservou o *copa*, deu ao X o valor de *ksi* e ao *psi* o de *kh*. A sexta letra, o *digama*, passou a representar o F latino. A sétima representou algum tempo o S sonoro intervocálico, desaparecendo quando o rotacismo² a tornou inútil. A nona desapareceu por inútil, não havendo T aspirado em latim. O *ípsilon* passou a representar o U. No fim, ficou o X, que Quintiliano chamou *nostrarum ultima*³.

A terceira letra, o C, tinha o valor do *gama* calcídico (G). Quando passou ao valor do K, dele se tirou para o valor de G, por meio de um traço

2 Mudança da sibilante sonora /z/ em /r/, fenômeno fonético ocorrido no latim arcaico: ex.: corpus > corporis – corporis, no latim arcaico. Por extensão, o termo designa a transformação em /r/ de outras consoantes, como /d/ e /l/.

3 Livro I, cap. IV, § 9.

diacrítico, outra letra, que tomou o sétimo lugar, no tempo do censor Appius Claudius Caecus. Na coluna rostral de Duílio lê-se MACISTRATOS por MAGISTRATOS. Conservou, porém, o valor primitivo em abreviaturas: C. (CAIUS), CN. (GNAEUS), etc. Tornado inútil por ter sido dado ao C o seu valor, o K subsistiu como inicial de certos nomes (kaeso, kalendae, kalo, etc.).

Depois do ano 100 a.C., quando palavras gregas passaram a ter uso frequente em latim, juntaram-se ao alfabeto o Y e o Z. No alfabeto latino o I valia tanto para a vogal I como para a semiconsoante I; o V, tanto para o U vogal como para o U semiconsoante.

Do alfabeto latino saiu o nosso, nas maiúsculas. As minúsculas são uma inovação relativamente recente. Durante a Idade Média, desenvolveu-se uma forma de escrita livresca chamada uncial, caracterizada pelo arredondamento de várias letras maiúsculas e pela coexistência com letras menores, cursivas, usadas na escrita cotidiana. Com a introdução da imprensa, dois tipos de letras foram implantados: as maiúsculas, que imitavam os antigos caracteres latinos, e as minúsculas, que preservavam a tradição da escrita cursiva medieval.

A maioria das línguas faladas no mundo de hoje adota o princípio alfabético, empregando geralmente de vinte a trinta símbolos básicos. O menor alfabeto em vigor, que tem 11 letras, é o da língua rotoca⁴, falada nas Ilhas Salomão (região sudoeste do Pacífico); o maior, que tem 74 letras, é o do cmer, língua usada na Campuchéia (antigo Cambodja), Ásia.

Cada letra de per si

A

Esta vogal tem o valor de soletração que os romanos davam à primeira letra do alfabeto calcídico. Inicial de *alfa*, que vem do fenício *alef*, em hebraico *alef*, boi, cabeça de boi.

A figura fenícia foi virada, pois as pontas eram para cima, um pouco à direita, e ao arredondado da cabeça se deu a forma de um triângulo. No alfabeto fenício era o sinal do espírito forte, o qual os gregos aproveitaram para a vogal A.

B

O nome vem do valor de soletração que os romanos davam à segunda letra do seu alfabeto, correspondente à segunda letra do alfabeto calcídico. É o

4 Rotoca é a língua papua dos habitantes da ilha de Bougainville (Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné). Todas as palavras do rotoca são construídas a partir das distinções existentes entre 11 fonemas, 5 vogais (a, e, i, o, u) e 6 consoantes (b, g, k, p, r, t).

primeiro som do *beta*, que vem do fenício *beth*, em hebraico *beth*, casa. A forma é a mesma do alfabeto calcídico.

Os nomes das consoantes latinas se formavam agregando um E, que nas oclusivas se pospunha (bê, dê, pê, kê, tê) e nas demais, fricativas, etc., se antepunha (ef, el, em, en, er, es).

C

Origina-se do valor de soletração do C palatalizado entre os séculos IV e VI, no latim vulgar, diante de E e de I. Valia antes por um G velar (guê). Tomou depois o valor de K quando com uma alteração na forma passou a ocupar o sétimo lugar no alfabeto, em substituição ao desaparecido S sonoro, inutilizado pelo rotacismo no quarto século antes de Cristo.

A forma, tal como se acha em algumas inscrições gregas do sul da Itália, é a do *gama* do alfabeto calcídico, que vem do fenício *gimel*, em hebraico *gimel*, camelo – ou quadrado, conforme a fonte lingüística adotada. Robinson (SW) consigna o significado de bastão de arremesso para o *gimel*.

O sinal gráfico que se sotopõe ao C inicial de sílaba para lhe dar o mesmo valor fonético do S é a cedilha, originária do castelhano *zedilla*, pequeno Z (pequeno *dzeta*, letra grega), e cujo emprego no português remonta a 1813. Corominas (DCELC) registra a cedilha como um signo de criação espanhola.

D

Do valor de soletração que os romanos davam à quarta letra do seu alfabeto, correspondente à quarta letra do alfabeto calcídico. É o primeiro som do grego *delta*, do fenício *daleth*, em hebraico *daleth*, porta da tenda, formada pelo afastamento de duas cortinas, criando um triângulo para a passagem das pessoas.

No alfabeto calcídico das inscrições do sul da Itália, sua forma já correspondia à atual.

E

Valor de soletração que os romanos davam à quinta letra do seu alfabeto. Vem do *épsilon* grego, que significa pequeno E. A quinta letra do alfabeto fenício era o *hê*, em hebraico *hê*, eis. Indicava uma aspiração fraca e os gregos a aproveitaram para simbolizar a vogal E breve.

Na forma fenícia os três traços horizontais paralelos eram iguais e do lado esquerdo.

F

Esta letra tomou sua forma do *digama* do alfabeto calcídico. O *digama*

se perdeu e deixou um lugar vago que passou a ser ocupado por um som latino, o de F, que os gregos não possuíam. O *fī* era um P aspirado e não um F.

G

Seu nome provém do valor de soletração do G palatalizado diante de E e de I (séc. IV a VI no latim vulgar). Antes, valia sempre por um G velar, como ainda hoje antes de A, O e U. Sua forma foi tirada da do C, com pequena alteração, no tempo do censor Apius Claudius Caecus. O nome primitivo do G velar também se origina do grego *gamma*.

O sétimo lugar era ocupado pelo *dzeta*, letra que representava o som do S intervocálico sonoro, desaparecido quando no século IV antes de Cristo se deu o fenômeno fonético do rotacismo (*honosis > honoris*).

H

O H era no alfabeto latino um símbolo de aspiração. Seu nome era *ah*, com H aspirado, e vem do fenício *heth*, em hebraico *heth*, cerca (ê). Valia por uma aspiração forte no fenício e no grego antigo representou o E longo (eta) no alfabeto jônico, mantendo-se como aspiração no calcídico e passando assim ao latim. Esta aspiração desapareceu na época pré-imperial. Catulo ridicularizou num epigrama um pedante que tinha a mania de aspirar. Escrevia-se contudo, e seu valor seria meramente etimológico.

Na baixa época imitava-se artificialmente a aspiração pronunciando-a como um K (cf. *nichil > nihil*), donde a forma *ach*, que é a do catalão, para denominar a letra⁵.

Em algumas partes se pronunciava *hacca*, donde o italiano *acca* e o francês *hache*. O espanhol *hache* vem do francês. Segundo Juan Corominas (*DCELC*), a forma portuguesa “agá” seria outra imitação aproximada da pronúncia aspirada do H.

Nos primeiros tempos da nossa língua deixou de escrever-se. Nos documentos mais antigos vê-se *omem*, *aver*, etc. Mais tarde aparece nos grupos do L e do N palatalizados (LH e NH), tirados do provençal, e no CH, do francês (século XII), até que, na Renascença volta com o valor etimológico: *homem*, *haver*, etc.

A forma é a mesma do alfabeto calcídico.

I

Do valor de soletração que os romanos davam a esta vogal, primeiro som do *iota* grego. Vem do fenício *iod*, em hebraico *iod*, mão, costas da mão.

5 Esta afirmação de Spitzer é contestada por Meyer-Lübke porque deixa inexplicado o A.

A forma é a mesma do alfabeto calcídico, que deu em latim o I, tanto vogal como semiconsoante.

J

Esta letra não existia no alfabeto latino. Representa a consonantização do I semiconsoante do latim vulgar. Na época dos romanos, era usada para indicar o som da vogal I longa, mas sempre como uma grafia alternativa do I, sem valor próprio.

O filósofo e humanista francês Petrus Ramus (1515-1572) sistematizou o uso do J e do I em sua gramática latina (1559), razão pela qual essa letra é chamada ramista.

Seu nome vem do grego *iôta*, através do latim *iota* por via erudita.

K

Esta letra desapareceu do nosso alfabeto, mas ainda tem emprego nas abreviaturas do sistema métrico e na química. Seu nome vem da primeira sílaba do grego *káppa*, do fenício *caf*, em hebraico *caf*, palma da mão – ou palmeira, conforme a fonte lingüística adotada. Já tinha desaparecido do alfabeto latino, conforme vimos, quando o C tomou o som velar surdo (kê), subsistindo em abreviaturas.

A forma é a do alfabeto fenício mas com as duas pernas para o lado direito, já assim no alfabeto calcídico.

L

O nome vem da pronúncia que os romanos lhe davam: *el*. Vem do primeiro som do grego *lámnda*, do fenício *lamed*, em hebraico *lamed*, agulhão.

A forma é, com pequena alteração (base horizontal e não oblíqua), a do alfabeto fenício, mantida pelo calcídico, ao passo que o jônio usava a de um V invertido.

M

O nome vem da pronúncia que os romanos lhe davam: *em*. Vem do primeiro som do grego *mi*, do fenício *mem*, em hebraico *mem*, água. Sua origem remonta ao hieróglifo egípcio que representava uma coruja.

A forma é, com pequena alteração (igualação das quatro pernas), a do alfabeto fenício, mantida com pequena alteração pelo calcídico. Sugeria pequenas ondas.

N

O nome vem da pronúncia que os romanos lhe davam: *en*. Vem do pri-

meiro som do grego *ni*, do fenício *nun*, em hebraico *nun*, peixe. O hieróglifo egípcio que lhe deu origem representava uma linha-d' água.

A forma é a do alfabeto calcídico.

O

Do valor de soletração que os romanos davam a esta vogal. No alfabeto fenício era o *aim*, em hebraico *aim*, olho, uma velar de natureza especial. Não havendo este som no alfabeto grego, os gregos aproveitaram o sinal para o breve (ômicron).

A forma é a mesma do alfabeto fenício e do calcídico.

P

Do valor de soletração que os romanos lhe davam. Vem do primeiro som do *pi* grego, do fenício *pê*, em hebraico *pê*, boca. A forma, por incrível que pareça, não é a do *pi* do alfabeto calcídico e sim a do *rô* (P). O arredondado tinha uma abertura que desapareceu.

Q

O nome latino era *ku*, tirado do *copa* grego, alterado. O grego vem do fenício *cof*, em hebraico *cof*, parte posterior da cabeça. Nas línguas semitas, o *cof* significa macaco. O *copa*, que vinha entre o *pi* e o *rô* no alfabeto calcídico desapareceu no jônico, ficando apenas como símbolo do número 90.

Em espanhol o nome é *qu*, e este também era o nome no português antigo. Sua existência em nossa ortografia é criticada há muito tempo:

Fernão de Oliveyra (*GLP*), em 1536: “Verdade é que já Quintiliano deu a entender que essa letra era excessiva porque não faz mais do que pode fazer o C”.

João de Barros (*GLP*), em 1540: “a nós convinha desterrá-la de nossa ortografia e em seu lugar empregar a letra C, pois esta Q tem tão perversa natureza além do mau nome”.

Por eufemismo e analogia, mudou-se o nome para *quê*.

A forma é a do alfabeto fenício, passando a linha reta vertical a ser um traço curvo horizontal, muito longo no primitivo alfabeto latino. Segundo Morais (*DLP*), parece que a língua latina arcaica diferenciava seu emprego, representando a consoante pré-palatal por C, a médio-palatal por K e a pós-palatal por Q.

R

Os romanos chamavam *er*. Vem do som inicial do *rô* grego, do fenício *resh*, em hebraico *rex*, cabeça, arco da cabeça.

Era o R simples, até no começo das palavras. A forma do *rô* foi aproveitada para o P, de modo que houve necessidade de criar outra para o R e se pôs no P um traço diacrítico.

S

Os romanos chamavam *es*. Vem do primeiro som do *sigma* do alfabeto calcídico. O nome grego é onomatopéico, filiado ao verbo assobiar, *sizo*. Nas línguas semitas, a letra *shine* significa dente. As formas do *tsade* e do *xine* fenícios concorreram para dar a do *sigma* e acabaram confundindo-se numa só.

As curvas do nosso S devem ter resultado de alterações feitas pela escrita cursiva.

T

Do valor de soletração que os romanos davam à décima nona letra do seu alfabeto. Vem do primeiro som do *tau* do alfabeto calcídico, do fenício *tau*, em hebraico *tau*, cruz, que servia como marca de propriedade.

O sinal fenício era de fato uma cruz grega. Tirou-se a parte da haste vertical acima da barra horizontal e alongou-se para baixo a haste vertical. Era assim o T do alfabeto calcídico.

U

Do valor de soletração que os romanos davam a esta vogal. Vem do *ípsilon* do alfabeto calcídico, ainda com o valor de U (cf. *porphyra* > *purpura*, *tymbos* > *tumba*, etc.).

A forma latina era V, que não provinha do alfabeto calcídico. Proveniente talvez do alfabeto etrusco, Y sem a haste. Ainda aparece com este valor de U em antigas inscrições. Mais tarde a escrita uncial arredondou o ângulo inferior. A escrita livresca maiúscula latina, usada do IV ao VI século, caracterizava-se pelo arredondamento de várias letras e pela existência de algumas minúsculas.

V

O latim não possuía este som. Quando apareceu no latim vulgar, resultante da consonantização do U semiconsoante (cf. *uinu* > *vinu*), com base neste som deram-lhe um nome analógico com o de bê, cê, dê, etc. O humanista Ramus, já mencionado a propósito do J, ressuscitou o V para representar esta consonantização.

W

Embora nunca tivesse feito parte do alfabeto português, pois só aparece em palavras estrangeiras, o W merece citação porque faz parte de abreviaturas

como as de oeste, watt e tungstênio. O W vem do UU das velhas escritas teutônicas e foi introduzido no inglês (*double u*) pelos escribas franceses e no século XIII substituiu inteiramente a *runa* (cada um dos caracteres, em forma de haste com esgalhos, que compunham a escrita alfabética usada pelos povos germânicos, aproximadamente do séc. III até o séc. XIV) Os anglo-saxões chamavam esta letra de *wen*.

X

No alfabeto calcídico (que não tinha a letra *ksi*) possuía o valor duplo de *ksi*, e a forma passou para o alfabeto latino com este valor. A origem do nome não é muito clara. Devia ter em latim o mesmo nome do *ksi* grego. Deste *ksi* teriam saído o espanhol *equis*, o italiano *iccasse*, *icse* e o francês *iks*.

No espanhol antigo teve valor chiante, que ainda conserva em alguns dialetos como o table. Teria esse valor também no português antigo e daí vem o som chiado inicial. Resta explicar a terminação, talvez proveniente de uma alteração do *ksi* com base neste som chiante.

No alfabeto jônico valia por *qui* e disso resta um vestígio na expressão XPTO, abreviação de CHRISTOS.

Y

Desapareceu do nosso alfabeto, mas ainda aparece no símbolo químico do ítrio e no do itérbio. Vem do *ípsilon* do alfabeto calcídico, conservando essa forma.

Surgiu no alfabeto latino no ano 100 a.C.

Z

Vem do primeiro som do latim *zeta*, do grego *dzeta*, que por sua vez provém do fenício *zayin*, em hebraico *zayin*, espada. Seu nome, do mesmo modo que o do V, formou-se por analogia com bê, cê, dê, etc.

Surgiu depois do ano 100 a. C. A forma é a do alfabeto calcídico.

SEMITIC NAME OF LETTERS	NORTH SEMITIC	SQUARE HEBREW	GREEK NAME OF LETTERS	GREEK	CYRILLIC	ROMAN
alef	א	א	alpha	Α	А, Я, А	А
beth	ב	ב	beta	Β	В, Б	В
gimel	ג	ג	gamma	Γ	Г, Г	С, G
daleth	ד	ד	delta	Δ	А	Д
he	ה	ה	epsilon	Ε	Е, Э, Э	Е
vav	ו	ו	digamma	Ϝ	—	Ф
—	—	ו	upsilon	Υ	У, У	У, U, У, W
zayin	ז	ז	zeta	Ζ	З	З
cheth	ח	ח	eta	Η	И, Й	И
teth	ט	ט	theta	Θ	Θ	—
yod	י	י	iota	Ι	І, Ј	І, Ј
kaf	כ	כ	kappa	Κ	К	К
lamed	ל	ל	lambda	Λ	Л, Љ	Л
mem	מ	מ	mu	Μ	М	М
nun	נ	נ	nu	Ν	Н, Њ	Н
samekh	ס	ס	xi	Ξ	—	—
ayin	ע	ע	omicron	Ο	О, Ѡ	О
pe	פ	פ	pi	Π	П	Р
tsade	צ	צ	—	—	Ч, Ц, Ч	—
quf	ק	ק	koppa	Ϟ	—	Q
resh	ר	ר	rho	Ρ	Р	Р
shin	ש	ש	sigma	Σ	С, Ш, Ш	С
tau	ת	ת	tau	Τ	Т	Т
			phi	Φ	Ф	—
			chi	Χ	Х	Х
			psi	Ψ	Ψ, Р	—
			omega	Ω	—	—
					Ъ	—
					Ь	—
					Ѡ	—
					Ѣ	—
					Ѥ	—

ALPHABETIC DEVELOPMENT
Microsoft Table

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3.^a ed., organizada por José Pedro Machado, [s.l.]: [s. n.], 1957.
- BERLITZ, Charles. *As Línguas do Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- COMPTON'S NEW MEDIA. Compton's Interactiva Encyclopedia 1995. CD-ROM.
- COMRIE, Bernard et alii. *The Atlas of Languages*. New York: Facts On File, 1996.
- COROMINAS, Joan. 4 v. *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*. Madrid: Editorial Gredos, 1974.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 840 p. e suplemento.
- DOBLHOFER, Ernest. *A Maravilhosa História das Línguas*. São Paulo: Ibrasa, 1962.
- DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1978. 653p.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. vol. II. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- MICROSOFT CORPORATION. Encarta 96 Encyclopedia. CD-ROM.
- MORAIS SILVA, Antônio de. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1951.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: s/ed., 1955.
- . "Origem das Letras". In: BARBADINHO NETO, Raimundo & LIMA, Joram Pinto de. *Estudos Filológicos – 2.^a série*. v. 2. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1990. p. 189-198.
- OLIVEIRA, Fernão d'. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. In: SILVEIRA, Olmar Guterres da. *A "Grammatica" de Fernão d'Oliveyra*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1954.
- QUINTILIANUS, Marcus Fabius. *Institutio Oratoria*. 4 v. London: Harvard University Press, 1996, 1995, 1986, 1993. with an English translation by H. E. Butler.
- ROBINSON, Andrew. *The Story of Writing: alphabets, hieroglyphs and pictograms*. New York: Thames and Hudson, 1995.
- STÖRIG, Hans Joachim. *A Aventura das Línguas*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

TABLE OF Phoenician Alphabet: <http://www.concentric.net/~shaal/tblalpha.htm> - 1998.

VARRO, Marcus Terentius. *De Lingua Latina*. 2 v. London: Harvard University Press, 1993. with an English translation by R. G. Kent.

A VOZ MEDIAL: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Castelar de Carvalho
UFRJ

1 – Introdução

Já no século I a.C., o grego Dionísio da Trácia, conhecido como o primeiro gramático do ocidente, apresentava em sua *Tekhné Grammatiké* (adaptada pelos romanos com o título de *Ars Grammatica*) três vozes verbais: ativa (*enérgeia*), passiva (*pathos*) e média (*mesótes*), definindo esta como uma combinação das outras duas.

O nosso termo *voz verbal* corresponde ao que a gramática grega chamava de *diáthesis* ou “maneira de ser de um verbo”. Na adaptação latina, foi adotado originalmente o termo *genus* (gênero). Depois, percebendo a imprecisão em que haviam incorrido, criaram os gramáticos romanos o termo *species verbi* (aspecto verbal), substituído depois por *vox verbi* (voz verbal), transmitido posteriormente às gramáticas das línguas românicas. Concebia-se, portanto, o verbo, a princípio, como portador da categoria gramatical de gênero, à semelhança dos nomes, daí a divisão da voz verbal em ativa (associada ao masculino, o ser agente, aquele que pratica a ação) e passiva (associada ao feminino, o ser paciente, aquele que sofre a ação).¹

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) não adotou o termo *voz medial*, preferido a este o termo *voz reflexiva*, o qual, pelo seu caráter reducionista, comprometeu a compreensão exata do dinamismo e da complexidade inerentes a essa importante categoria gramatical para a qual os gregos já tinham voltado as suas vistas: a voz média.

Neste trabalho, iremos tratar da evolução da voz medial, do latim ao português, detendo-nos particularmente na sintaxe do pronome reflexivo *se* em nossa língua, sob as perspectivas diacrônica e sincrônica.

Nosso ponto de partida será o latim clássico.

1 O adjetivo *passivus* vem de *passio* (paixão), que significa “ação de suportar, de sofrer”. Cf. “a paixão (sofrimento) de Cristo”. A paixão amorosa, significando o sofrimento causado pelo amor a quem ama, é um caso de especialização de sentido.

2 – Latim Clássico

Começemos pela categoria gramatical das vozes verbais.

O latim herdou do indo-europeu as vozes ativa e medial, esta última com três valores, transmitidos ao latim, que posteriormente os legou ao português: medial reflexiva, medial recíproca e medial dinâmica.

Detenhamo-nos na questão da voz medial e da sintaxe do pronome *se*. No latim clássico (LC), o pronome *se* tinha valor unicamente reflexivo ou medial, usado apenas no caso acusativo como complemento de verbo transitivo direto e refletindo sempre uma ação praticada por um sujeito de 3.^a pessoa.

Nesse sentido, o pronome *se* podia ser usado para expressar os três valores da voz medial:

- a) medial reflexiva: *Petrus se laudat* (Pedro se louva);
- b) medial recíproca: *Petrus et Maria se amant* (Pedro e Maria se amam);
- c) medial dinâmica, com verbos tornados pronominais, indicadores de cuidados corporais (*se vestire* = vestir-se), estados de espírito (*se indignare* = indignar-se), movimento (*se exercere* = exercitar-se), ocultamente (*se abscondere* = esconder-se), afastamento (*se eximire* = afastar-se), etc.

É a voz medial dinâmica que possibilita o emprego do pronome *se* com valor expletivo (medial expletiva) junto a verbos intransitivos de movimento

(...) para atribuir una mayor fuerza a la acción: *vadent se unusquisque ad hospitium suum* (*Peregr. Aeth.*, Bassols, I, 1956: 282; todos se dirigem (se vão) para seu alojamento).

Este uso do *se* junto ao verbo *vadere* lembra o nosso *ir-se*, em que o pronome reflexivo, pelo seu valor mais estilístico do que propriamente gramatical, recebe de nossas gramáticas a atribuição de “partícula de realce”. É um bom exemplo da medial dinâmica em latim, aquilo que Mattoso Câmara (1978:164) chamou de “medial expletiva”. Embora o exemplo apresentado por Bassols seja da *Peregrinatio*, o mesmo é válido, uma vez que o texto da monja conserva certas reminiscências literárias.

É também a medial dinâmica que irá permitir o uso do reflexivo com sujeitos inanimados, numa espécie de personificação metafórica do referido sujeito e, *ipso facto*, do pronome-acusativo *se*, como nos exemplos abaixo citados por Müller (1924:88):

tamen ipsa virtus se sustentare posse videatur (Cic., *Epist. Fam.*, VI, I, 4; = embora a própria virtude pareça poder se sustentar);

negotia se nostra sic habent (Cic., *ad Fratrem*, III, II, 2; = os nossos negócios assim se mantêm);

inter duo brachia, qua se dividit vitis (Columella, *Re rust.*, IV, XXIV; = entre dois ramos em que a videira se divide).

Havia também a possibilidade de o pronome reflexivo de 3.^a pessoa ser usado referindo-se a um sujeito vago e indefinido, sintaticamente não expresso na oração. Esse emprego podia ocorrer com verbos tanto na voz ativa como na passiva sintética impessoal, como o demonstra Bassols (I, 1956:195):

A veces el reflexivo va referido a un sujeto indefinido (= “uno, se”) implícito, pero no expreso; así: *quod sibi petitur*... “lo que uno pide para si” (Cic.).

No latim clássico, o pronome *se* não tinha valor passivo ou apassivante, nada que fizesse lembrar o nosso pronome apassivador (*se-PA*) na chamada passiva pronominal, esta uma criação românica.

No que se refere à indeterminação do sujeito, o LC usava para esse fim tanto a voz ativa quanto a passiva, explorando, desse modo, recursos lexicais e sintáticos.

Das construções ativas impessoais algumas passaram ao português: *dicunt* (dizem), *dicit* (diz que), etc.

Na voz passiva, a impessoalidade verbal era expressa pela:

- a) passiva analítica (passiva *stricto sensu*, criação latina, nos tempos do *perfectum*): *scriptum est* (escreveu-se), *scriptum erat* (tinha-se escrito), *scriptum erit* (ter-se-á escrito);
- b) passiva sintética (originária da voz medial do indo-europeu, também chamada de médio-passiva, nos tempos do *inflectum*): com v. intr.: *itur* (vai-se), *vivitur* (vive-se); com trans. ind.: *invidetur potentibus* (tem-se inveja aos poderosos). Conhecido é o exemplo de Vergílio: *Sic itur ad astra* (assim se vai aos astros).

Vale lembrar que:

- a) essas construções passivas – tanto as analíticas quanto as sintéticas – tinham, na verdade, valor ativo, a par do impessoal;
- b) nenhuma das construções passivas impessoais do LC passou ao português.

Temos, portanto, que no LC o pronome *se* era empregado exclusivamente com valor reflexivo ou medial, desempenhando a função sintática de acusativo (obj. direto) e eventualmente, em circunstâncias sintáticas específicas,

a de sujeito de infinitivo (*accusativus cum infinitivo: se facit esse venustum* (ele se imagina ser gracioso), Cat., *apud* Bassols, II, 1956:222).

3 – Latim Vulgar

No latim vulgar (LV), as três vozes verbais sofreram alterações.

A voz ativa foi ampliada pela inclusão dos verbos depoentes, que, com a perda das desinências médio-passivas, passaram para a conjugação ativa; a medial não só se conservou como teve seu emprego ampliado pela possibilidade de os ex-depoentes, tomados ativos, serem usados pronominalmente; além disso, o deslocamento do valor médio contido na passiva sintética (médio-passiva) para construções pronominais contribuiu potencialmente para uma ampliação do emprego da voz medial. Quanto à voz passiva, esta sofreu uma completa reformulação, como veremos a seguir.

A busca de clareza, representada sintaticamente pela natureza analitizante do LV, realocou os valores médio e passivo contidos na passiva sintética clássica,

- a) deslocando o valor médio (medial sintética) para construções pronominais (medial analítica): *me moveo* em vez de *moveor*; *me laudo* no lugar de *laudor*;
- b) transferindo *in totum* o valor passivo propriamente dito para a passiva analítica, revalorizada sintaticamente, nela incluindo os tempos do infectum: *amatus sum* equivalendo a *amor* = “sou amado”, e não “fui amado”, como era no LC.

Quanto ao valor impessoal da passiva sintética, este encontra correspondência no português em construções pronominais impessoais do tipo *vive-se*, *aluga-se casa*, *obedece-se aos pais*, etc., uma extensão da medial dinâmica vulgar em nossa língua através da estrutura sintática impessoal fossilizada [subj. Ø + v. 3.^a p.s. + *se*-IIS + (nome)], cuja origem remota talvez possa se situar no próprio LV tardio, em um possível desdobramento de formas passivas impessoais (medial sintética) + acusativo (*fit orationem*, cf. *Peregr.*) em perífrases verbo-pronominais (medial analítica) de valor igualmente impessoal (**facit se oratio (nem)*).

Essa nova medial analítica ampliada pelo LV irá fixar-se em português com os valores reflexivo propriamente dito e medial dinâmico, dando origem às atuais funções e atribuições sintáticas do nosso pronome *se*.

Com relação ao nosso *se*-PA, resultado da interpretação passiva de construções mediais dinâmicas com sujeito inanimado (a chamada passiva prono-

minal), pensamos tratar-se de criação românica, visto que, em latim, as construções mediais analíticas não tinham valor passivo. Os exemplos apontando a existência da chamada passiva pronominal já no LV são discutíveis.

4 – Português

Na língua portuguesa, o pronome *se*, sob o aspecto reflexivo propriamente dito, conservou, em suas linhas gerais, a fisionomia sintática herdada do latim vulgar.

Da medial reflexiva (medial *stricto sensu*), herdou o nosso *se* as funções de:

- a) obj. direto (*se-OD*): *Pedro se feriu; Pedro e Maria se amam* (medial recíproca);
- b) obj. indireto (*se-OI*): *Ela se arroga esse direito*;
- c) suj. de infinitivo (*se-SI*): *Pedro deixou-se ficar em casa*.

A função de obj. indireto *se* justifica pelo fato de a forma arcaica *si* (LV *si < sibi*, por analogia com *mi < mihi*), em posição átona, ter acabado evoluindo para *se*; em posição tônica, *si* não sofreu alteração.

Quanto à medial dinâmica (medial *lato sensu*), esta sim, representa para a língua portuguesa o lado mais produtivo e inovador da medial analítica vulgar. Dela receberá o nosso pronome *se* as atribuições sintáticas de:

- a) parte integrante do verbo (*se-PIV*), com verbos:
 - pronominais (ditos essenciais): *queixar-se, arrepender-se*, etc.;
 - pronominalizados² (ditos acidentais): *sentar-se, casar-se*, etc.
- b) pronome expletivo ou partícula de realce (*se-PR*), com certos verbos intransitivos: *rir-se, chegar-se, ir-se*, etc., como no exemplo de Machado de Assis: “Riu-se meu pai, e depois de rir, tornou a falar sério”(Brás Cubas, XXVI);
- c) índice de indeterminação do sujeito (*se-IIS*), em construções impessoais (de agente humano indeterminado) com verbos intransitivos,

2 Gladstone Chaves de Melo (1978:103) denomina os pronominais acidentais de *pronominalizados*. Nessas circunstâncias, o pronome assume características de reflexivo fossilizado, à feição de *se-PIV*, o que pode, em certos casos, criar uma fronteira ambígua na interpretação do comportamento sintático do reflexivo, oscilante entre *se-OD* e *se-PIV*. Neste trabalho, referimo-nos a esses verbos como *pronominalizados*.

transitivos e de ligação, nas quais o pronome, esvaziado de seu valor reflexivo, se apresenta cumulativamente como parte integrante e indissociável do predicado, numa espécie de sincretismo sintático: *vai-se à Itália, vive-se bem, estuda-se latim, precisa-se de empregada, é-se feliz*, etc.

Nas construções mediais em que o pronome *se* exerce as atribuições acima descritas, o que prevalece é a noção de atividade verbal.

No registro culto formal da língua, a medial analítica, empregada com verbos transitivos diretos + sujeitos inanimados (*estuda-se latim*), ou animados tidos pela lógica gramatical como incapazes de praticar a ação verbal (*Pedro se vacinou*), prestar-se-á também a uma interpretação passiva – a chamada passiva pronominal (ou sintética). Essa modalidade de passiva é considerada pela doutrina gramatical (DG) como equivalente à passiva analítica geral românica: *estuda-se latim* = latim é estudado; *Pedro se vacinou* = Pedro foi vacinado.

É nessas circunstâncias, condicionadas por motivações transcendentais (lógica gramatical) e imanentes (predicação/concordância verbal), ambas passíveis de contestação sintática, que o reflexivo recebe da DG a classificação de pronome apassivador (*se-PA*).

À interpretação passiva das referidas construções pronominais, recomendada pela DG, se contrapõem, no entendimento lingüístico dos falantes:

- a) uma interpretação ativa e impessoal: *estuda-se latim* (cf. *alguém estuda latim*); *se* = IIS;
- b) uma interpretação medial dinâmica: *Pedro se vacinou* (à semelhança de *Pedro se casou*); *se* = PIV.

Essa oscilação interpretativa (*se-IIS/ se-PA, se-PA/ se-PIV*) do comportamento sintático do pronome reflexivo constitui uma das fronteiras ambíguas mais intrigantes e polêmicas da sintaxe portuguesa. Desse modo, tem sido objeto de estudo de filólogos brasileiros e lusitanos, na companhia dos quais modestamente nos colocamos com nossa Tese de Doutorado, que busca, a par da detecção de tendências, de reflexões pessoais e apreciações críticas, elaborar um corpo de contra-argumentos sintáticos à tese da chamada passiva pronominal, no âmbito da filologia portuguesa.³

3 Aos estudiosos interessados no assunto, sugerimos consultar o texto integral de nossa Tese de Doutorado, intitulada *O pronome SE: uma palavra oblíqua e dissimulada* (1990), à disposição na Biblioteca da Pós-Graduação da Fac. de Letras – UFRJ.

5 – Reflexões Finais

Gostaríamos de encerrar este trabalho destacando certos pontos importantes e que despertaram a nossa atenção durante a pesquisa. Referimo-nos ao comportamento sintático ambíguo do pronome *se*, inerente à voz medial, sobretudo no que diz respeito ao português do Brasil.

Começemos pelos verbos pronominais. Sua divisão em essencialmente pronominais e acidentalmente pronominais deixa transparecer algumas das dissimulações do nosso pronome.

Pensamos que no eixo paradigmático, o reflexivo tem potencialmente a capacidade de exercer tanto a função de *se*-OD (medial reflexiva) como a atribuição de *se*-PIV (medial dinâmica). No eixo sintagmático, contudo, onde relações *in praesentia* deveriam definir concretamente a questão, podem surgir problemas na interpretação do comportamento sintático do pronome.

Entendemos que a diferença entre um *se*-OD e um *se*-PIV reside no fato de neste, mais do que naquele, o reflexivo, como expressão da medial dinâmica, representar o mais alto grau de integração do sujeito no processo verbal, uma espécie de integração irreversível, expressa sintaticamente pela fossilização do pronome-objeto e sua integração à conjugação do verbo, dito, neste caso, essencialmente (ou privativamente) pronominal, como por ex.: *arrepender-se*, *abster-se*, *ater-se*, *atrever-se*, *apiedar-se*, *afeiçoar-se*, *dignar-se*, *queixar-se*, *suicidar-se*, *ufanar-se*, etc.

Já no caso dos acidentalmente pronominais (pronominalizados), o que se nota é um comportamento ambíguo por parte do pronome, resultado de situações-limite, a saber:

- a) Em alguns casos, o pronome *se* apresenta, à feição de um *se*-PIV, como que já integrado ao verbo ou em vias de fossilização, como, por ex., em *ele vive se lamentando* (= *se queixando*), a par do uso não-pronominal do verbo como transitivo direto: *ele lamentou* (= *lastimou*) o fato. Trata-se de situações em que o verbo, por um lado, apresenta um emprego pronominalizado específico e semelhante ao dos essencialmente pronominais; e por outro, um uso transitivo não-pronominal, fato que não ocorre com os privativamente pronominais. Coisas da voz medial. Servem de exemplo: *angustiar-(se)*, *amendrontar-(se)*, *apaixonar-(se)*, *dar-(se)*, *desabafar-(se)*, *entusiasmar-(se)*, *esforçar-(se)*, *impacientar-(se)*, *orgulhar-(se)*, *preocupar-(se)*, *sentir-(se)*, etc.
- b) Em outros casos, o pronome oscila, oblíqua e dissimuladamente, entre a medial reflexiva (*stricto sensu*) e a medial dinâmica (*lato sensu*),

isto é, entre *se-OD* e *se-PIV*, ou melhor, uma espécie de *se-PIV ad hoc*. Também neste caso, coisas da voz medial. Por ex.: *apresentar-(se)*, *convencer-(se)*, *desvalorizar-(se)*, *descontrair-(se)*, *conscientizar-(se)*, *preparar-(se)*, *recuperar-(se)*, etc. Seria o caso de chamar o pronome, nestas situações, de um *se* mutante? Esta oscilação parece sugerir que o grau de integração do sujeito na ação verbal (representada pela presença do reflexivo) não é tão intenso quanto o que ocorre na situação anterior, a qual, por sua vez, configura uma situação muito próxima da integração extrema e irreversível presente nos verbos privativamente pronominais.

- c) Há também a situação oposta: é o caso dos verbos despronominalizados, que, na condição de *ex-pronominais*, passam a intransitivos, afastando-se do uso medial e definindo-se pelo pólo verbal da voz ativa. Nesses casos, a presença do pronome parece se revestir de um caráter eventual e fortuito, à semelhança do uso expletivo (cf. *ir-(se)*, *rir-(se)*, etc.), levando-o a oscilar entre as atribuições de *se-PIV ad hoc* e *se-PR*, como por ex., em *ela (se) sentou*, *ele (se) levantou*, *Pedro (se) casou*, etc. Sousa da Silveira (1971:99) e Barbadinho (1972:114) apresentam extensas listas desses verbos.⁴

Em resumo, no eixo sintagmático, em alguns casos, define-se e consoma-se o comportamento sintático do pronome; em outros, permanecem as fronteiras ambíguas a que fizemos referência, devidas, em última instância, à origem medial comum tanto ao *se-OD* como ao *se-PIV* (e até mesmo ao *se-PR* na medial expletiva), facetas oblíquas, e por vezes dissimuladas, de uma mesma moeda: a voz medial. Não percamos de vista que, no fundo, todo *se-PIV* é um *se-OD* fossilizado.

Infelizmente, os dicionários de regência verbal disponíveis não dão conta dessas ambigüidades e sutilezas, registrando tais verbos, indistintamente, como pronominais. Neste trabalho, tivemos oportunidade de chamar a atenção para o problema, apontando fronteiras ambíguas, em alguns casos. Ressalvamos que somente o *uso* poderá definir certas ambivalências e idiossincrasias próprias do comportamento sintático do nosso reflexivo.

Gostaríamos agora de relacionar estas reflexões a respeito dos verbos pronominais com o uso da estrutura sintática impessoal [suj. Ø + v. 3.^a p.s. + *se-IIS*]. É que os referidos verbos não se prestam ao emprego impessoal. Por

4 Neste início de 1997, cartazes espalhados pela cidade anunciavam o lançamento do filme *Pequeno dicionário amoroso*, nestes termos: “Não *case* nem *separe* sem ver este filme”. Sousa da Silveira estava certo quando escreveu que a tendência do português era a de abandonar o pronome *se-PIV* “como um trambolho”.

isso, não aparecem na mencionada estrutura. Cumpre, a esta altura, aprofundar este ponto.

Além de certas restrições condicionadas (incompatibilidade fônica, sintática e de uso), podemos acrescentar que nos verbos essencialmente pronominais, o *se*, na condição sintática de PIV, reflete, mais do que em qualquer outra circunstância de uso medial, a integração intensa do sujeito na ação que dele emana. É por isso, também, que esses verbos não se prestam ao emprego impessoal, não ocorrem em orações de sujeito indeterminado. As construções de verbo essencialmente pronominal na 3ª pessoa, seja com nome anteposto, seja posposto ao verbo, serão sempre e necessariamente pessoais. Vejamos alguns exemplos:

O povo *se queixa* / *queixa-se* o povo.

O culpado *se arrepende* / *arrepente-se* o culpado.

O aluno *se suicidou* / *suicidou-se* o aluno.

Estejam antes ou depois dos verbos pronominais acima, os nomes *povo*, *culpado* e *aluno* desempenharão sempre a função de sujeito. A nosso ver, trata-se de frases representativas da voz medial dinâmica, com o reflexivo desempenhando exclusivamente a atribuição sintática de *se*-PIV. E isto independentemente da presença, nos referidos sujeitos, dos traços semânticos humano e animado. Lembremos que na medial dinâmica existe a possibilidade de personificação de sujeitos não-humanos ou inanimados (v., por ex., o soneto *A vingança da porta*, de Alberto de Oliveira).

Já com os verbos acidentalmente pronominais, podem ocorrer situações de ambigüidade, devido à natureza sintática ambivalente desses verbos, como já comentamos.

Ainda com referência à estrutura sintática impessoal [suj. Ø + v. 3.ª p.s. + *se*-IIS], gostaríamos de enfatizar a constatação desta pesquisa, segundo a qual a referida estrutura tem, na sintaxe viva do português do Brasil, caráter generalizante. Ela comporta toda a gama da predicação verbal portuguesa, inclusive os verbos transitivos diretos, em construções reconhecidas pelos falantes como portadoras de valor ativo e impessoal, como por exemplo, *aluga(m)-se casa(s)*, *estuda-se latim*, etc. Tais construções identificam-se com outras de igual valor, formadas com verbos intransitivos (*vai-se à escola*, *dorme-se bem no inverno*), transitivos indiretos (*necessita-se de tempo*) e de ligação (*é-se feliz*). Em todas, o pronome, esvaziado da função reflexiva, exerce a atribuição sintática de *se*-IIS. Em todas, o que existe é a noção de atividade e de impessoalidade verbais.

Quanto à interpretação passiva dessas construções pronominais impes-

soais com verbo transitivo direto (tipo *aluga-se casa*, *aceita-se encomendas*, etc.), a linha de visada do futuro, com base na tendência atualmente observada, aponta no sentido de ficar a referida interpretação confinada ao âmbito gramatical da língua, “à esfera dos eruditos”, como diz Clóvis Monteiro (1959: 70). A não ser que a doutrina gramatical em vigor sobre o assunto acabe assimilando o sentimento, a esta altura patente na sintaxe viva, do valor ativo e impessoal das referidas construções. Como já fez, aliás, em torno de outros pontos igualmente controversos da sintaxe portuguesa (cf. a polêmica e célebre questão da colocação de pronomes, para citar apenas um exemplo).

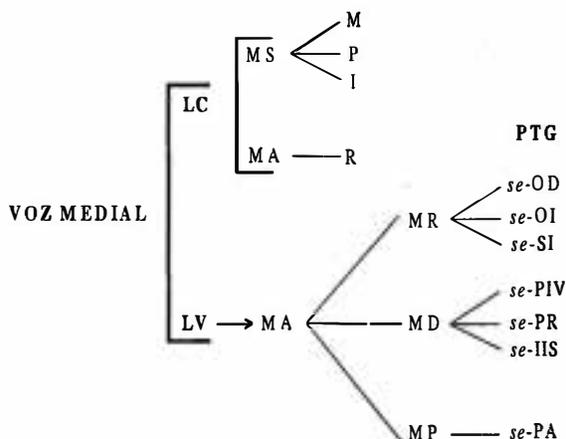
Conforme diz Rodrigues Lapa (1970: 146), “por ora, ainda lá não chegamos”. Apesar das sábias e dotas ponderações de ilustres estudiosos brasileiros, como Said Ali, Antenor Nascentes, Celso Luft; e portugueses, dentre os quais se destaca o nome do próprio Rodrigues Lapa.

Com efeito, “ainda lá não chegamos”, mas certamente para lá caminhamos, pois como ensina o Prof. Sílvio Elia (1989: 21),

(...) a norma culta não é obra de especialistas, fabricada em gabinetes. Ela se constitui através dos tempos, graças à profícua atividade das pessoas cultas, em gerações sucessivas. (...) Ela *pré-existe* e não *pós-existe* à análise e investigação dos doutos.

E no momento atual da língua portuguesa no Brasil, “as pessoas cultas”, aquelas que forjam a nossa norma culta, em sua grande maioria, sentimos e entendemos como portadoras de valor ativo e impessoal construções pronominais do tipo *aluga-se casa*, *aceita-se encomendas*. E essa conjunção de sentimento e entendimento lingüísticos certamente “*pré-existe*” à interpretação passiva que dessas construções faz a doutrina gramatical ainda em vigor.

Encerrando, apresentamos o esquema resumitivo abaixo:



Bibliografia

- BARBADINHO NETO, Raimundo. *Tendências e constâncias da língua do modernismo*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1972.
- BASSOLS DE CLIMENT, Mariano. *Sintaxis latina* (2 vol.). Madri, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 4.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1972.
- _____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 8.^a ed., Petrópolis, Vozes, 1978.
- CARVALHO, Castelar de. *O pronome SE: uma palavra oblíqua e dissimulada*. Tese de Doutorado (mimeo). Rio de Janeiro, Faculdade de Letras – UFRJ, 1990.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7.^a ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1976.
- ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo, Ática, 1989.
- LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 6.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 3.^a ed., Porto Alegre, Globo, 1979.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3.^a ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
- MONTEIRO, Clóvis. *Português da Europa e português da América*. 3.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1959.
- MÜLLER, Henri F. “The passive voice in vulgar latin”. In: *The romanic review*, vol. XV. New York, Columbia University Press, 1924.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957.
- SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957.
- SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de. *Fonética sintática*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Trad. Antonio Houaiss. Rio de Janeiro, INL, 1961.

PRONÚNCIA DE NOMES PRÓPRIOS: O PROBLEMA GANDAVO OU GÂNDAVO*

Evanildo Bechara
UERJ

Em 1946, Pero de Magalhães volta a suscitar a atenção do público estudioso não porque um historiador viesse trazer novos subsídios de interpretação a seu *Tratado da Terra do Brasil ou História da Província Santa Cruz*, ou um filólogo focalizasse aspectos de seus opúsculos gramaticais. A razão era tão somente a questão de pôr em dúvida o tradicional uso de se proferir como paroxítono – *Gandavo* – o último elemento aposto ao nome próprio daquele que Barbosa Machado considerara “insigne humanista e excelente latino”, natural de Braga e dos primeiros apaixonados do Brasil.

O problema foi levantado pelo competente estudioso da toponímia e antroponímia portuguesas, o Dr. Joaquim da Silveira, que, em nota inserida na revista *Brasília* (Coimbra, 1945, vol. III p. 525-528), defendia a tese de que a verdadeira pronúncia seria *Gândavo*, proparoxítono, e não *Gandavo*.

Tal gentílico que tem como base *Gand* ou *Ganda*, se explica porque o autor descendia de flamengo, especialmente pelo lado paterno: *Gandavo*, correspondente ao francês *Gantois*, designaria o morador ou filho de Gand, segundo Capistrano de Abreu que, na *Introdução* dos opúsculos históricos publicados pela Academia Brasileira de Letras, lhe estudou a vida e a obra.

Joaquim da Silveira alicerça sua proposta em dois argumentos que considera decisivos. O primeiro deles é o testemunho do célebre bibliógrafo espanhol Nicolau Antônio, que viveu “um pouco depois” do nosso historiador e gramático, e que embora registre “o apelido deste sem qualquer sinal diacrítico no texto da sua *Bibliotheca Hispana*, tomo II, pág. 168 (Roma, 1695), é certo que, na parte final desse mesmo tomo, quer no *Index cognominum*, pág. 391, quer no *Index patriarum*, pág. 458, quer ainda no *Index ultima materiarum – Historica*, pág. 629, o acentua expressamente e sempre *Gândavo*, como acentua igualmente *Gândara*, *Gâlvez*, etc” (*Brasília*, p. 527).

* Comunicação apresentada ao 5.º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas realizado na Universidade de Oxford, em dezembro de 1996, aqui reproduzida com alguns retoques.

Continuando, o mesmo estudioso conclui:

Este uso proposital e insólito, em obra latina, de um acento não conhecido em latim, e a sua repetição 3 vezes, pelo menos, manifesta o empenho do autor em evitar silabadas, e denuncia claramente que Nicolau Antônio estava bem ciente do que fazia marcando de esdrúxulo aquele vocábulo (Id, *ibid.*).

A outra prova vem da lição do lexicógrafo J. Facciolati:

Em segundo lugar, o topônimo latino *Gandavum*, base do apelido, tinha, segundo os latinistas, a segunda sílaba breve, e portanto o acento tônico recaía sobre a primeira, o que de resto é corroborado até pela forma curta medieval *Ganda*, que não pode ter outra acentuação, e pelas modernas *Gent* e *Gand*, que lhe sucederam, citadas na nota anterior. Essa quantidade breve da 2.ª sílaba vejo-a, marcada no conceituado *Calepinus Septem Linguarum*, de J. Facciolati, segundo a cuidada edição de Veneza de 1778, dirigida por J. B. Galliccioli, onde se lê: “*Gandävum*, n.º 2, ante Ganda, olim Clarinea: *Gant*, inc[olis] *Ghent*, urbs maxima Belgii, Flandriae caput...” (Id., *ibid.*, 527-528).

Diante de tais provas, arremata Joaquim da Silveira:

Em face destes dados, e salvo melhor documentação em contrário, entendo, pois, que a prosódia verdadeira do apelido discutido é *Gândavo*, e não *Gandavo* (Id., *ibid.*, p. 528).

A proposta do estudioso português mereceu o aplauso de quantos vieram posteriormente a tratar de Pero de Magalhães, quer em enciclopédias, quer em trabalhos de natureza histórica, literária ou lingüística, assinados por notáveis especialistas nestas áreas da ciência. Entretanto, a proposta deixou alguns pontos no ar, pontos que a presente comunicação pretende trazer à baila e discutir mais amiudamente. São pontos que descuram a história cultural e lingüística mesma do topônimo e do etnônimo, o processo de formação da palavra e, assim, os elementos lingüísticos que a constituem, dentro da língua portuguesa. Em primeiro lugar, há de se indagar por que diante de tais contundentes provas, passaram grandes e compeentíssimos mestres da história, da literatura e da lingüística a proferir o apelido como paroxítono. No Brasil, Capistrano de Abreu não pronunciava de outra maneira. Em Portugal, José Leite de Vasconcelos, nos livros em que já marcava com acento diacrítico os proparoxítonos, nunca procedeu diferentemente. William Dwight Whitney, linguista geral e indo-europeísta consagrado, ao dirigir *The Century Dictionary of English* reservou o décimo e último volume da obra ao registro dos nomes próprios em geral e aí seu colaborador, Benjamin E. Smith, incluiu o nome do humanista português, assinalando, entre parêntese, como paroxítono o apelido *Gandavo*. Por fim, o filólogo brasileiro de muito mérito que foi Cândido Jucá

(filho) registra Gandavo, paroxítono, pronúncia recomendável, no seu prestante *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. Assim também sempre o ouvi proferir Said Ali, que nos iniciou na leitura de Capistrano de Abreu e do humanista português.

Se não bastasse o peso da tradição, juiz da exemplaridade na linguagem, ainda que tradição mais recente – partindo do pressuposto da aceitação das provas trazidas por Joaquim da Silveira –, vale a pena começar nossa tese pelo latim, já que aí repousa a nosso ver o argumento mais forte e cientificamente mais decisivo da proposta inovadora do estudioso português.

Antes de mais nada, vale só como artifício retórico da discussão afirmar Joaquim da Silveira que, nessa língua, tinha o topônimo *Gandavum* “segundo os latinistas, a segunda sílaba breve”. Se não estamos em erro, esse registro trazido como prova, só o encontrou Silveira no citado léxico, aliás difundidíssimo outrora. E, assim mesmo, nem todas as edições do *Calepinus* trazem a lição evocada por J. da Silveira. Cremos que, se houvesse mais registros em outros dicionários, eles seriam trazidos em favor da tese inovadora. Na realidade, não topamos em nenhum dicionário latino de prestígio, pondo nesse rol os antigos e os modernos. Nem mesmo no *Lexicon totius latinitatis*, de Egídio Forcellini, discípulo de Jacob Facciolati, considerado ainda hoje fundamental repertório da lexicografia latina, o topônimo é contemplado. Os dicionários mais modernos que estendem sua documentação ao latim medieval, como o *Lexicon latinitatis medii aevi*, publicado sob a direção de Albert Blaise (Turnholti, 1975), registram o topônimo sem nenhuma indicação quanto à sua prosódia. Assim também a obra de indispensável consulta de Ernst Försternann, *Altdeutsches Namenbuch*, citada por Joaquim de Silveira. Aí vem assinalado o exemplo mais antigo do topônimo, colhido na *Vita S. Amandi*, do século VII, inserida nos *Acta Sanctorum*, editados por Mabillon. Tratando-se de uma formação do latim medieval, época em que a distinção opositiva e distintiva da quantidade havia de há muito desaparecido do sistema da língua justifica-se a falta do uso do acento diacrítico, como sói ocorrer nos dicionários e léxicos da latinidade medieval (Du Cange, Niermeyer, Blaise, para simples amostra).

É patente que o topônimo tem como base *Gand* ou *Ganda*, mas como explicar o final? O pretense sufixo *-(a)vus* não existia para formação dos gentílicos nem em latim, nem no flamengo e holandês, nem nas línguas românicas. No latim e nas suas continuações neolatinas o sufixo por excelência é *-ensis*, como registra o *Lexicon*, de Blaise: *Gandavensis*, correspondente ao português *Gandense*. Aliás, pelo testemunho do referido *Lexicon*, *Gandavum* poderia valer pelo simples *Gand*, donde sairia o gentílico *Gandavensis*.

Não tem peso científico nem se baseia na prática dos procedimentos de formação de palavras por meio de sufixos, defender a pronúncia proparoxítona, estribando-se na sílaba tônica do primitivo *Ganda*; basta atentar para *Roma* → *romanus*.

Não sendo o nosso topônimo formado de *Gand(a)* mais sufixo, onde encontraria sua fonte originária? Pensamos que tal forma se explica por analogia com *Batavo*, esse sim com boa tradição em latim, quer na forma substantiva plural *Batavi*, quer na adjetiva *Batavus*, correntes em César, Martial, Tácito e tantos outros escritores. Não seria a primeira vez que se tomava parte da base como se fora morfema; em português, por exemplo, já se pensou depreender o sufixo formador de gentílicos *-io* em *algarvio*; na realidade a palavra é o árabe *algarbî*. Leite de Vasconcelos, referindo-se a *Gandavo* (*Opúsculos*, III, Onomasiologia, p. 103), alude a um trabalho de certo Victor Tourneur, funcionário da Biblioteca Real da Bélgica, acerca da história e etimologia do nome *Gand*, que mencionava no século VII o *pagus Gandavus*, *-um*, com o sufixo *-avu*. Infelizmente o notável mestre da filologia portuguesa não aprofundou a discussão do nome e do pretense sufixo. A verdade, porém, é que na extensa obra que escreveu sobre onomasiologia, antroponímia e toponímia, jamais registrou um sufixo *-(a)vu*. Chegou a discutir a pronúncia do topônimo *Ílhavo*, proparoxítono, do latim *Iliabum*, onde poderia ter aproveitado a ocasião para aludir ao caso, já que tratava da questão de se dever proferir *Ílhavo* ou *Ilhavo*.

Na hora de trazer para seu nome a lembrança de suas origens flamengas não seria outra a decisão em favor da pronúncia paroxítona da parte de um “insigne humanista e excelente latino”.

Além das raízes tradicionais latinas, a região Batávia ocupava destacado lugar na área política, econômica e cultural, além de geograficamente vizinha, o que a colocava em condições de servir de modelo a um neologismo como *Gandavum*, na época em que este foi criado. E no padrão prosódico de *Batavi* e *Batavus*, só poderíamos ter *Gandavum* como paroxítono em latim medieval e eclesiástico e *Gandavo* em português, portanto. É difícil explicar a razão que levou Facciolati a optar pelo registro inédito – insistimos nisto – do topônimo com sílaba medial breve; de qualquer maneira, a lição do lexicógrafo não recebeu o beneplácito do uso até que viesse à luz anota de Joaquim da Silveira, mais de um século e meio depois.

No que toca ao testemunho do bibliógrafo espanhol Nicolau Antônio nos índices que rematam sua *Bibliotheca Hispana nova*, cabe lembrar que a 1.^a edição de 1696, citada pelo estudioso português, teve uma 2.^a ed. saída em 1788, em dois tomos, com acréscimos e numerosas correções a cargo de Francisco Pérez Bayer.

Na 2.^a edição aparece *Gândavo* nos lugares indicados por Joaquim da Silveira, só que, primeiro, é preciso verificar se a novidade da prosódia pertence mesmo a Nicolau Antônio. Assentada a responsabilidade do bibliógrafo espanhol, é tal a proliferação de acentos diacríticos nessa 2.^a edição da *Bibliotheca Hispana Nova*, que não se percebe a existência de critério orientador de tal procedimentos.

Os argumentos colhidos por Joaquim da Silveira para fundamentação da sua proposta não têm, cremos nós, a força que dispense a análise e discussão dos aspectos linguísticos trazidos aqui à baila. Por esses aspectos intrínsecos ao problema é que continuamos a pensar que se que deva retornar ao testemunho da tradição e continuar pronunciando *Gandavo* o nome daquele que, segundo Camões, seu amigo, exaltou “*a Terra Santa Cruz, pouco sabida*”.

CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS
OU
CRÔNICAS MACHADIANAS?
(ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DO PROBLEMA)*

Horácio Rolim de Freitas
USU/UERJ

O tema em estudo apresenta problemas que dizem respeito à Crítica Textual, motivo por que faremos uma breve introdução sobre o assunto.

O estudo da língua através de textos, suas explicações e interpretações requer conhecimentos vários, como História, Literatura e outras disciplinas auxiliares. Requer, portanto, *cultura*.

Na Antiguidade, os homens de erudição, amigos das letras, das obras, principalmente literárias, eram denominados *filólogos* e a ciência deste assunto *Filologia*, que significa, etimologicamente, “amor, culto à erudição”.

É, pois, a Filologia uma ciência histórica, trabalha com documentos e tem como processo permanente a crítica.

A par da Filologia surgiu a Lingüística, ciência puramente especulativa. O seu objeto formal é a língua em si mesma, a língua como fato social da linguagem. Historicamente a Filologia precedeu a Lingüística. Hoje, se compreende a Lingüística como o estudo das línguas *em todos os seus aspectos*, inclusive o filológico.

Na Antigüidade clássica já se encontra o interesse pela restauração de obras, explicação de textos, correções, comentários, questões gramaticais, glosários. Era o trabalho do *eruditus*, do *grammaticus*, do *filologus*. Aristófanes de Bizâncio, por exemplo, fez uma edição da obra de Homero e edições críticas dos líricos Alceu, Anacreonte e Píndaro, além de comédias de Aristófanes.

Foi do amor à poesia que nasceu a ciência filológica, como nos diz o Prof. Segismundo Spina.

Varrão, o grande gramático latino, ensinava que: “Grammatica officia constant in partibus quattuor, lectione, enarratione, emendatione, iudicio”.

* Palestra proferida no II Congresso Nacional de Filologia da UERJ

Outra denominação tem sido empregada para a publicação de documentos após a apuração do texto e comprovação de sua fidedignidade, fundamentada em método crítico: ECDÓTICA.

O termo *Ecdótica* no sentido de edição crítica de textos aparece na obra *Manuel de Philologie Classique*, 1.^a ed. 1879, de Salomon Reinach.

Foi pioneiro no Brasil, nos estudos de Ecdótica, o Prof. Emanuel Pereira Filho. Suas pesquisas sobre a lírica de Camões atestam rigor científico na investigação textual. Deixou teoria e método aplicáveis aos problemas de Ecdótica.

Em relação à técnica e à interpretação literárias, e aí nos situamos nos textos, grande contribuição devemos a Eugenio Coseriu que descreve a importância dos *entornos*: o ambiente, a situação o contexto físico. Por necessários, o autor deve criá-los através do contexto verbal, diz-nos Coseriu.

Esses elementos (situação, ambiente, contexto) já foram destacados por eminentes lingüistas, como: Pottier, Bally, Halliday.

Pottier explica que a *mensagem* não exprime apenas a intenção da comunicação. Há sempre uma parte *implícita*. Ensina que a mensagem traz *implícitos* o *contexto* e a *situação*. O texto, em geral, é cortado em pedaços e cada um depende do que o precedeu. Ao uni-los, temos o *contexto* e só através dele o texto se ilumina.

Não menos importante é a *situação* ou elementos *circunstanciais*, indicações marginais, como: o barulho, o lugar, o momento do dia e todos os dados já conhecidos pelo receptor.

Lembramos, aqui, exemplo dado por Pottier sobre a obra *A Peste*, do escritor Camus.

É preciso descobrir o valor *expressivo* do termo. Aproveitando o exemplo, podemos aplicá-lo no conceito de valores de que nos fala Coseriu.

A palavra *peste* designa *doença* – A peste levou dezenas de pessoas aos hospitais.

Em nossa língua a palavra *peste* pode apresentar a *significação* de *má, ruim* – Aquela mulher é uma peste.

Mas pode ter outro valor : o *sentido*, que pertence ao *saber expressivo* do qual trata a Lingüística Textual.

Assim, o título da obra de Camus, *A Peste*, só é detectado por quem a lê toda, unindo as partes que constituem o *contexto*. A palavra *peste* na obra de Camus tem o sentido de “o domínio do invasor”.

Este intróito objetiva propiciar um embasamento teórico ao estudo que vamos apresentar sobre crônicas de Machado de Assis.

Outras denominações existem para a investigação e interpretação de textos: Crítica Verbal, Textologia, Estemática, Variantística, Hermenêutica, Crítica Genética, como nos ensina um eminente filólogo e primoroso crítico textual: Professor Maximiano de Carvalho e Silva. Este mestre prefere a expressão *Crítica Textual*, que utilizamos no início desta exposição.

Crônicas machadianas

Dentre os inúmeros biógrafos e críticos de Machado de Assis destaca-se a figura de Raimundo Magalhães Júnior. Depois de Lúcia Miguel Pereira e outros que devassaram a vida e a obra de nosso maior estilista, parecia que nada ou quase nada poderia dizer-se sobre o grande escritor. Eis que, em 1954, publica Raimundo Magalhães Júnior a obra *Machado de Assis Desconhecido* pela Editora Civilização Brasileira, contendo a 1.^a edição 381 páginas, e a 3.^a (1957) 437 páginas.

A muitos tal título pareceu hiperbólico, pouco condicente com a verdade. Mas, após a leitura dos capítulos que o compõem, logo se verificou como o universo machadiano é tão grande quanto o horizonte.

Estudioso de nossa Literatura, crítico arguto, Raimundo Magalhães Júnior apresenta novas facetas da obra machadiana. Relendo-a, inúmeras dúvidas e indagações surgiram. Inicialmente, chamam-lhe a atenção duas frases que constam da crônica *Preleções Gramaticais*, editadas em 08/02/1861 (Vol. 1, pág. 209):

“Os negros de *tigres* com ferro ao pescoço.”

“Os *tigres* saem de todas as portas e a todas as horas.”

Pesquisando o emprego da palavra *tigre*, constata Raimundo Magalhães Júnior tratar-se de um tipo de *barril* ou *latão* carregado de fezes que os escravos conduziam na cabeça para lançá-las ao mar. Positivamente, a imagem que se nos afigura não pertence ao universo machadiano.

Em leitura atenta, outros termos afloram como atípicos nas crônicas de Machado de Assis, como é o caso de:

“De qualquer *imundície* faz-se aterro no campo de Sant’ Ana.”

“Prometer casamento a uma *menina* pobre e roer a corda...”

Não é do estilo de Machado de Assis o uso de termos vulgares, rasteiros, como nos explica Magalhães Júnior:

“Não condizem, em absoluto, com o feitio intelectual do escritor, com as preocupações de seu espírito e, sobretudo, com a discrição com que evitava certos assuntos”.

O emprego de *menina* por *moça*, repetidas vezes, pertence ao registro lusitano, não ao nosso. Por outro lado, palavras como: *imundície*, *porcaria*, a que Machado tinha ojeriza, também não fazem parte de seu léxico.

Ora, sabe-se que a escolha adequada dos vocábulos, dentre outras características, marca o estilo de um autor: estilo rico ou pobre.

Mestre no uso do adjetivo, do substantivo e, também, como Eça de Queirós, do advérbio, difícil é atribuir-lhe exemplos com aquelas palavras.

Estudando os fatos e a época em que foram escritas as crônicas, Raimundo Magalhães Júnior chega a conclusões de real importância para o conhecimento da obra machadiana, publicadas em *Machado de Assis Desconhecido* no capítulo intitulado *Crônicas que não são de Machado...* Trabalhando na *Semana Ilustrada*, Machado usava o pseudônimo de *Dr. Semana*. Explica-nos Raimundo Magalhães Júnior que esse pseudônimo servia a vários escritores daquela revista.

A Editora Jackson, que publicara a obra completa de Machado de Assis em 33 volumes, assim se justifica no Prefácio:

“Foram diversos os pseudônimos de Machado de Assis nas Crônicas. Na *Semana Ilustrada*, colaboraram várias penas. Reunimos nesta coleção as que, pelo estilo, nos *pareceram*, evidentemente, de Machado de Assis.” (o grifo é nosso)

Depreende-se daí que a seleção não se baseou em nenhuma pesquisa ou estudo crítico textual, mas apenas no que “parece”, é provável”, “deve ser”.

Na crônica já mencionada *Preleções Gramaticais*, de 1861, dessa edição da Jackson, Magalhães Júnior cita as passagens:

- “Diz o Dr. Semana que escreveu as regras de gramática a pedido de seu moleque para que por elas pudesse aprender a sua interessante *consorte*, que infelizmente ainda é um *poucoquinho* estúpida.”
- “Quanta *mulher feia* no Rio de Janeiro, quanto *militar poltrão*!”
- “Prometer casamento a uma *menina* pobre...”
- “Que *chapéus monstros* nas cabeças dos pretos.”

Explica-nos Raimundo Magalhães Júnior:

“aquelas expressões – *tão apertuguesadas* e tão estranhas ao seu vocabulário como ‘*poucoquinho*’, ‘*cidadoa*’, inaceitáveis mesmo quando as levássemos à conta de uma tentativa de gracejo.”

A preocupação constante com os negros, admissível num estrangeiro, não o é em Machado de Assis habituado a eles, e ele próprio um mulato.

Raimundo Magalhães Júnior exemplifica a crônica *Carrapatos Políticos* datada de 1862, de onde retira as seguintes passagens:

– “Velhos *desdentados*, *fedorentos* de rapé, *ramelosos* de um dos olhos.” (Vol. 1.º, pág. 215)

– “Um estadista que *escarra* pelos cantos, palita os dentes.”

A respeito diz-nos Magalhães Júnior: “Trata-se de um material ordinariamente estranho à linguagem e às preocupações de Machado de Assis”.

Em outra crônica, *Manifesto do Dr. Semana*, de 1863, destaca o crítico a seguinte passagem:

– “...que o ministro Christie em *asmáticos* acessos de melancolia diplomática enche as *escarradeiras* de seu bed-chamber”. (Vol. 1.º, pág. 234)

É reconhecida a repugnância de Machado de Assis por certos termos que empanam a pureza e a finura de estilo. Lembra Raimundo Magalhães Júnior que na crítica feita à obra de Eça de Queirós, *O Primo-Basilio*, censura o emprego da palavra *catarro*, por desnecessária, e diz lamentar que “Eça nos dê as cenas repugnantes do Paraíso”. Lembra, ainda, Magalhães Júnior que sobre essa palavra assim se expressou o nosso Machado de Assis:

“Ruim moléstia é o *catarro*, mas por que não de padecer dela os personagens do Sr. Eça de Queirós?”

Em sua pesquisa, Raimundo Magalhães Júnior constata que além das palavras já exemplificadas, a que Machado de Assis tinha aversão, outras jamais aparecem em seu universo lexical, como é o caso da interjeição *Chiton*, usada na crônica *Novidades da Semana*, de 1864, onde se faz uma crítica ao drama *A Punição*:

– “A imaginação do Dr. Semana aterra-se diante do quadro lúgubre dessas acepções cruéis e não tendo meio de oferecer alívio a tanta desgraça junta, toma o partido de fechar os olhos e de calar a boca. *Chiton!*” (Vol. 1.º, pág. 266)

Nota: A palavra *Chiton* significa “cale a boca”, “caluda” e provém do francês *chut donc* segundo o Dicionário de José Pedro Machado. MORAIS registra as formas: *chiton* e *chitão*.

Nessa pesquisa, levantando os fatos da época, Raimundo Magalhães Júnior conclui que na *Semana Ilustrada*, entre 1859 e 1867, principalmente, as crônicas assinadas *Dr. Semana*, não pertencem a Machado de Assis.

Havia, na mesma sala em que Machado trabalhava, outros colaboradores, como é o caso do português ERNESTO CYBRÃO que, também, se assinava Dr. Semana. Daí, as expressões lusitanas, a preocupação com os negros e o vocabulário incompatível com o de Machado de Assis.

Diz-nos Raimundo Magalhães Júnior: “Essas crônicas não têm nem de longe suas características de estilo, sua graça, leveza e finura de espírito. Não seriam antes de Cybrão que de Machado de Assis aquelas páginas? O estilo, as jocosidades, certos vocábulos de que Machado jamais se utilizou, denunciavam-lhe origens lisboetas ou portuenses. Cybrão tinha fumaças literárias, citava o seu francês, mantinha na *Semana Ilustrada* assídua colaboração em versos, sob o pseudônimo de Boileau-Mirim”.

Foi inevitável. Depois da publicação da obra *Machado de Assis Desconhecido*, a Editora Jackson não mais reeditou a obra completa de Machado.

Coube, posteriormente, à Editora José Aguilar reeditá-la em três volumes cuja 1.^a edição se deu em 1959; a 2.^a, em 1962.

No prefácio do 1.^o vol., o editor da Aguilar declara que ficaram de fora, na presente edição, apenas uma parte dos Contos, das Crônicas e do Teatro, e algumas páginas de crítica.

Note-se que a Editora Aguilar não publica as crônicas entre 1859 e 1867, período em que foram escritas aquelas assinadas *Dr. Semana*.

A essas *crônicas*, citadas por Raimundo Magalhães Júnior, acrescento outras que, acredito, não pertencem a Machado de Assis, pelo estudo que fiz na observação do léxico e do estilo. São da mesma época, o pseudônimo é o mesmo e o estilo em nada condiz com estilo do grande escritor.

Bernadices (de 14/2/1864)

Nesta crônica, o Dr. Semana defende o jornal contra pessoas que teriam visto no número anterior um ataque à empresa dos bailes mascarados do Teatro Lírico. Ao fazê-lo, usa de duas expressões imagísticas dignas do preciosismo das cortes francesas mas indianas do estilo de Machado de Assis.

Ei-las:

“Nunca pretendi, não pretendo e não hei de pretender arrematar os bailes do Teatro Lírico. Não apareçam, portanto, *apoplexias do medo*.”

E mais adiante:

“Estou superior a todas essas *intriguinhas*, mas não desejo que amigos meus se possam ofender, acreditando que sou capaz de *molestar o menor mosquito*, por inveja, ciúme, vingança... ou não sei o quê.” (Vol. 1.^o, pág. 246,7)

Há de se convir que as expressões em destaque são de mau gosto, destoam do estilo apurado de Machado de Assis que, admito, jamais lançaria mão de imagens tão inexpressivas. A palavra “intriguinhas”, por exemplo, é própria em desavenças proferidas no registro vulgar. A expressão “apoplexias do medo” é hiperbólica e inadequada ao assunto tratado.

Na crônica *Sarau Literário*, de 10/4/1864, o Dr. Semana abusa do termo *moleque*. Narra o encontro de políticos, literatos e comerciantes nos salões do Clube Fluminense, onde, em meia página, emprega cinco vezes o termo *moleque*, sem deixar de usar, também, a palavra *crioulo*, costume inusitado na obra de Machado.

Eis a passagem:

“O *moleque* da Semana é doido por estas festinhas. Guloso como um verdadeiro *moleque*... Fez-me uma revelação que não deixarei de comunicá-la, mesmo porque não guardo segredos do *moleque*.”

“O *moleque* é um tando desembaraçado, e fala de nossos *patrícios* como se fossem *crioulos*. E, apesar de não esperar do meu *moleque* senão alguma boa *molecagem*, confesso que me pareceu a sua reflexão uma boa idéia.” (Vol. 1.º, pág. 256)

Além dos termos *moleque* e *crioulo*, atente-se para o uso, mais uma vez, de *patrícios*, mais corrente no registro lusitano.

Em *Calendas de Abril*, de 17/4/1864, Dr. Semana escreve uma carta ao Imperador da China. Observemos alguns trechos.

“Celestial Senhor – Pretendia escrever a Vossa Obesidade na linguagem de Confúcio, visto como sou *poliglota* superior a Pico de la Mirandola.

“...espero ver arfar pela baía de Niterói uma invencível armada de juncos comandada pelo mais hábil Néelson de V. O. para restituir aos lares celestiais os mandarins degenerados e obrigá-los assim a voltar às *delícias da canga e do empalamento*.” (Vol. 1.º, pág. 259)

Não é próprio de Machado o auto-elogio, muito menos vangloriar-se de superioridade a outrem.

O segundo parágrafo, digno de um sádico, jamais seria assinado pelo autor de Dom Casmurro.

O autor chama de “delícias” a canga e o empalamento. Possivelmente para quem os visse! Não é demais lembrar que a ganga consistia em prender, com uma peça de madeira, o pescoço dos bois e dos escravos. O empalamento era um suplício: pregava-se o escravo numa estaca pontiaguda pelo ânus até morrer.

Tais descrições não fazem parte da imagística de Machado de Assis.

E mais adiante, outro trecho da carta:

“Não deixeis, grande Chaça, apodrecer nos cortiços do Rio de Janeiro os vossos deserdados fidalgos. *Cangaios* de novo, *ínclito*, *egrégio* e *magnânimo* corifeu dos salamalecos.”

Dr. Semana, não satisfeito pela sugestão anterior, reforça o pedido: *cangai-os*. Observe-se, também, o exagero no uso dos três adjetivos. Machado sabe empregá-los com mestria; em semelhante passagem não os usaria nem como antífrase.

As crônicas da Seção *Badaladas de Semana Ilustrada*, escritas entre o início da seção, em 20/6/1869, e o seu término, em 19/3/1876, não constam da Edição Aguilar por serem de duvidosa autoria. A Aguilar só publicou as crônicas escritas a partir de 1.º/7/1876 no vol III. As anteriores a esta data não devem pertencer a Machado de Assis, pois muitas passagens não são condicentes com o seu estilo.

Atentemos para os seguintes trechos de algumas crônicas daquele período.

Em crônica de 03/11/1872, Dr. Semana apresenta uma pseudoetimologia da palavra *medicina* que, dificilmente, seria assinada por Machado de Assis. Não que Machado fosse etimólogo, ou tivesse obrigação de sê-lo, mas, à falta de autenticidade na origem do termo, não se valeria de uma lenda, ou historieta ridícula, como a que transcrevemos.

– “Mas o leitor está achando isto muito grave, e pergunta-me naturalmente, ao ler a palavra *Medicina*, se eu conheço a sua etimologia.

Por que não ?

A etimologia de *medicina* é como acontece com outras palavras, uma lenda.

Conta-se que, no tempo do rei Numa, o corpo médico era composto unicamente de coveiros, regidos por um coveiro-mor, chamado *Cina*, avô, dizem, da tragédia de Corneille. Adoecia um romano (eterno romano!) iam os coveiros à casa do do ente medir-lhe o corpo para abrir a sepultura.

– Mediste, Caio? perguntava o chefe.

– Medi, Cina, respondia o coveiro oficial.

Daí, etc.” (Vol. 3.º, pág. 47)

Alguém atribuiria tal explicação a Machado de Assis?

Em outra crônica, de 20/10/1872, lê-se o seguinte diálogo.

“Conversavam X e Z a propósito da festa da Penha.

Z perguntou donde vinha o uso da *romaria*.

O interrogado ia justamente perguntar a mesma coisa.

Mas não hesitou em responder.

– É um uso romano. A austera república tinha esses dias de festa, semelhantes às férias latinas, e era então que todo o povo dava largas ao prazer. Pode-se dizer que nessas ocasiões *Roma ria*.” Sem comentários! (Ibidem, pág. 40)

É de grande importância para elucidação dos pseudotextos machadianos a explicação que nos dá J. Galante de Sousa, conhecido por sua probidade nas edições de textos.

Na bibliografia de Machado de Assis, publicada pelo Instituto Nacional do Livro, 1955, Galante de Sousa esclarece que o pseudônimo Dr. Semana foi usado por vários colaboradores, como: Pedro Luís, Varejão, Félix Martins, Quintino Bocaiúva e muitos outros, conforme afirmação de Lúcia Miguel Pereira. Outra observação da grande biógrafa de Machado, lembrada por Galante de Sousa, é que, na coleção da referida revista, *Semana Ilustrada*, existente no Instituto Histórico, as crônicas de Machado traziam, anotadas a lápis por Henrique Fleiuss, as iniciais do autor. Ao conferir tais crônicas, Galante de Sousa constata apenas três anotadas: a de n.º 471 (de 19/12/1869) em prosa, a de n.º 488 (de 17/4/1870), em verso, e a de n.º 598 (de 26/5/1872), em verso e em francês.

Por esse motivo, Galante de Sousa, mantendo a dúvida sobre o autor das crônicas da Seção *Badaladas*, de *Semana Ilustrada*, só registra o início da seção, (1869) e o seu término, (1876), justificando seu procedimento:

“Não julgamos prudente, porém, atribuir a Machado de Assis autoria desta ou daquela crônica, sem um exame sério e metucioso do estilo, deixando aos mais argutos o prazer de resolver o problema.”

Galante não as incluí, portanto, no índice Cronológico das obras de Machado de Assis por serem de autoria duvidosa, o que, também, acertadamente, fez a Editora Aguilar. Tais crônicas constam, apenas, da edição da Jackson, no vol. n.º 3.

Eis um problema filológico para a Crítica Textual, de magno interesse, que apresenta um agradável desafio para os especialistas no assunto, responsáveis que são pela última palavra.

Aguardamos novas pesquisas para o levantamento dos textos definitivos das crônicas de Machado de Assis.

Aquelas aqui exemplificadas podem ser crônicas machadianas, porém jamais crônicas de Machado de Assis.

Bibliografia

- COSERIU, E. *Teoría Del Lenquaje Y Lingüística General*, segunda edición, Madrid, Editorial Gredos, 1969.
- GALANTE DE SOUSA, J. *Bibliografia de Machado de Assis*, Rio, Instituto Nacional do Livro, 1955.
- MACHADO DE ASSIS, J.M. *Obras Completas – Crônicas*, vol. 1 e 3, Rio, W. M. Jackson Inc.
- REINACH, Salomon. *Manuel de Philologie Classique*, deuxième édition, Paris, Librairie Hachette et Cie., 1907.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Crítica Textual – Conceito – Objeto – Finalidade*, artigo in *Confluência*, n.º 7, 1994.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Ecdótica*, S. Paulo, Editora Cultrix, 1977.

TRANSCRIÇÕES

Para mágoa nossa, chegou-nos às mãos já encerrado o n.º 15 da *Confluência*, dedicado a Sousa da Silveira, a sugestão do estimado Amigo Homero Senna de transcrever página de sua autoria em que relata a última visita do nosso filólogo a Machado de Assis, em 1908, mais ou menos um mês antes da morte do escritor. Dado o interesse do artigo e do seu valor documental, julgamos oportuno transcrevê-lo, numa homenagem ao Professor Sousa, a Machado de Assis e ao amigo Homero Senna.

E. B.

MACHADO DE ASSIS E SUA ORFANDADE ÀS AVESSAS

Homero Senna

É conhecida a frase com que terminam as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria”.

Este o conceito que escorreu da pena do humorista ao concluir seu livro famoso, conceito que vale por toda uma filosofia de vida.

Entretanto, mais tarde, depois da morte da esposa, queixar-se-ia ele de sua “orfandade às avessas”. A carta que a 20 de novembro de 1904 mandou a Nabuco é uma página de comovida confissão: “Foi-se a melhor parte da minha vida, e aqui estou só no mundo!”

Após o serviço no Ministério, a prosinha com os amigos na Academia ou em sua sucursal – a Livraria Garnier – recolhendo de bonde à casa das Águas Férreas, tão povoada pela lembrança da ausente, como devia ser-lhe penosa a solidão, o vazio, lá onde coubera “o mundo inteiro”. Era o nada, não “a voluptuosidade do nada”, mas, como notou um de seus biógrafos, “o desespero do nada, do silêncio eterno, da eterna privação”.

Observou, aliás, Lúcia Miguel Pereira que nas últimas páginas do romancista há como que uma reconciliação com a vida. “Na véspera de se deixarem, os dois inimigos se compreendem; a vida revelava ao artista um dos seus segredos: o da ternura humana, que a redime de muitos malefícios, e ele confessa, afinal, que a amava”.

Pois a respeito dessa pelo menos aparente reconciliação, recolhi outro dia um testemunho que me parece da maior importância.

Trata-se de uma frase que Machado de Assis, um mês, mais ou menos, antes de morrer, deixou escapar em conversa, durante a visita que lhe foi fazer seu então jovem vizinho de bairro – o hoje ilustre Professor Sousa da Silveira.

Dadas as relações de amizade entre as duas famílias, não quis a mãe do Professor Sousa da Silveira que o filho embarcasse para a Europa – o que efetivamente se deu em agosto de 1908 – sem ir despedir-se de “seu Machado”, como costumava chamar o escritor.

E, aproveitando um dia em que tinha ido à cidade, visitar um outro filho que se achava doente, regressando às Águas Férreas, sugeri fossem logo apresentar as despedidas a Machado de Assis.

Contou-me o Professor Sousa da Silveira – que tem, como se sabe, uma memória admirável e é homem escrupulosíssimo em matéria de citações – que o romancista estava em casa em companhia apenas de duas empregadas.

Começando a conversar, refere-se a mãe do Professor à visita que acabara de fazer, comentando, então, que família grande era aquilo mesmo: havia sempre um contratempo, uma doença, uma preocupação.

Ao que Machado de Assis, recostado numa espreguiçadeira e falando com dificuldade, teria observado, com estas mesmas palavras que o Professor Sousa da Silveira guardou de cor:

— “Minha senhora, não há famílias grandes. O que é triste é viver nesta solidão em que estou”.

Simple desabafo momentâneo, ou reconciliação, de fato, com a vida? A julgar pelo que referem seus biógrafos, a segunda hipótese é a mais aceitável, já que suas últimas palavras, naquela madrugada de 29 de setembro desse mesmo ano de 1908, em que, após lenta agonia, veio a falecer, foram também de louvor e exaltação à vida.

(*Correio da Manhã*, 31-3-1962)

*

Neste ano em que se levaram a cabo comemorações a Anchieta e às suas obras literárias e gramaticais, além de sua alta significação histórica para o Brasil, vários estudiosos tiveram de reler o artigo de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos acerca do empenho editorial de Julius Platzmann, publicado no volume primeiro da Revista da Sociedade de Instrução do Porto, Porto 1851, p. 3-8. Como se trata de mais uma importante lição da ilustre homenageada, e de rara possibilidade de consulta, resolvemos transcrevê-la para os leitores de *Confluência*, atualizando a grafia do texto.

E. B.

JULIUS PLATZMANN E OS SEUS TRABALHOS SOBRE AS LÍNGUAS AMERICANAS

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

Em 1858 partia para o Rio de Janeiro num navio de vela de Hamburgo um jovem naturalista, em condições especiais para estudar com a maior vantagem, os tesouros naturais daquele imenso império. Formado numa universidade alemã, com conhecimentos já sólidos das ciências naturais, especialmente de botânica e zoologia, além disso dotado de um talento notável para a pintura, e, finalmente, com meios de fortuna, não lhe faltava nenhum requisito essencial para vencer brilhantemente a empresa. O nosso viajante assentou o campo na baía de Paranaguá (entre o Rio de Janeiro e a colônia alemã D. Francisca), explorando daí principalmente as Ilhas dos Pinheiros e as das Peças, até que julgou conveniente fixar a sua residência junto do pequeno rio Poraguara (onde comprou uma propriedade), a fim de proceder a uma cuidadosa exploração da fauna, e flora meridional do Brasil, cujos mistérios o haviam sempre fascinado. Durou este trabalho nada menos de seis anos. O seu talento de pintor revelou-se então numa série de aquarelas deliciosas, notabilíssimas pelo seu caráter artística e científico pela elevada concepção estética e, ao mesmo tempo, profundamente *verdadeira*, fiel, daquela natureza excepcional. Assim se explicam os louvores unânimes tributados a essas obras por artistas de primeira ordem, como Friedrich Preller (o autor das ilustrações à *Ulysea* de Homero no Museu de Weimar), e os louvores de homens de ciência eminentes como Martius, o célebre autor da *Flora Brasilensis*, como Tschudi, Avé-Lallemant

etc., universalmente conhecidos pelos seus trabalhos científicos sobre o Brasil – tal foi a fidelidade e a beleza com que o Dr. Platzmann reproduziu o mundo vegetal e animal daquelas regiões.

Enquanto o pincel trabalhava, nem por isso a pena descansava. A sua família recebia numerosas cartas, que acompanhavam os seus trabalhos artísticos, como amplo comentário, em que um estilo sumamente vivo e pitoresco amenizava as investigações científicas mais rigorosas. Estas cartas, enriquecidas com cinco tratados especiais, foram dadas a luz bastante tempo depois do regresso do autor a Alemanha em 1864. O exame desses tratados não é para aqui, todavia não deixaremos de apontar os serviços que ele prestou à ciência da botânica nos seus estudos muito especiais sobre certas famílias (*Rhizophoras*, *Avicennios*, etc.), não falando na coleção e classificação dos objetos mais raros da história natural, de que trouxe admiráveis riquezas para a sua pátria. O interesse do autor não foi ainda completamente absorvido por estes trabalhos; à sua perspicaz inteligência não escaparam os fenômenos lingüísticos dos idiomas da América meridional e central, idiomas que constituem os instrumentos mais valiosos para uma justa apreciação da civilização dessas regiões, na época anterior ao domínio europeu.

Dez anos, de 1864-1874, empregou o Dr. Platzmann, em colecionar, com notáveis sacrifícios pecuniários, os documentos literários dessas regiões, desde a época da sua conquista pelos portugueses e espanhóis, época em que estes, sobretudo os seus missionários, se ocuparam, com o maior interesse das línguas americanas, reconhecendo desde logo a sua importância, o que provaram pela publicação de gramáticas, dicionários, catecismos, etc., nesses idiomas. Entre estes trabalhos há alguns que são excelentes, e mesmo admiráveis, se tomarmos em conta a época em que foram escritos; contudo, estes mesmos já não podem servir sob o ponto de vista da moderna ciência da linguagem. É sabido que Guilherme de Humboldt,¹ o seu verdadeiro fundador, no sentido em que hoje a tomamos, colocou os idiomas americanos no último dos três grandes grupos de línguas, que formou segundo a sua classificação morfológica, no grupo das línguas chamadas *aglutinantes* ou polissintéticas, em oposição às *isolantes* ou monossilábicas (a chinesa) e às *flexionantes* (indo-germânicas e semíticas). Foi depois de feita esta classificação que as nações, que se ocupam dos estudos de glotologia, começaram a estudar a construção tão interessante das línguas aglutinantes, que continuam, contudo, a serem as menos conhecidas, porque não mereceram modernamente a devida atenção daquelas nações, que deviam dedicar-se particularmente ao seu estudo, isto é: de espanhóis e portugueses em ambos os hemisférios, porque são eles que dominam nos territórios

1 *Ueber die Verschiedenheit dos menschlichen Sprachbaues.*

em que existem os representantes mais notáveis desse grupo de línguas, como são p. ex. o *guarani* do Brasil, o *aimara* e *quíchua* do Peru, e o *nahuátl* do México. Foram os ingleses e alemães os que obtiveram os poucos resultados positivos que conhecemos, e entre os raros filólogos que se ocuparam da língua geral do Brasil pertence a palma, sem dúvida, ao Dr. Platzmann, que atacou a questão pelo verdadeiro lado, reconhecendo que o obstáculo principal, que se opunha ao estudo mais profundo e às investigações (em ponto grande) das línguas americanas, era a falta absoluta dos antigos instrumentos lingüísticos, a extrema raridade dos livros antigos que são as fontes de estudo dessas línguas e que, impressos nos séculos XVI e XVII nas localidades mais remotas, e em idiomas variados, se esgotaram completamente, podendo dizer-se perdidos para a ciência. O Dr. Platzmann empreendeu pois ressuscitar esses documentos, criando deste modo a base indispensável para ulteriores investigações nesse domínio. Dez anos consagrou ele, como dissemos, à coleção das obras mais notáveis, de que Trübner² dera ampla notícia bibliográfica, formando uma biblioteca americana dos tesouros mais raros, uma coleção *única*. Depois deu o segundo passo, comunicando os seus estudos bibliográficos ao público (*Verzeichniss einer Auswahl amerikan. Gram. Wörterb. Katech. etc.*); é inútil encarecer a grande importância de um trabalho desta ordem, que contém também valiosas notícias biográficas. Em seguida começou a reimpressão metódica dos tratados mais raros e mais importantes, empresa mais própria de uma academia ou de qualquer outra associação opulenta, do que de um simples particular. As publicações seguiram-se umas às outras, rapidamente, aparecendo com o caráter de verdadeiros monumentos, para o Dr. Platzmann, que cuidou da parte exegetica, da revisão dos textos, para o editor-livreiro Teubner (a célebre casa de Leipzig), e para o impressor Drugulin. Em seis anos (1874-1880) deu à luz, em benefício comum, doze volumes, edições diplomáticas (*fac-simile*), o melhor do que havia juntado primeiro para si, e exclusivamente com os seus recursos:

1º *Arte de Grammatica* do Padre José de Anchieta, jesuíta português e célebre missionário (1533-1597). É a primeira obra publicada sobre a língua *guarani*, trabalho admirável para a época em que apareceu, principalmente na parte fonológica, mas pouco claras nas suas explicações em virtude do seu

2 *The Literature of american languages* by H. E. Ludewig, with additions and corrections by Prof. W. W. Turner. London, Trübner, 1858. 8.º de XXIV – 258 pág. Aí se mencionam os poucos trabalhos de autores modernos, brasileiros, sobre o assunto, entre os quais merecem menção especial os de Varnhagen na *Revista trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Há a juntar a este catálogo o seguinte: Varnhagen, nova ed. de Montoya, *Obras*. Viena, 1873. 3 vol. – Nogueira, *Apontamentos sobre o Abaíenga*, também chamado Guarani ou Tupi ou língua geral dos Brasis. Rio de Janeiro, 1876. – Couto de Magalhães, *O Selvagem*. Curso da língua geral, segundo Ollendorff, Rio de Janeiro, 1876 – Pedro Luíz Sympton. *Grammatica da lingua brasileira geral*. Manaus, 1877.

laconismo. Teve uma única edição em 1595, da qual se conhecem apenas cinco ou seis exemplares (um em Portugal, segundo Innocencio da Silva).

2º *Arte, vocabulario, tesoro y catecismo de la lengua guarani* de Antonio Ruiz de Montoya, espanhol, jesuíta, mui douto, natural do Paraguai. Publicada com uma introdução literária e histórica mui importante (100 pág.). Todas estas quatro obras, reunidas aqui num tomo, que constituem as fontes mais importantes para o estudo da respectiva língua, eram tanto ou mais raras do que a antecedente. Notaremos que se acham aqui reunidos três elementos: gramática, dicionário e preciosos textos.

3º *Grammatica da lingua do Brazil* do Padre Luiz Figueira, jesuíta e missionário, como os antecedentes, feita pela segunda edição de 1687, porque a primeira (1621) é desconhecida. Foi a mais divulgada, por ter o merecimento de ser a mais clara, e mais bem planeada, o que atestam as suas cinco edições (1621, 1687, 1714, 1795 e 1851). Ainda assim é rara na Europa. A estas três publicações, dedicadas ao estudo da língua *guarani*, correspondem outras três que interessam o mundo espanhol, porque se referem à língua *aimara* do Peru e ao *nahuátl* do México.

4º *Vocabulario de la lengua aymára*, do Padre Ludovico Bertonio, impresso uma única vez em 1612.

5º *Arte de Gramatica de la lengua aymára*, de D. de Torres Rubio, impressa em 1616.

6º *Vocabulario de la lengua mexicana*, do Padre Molina, impressa em 1555.

Apareceu há poucas semanas. A raridade desta obra é tal, que um exemplar foi marcado num catalogo da casa Quaritch em 72 libras esterlinas.

O trabalho do Dr. Platzmann não se limitou a estas reproduções; abstraindo do material crítico com que as enriqueceu (v. n.º 2) compôs, como documento dos seus próprios estudos, com o auxílio da obra de Anchieta, uma Gramática da língua do Brasil em alemão, que mereceu o aplauso dos eruditos. Estes trabalhos são o melhor elogio do autor, que tem várias distinções de diferentes governos. O do Brasil criou-o cavaleiro da Ordem da Rosa, o da Áustria concedeu-lhe a grande medalha d'ouro: *Litteris et Artibus*, a *Sociedade americana* de França conferiu-lhe a honra de *laureatus* etc.

Todas estas obras, relativamente baratas, interessam um público muito restrito; a venda é pois diminuta. Não é provável que entre nós haja uma idéia exata do seu valor, e ainda menos exemplares completos da coleção. Não temos mesmo lembrança de um simples anúncio dela, que chamasse a atenção das bibliotecas ou corporações científicas de Portugal para uma empresa de tanta

valia, e que nos diz especialmente respeito. Amanhã estarão as novas edições, feitas com tiragem mui limitada, exaustas, e nós sem as antigas e sem as modernas. Seguem os títulos com todas as indicações bibliográficas:

1. *Verzeichniss einer Auswahl amerikanischer Grammatiken, Wörterbücher, Katechismen etc.* gesammelt von J. P... Leipzig, 1876; K. F. Köhler. Em 8.º de 38 pág. – Preço 4 Marcos (o marco = 250 reis.) É a bibliografia geral.
2. Anchieta (Jos. de) *Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, novamente dada à luz por J. P. Leipzig, 1874. Tcubner. Em 8.º de XII – 82 pág. – 8 Marcos.
A mesma obra apareceu em edição fac-simile, 1876, em 16.º – 20 Marcos.
3. *Grammatik der brasilianischen Sprache mit Zugrundelegung des Anchieta* herausgegeben von J. P. Leipzig, 1874. Id. Em 8.º de XIII – 178 pág., 8 Marcos. É o trabalho original do Dr. Platzmann, tornando Anchieta por base.
4. Montoya (A. R. de) *Arte, Vocabulario, Tesoro y Catecismo de la lengua Guarani* publicada nuevamente sin alteración alguna por J. P. Leipzig, 1876 Id. em 8.º Edição vulgar 48 Marcos; em papel Holanda 100 Marcos. Vol. I: Introdução histórica-literária 100 pág.; Arte ou gramática 100 pág. Vol. II: Vocabulário 500 pág. Vol. III: Tesouro 800 pág.; Vol. IV: Catecismo 350 pág.
5. Figueira (P.e Luiz) *Gramática da língua do Brasil*. Novamente publicada por J. P. Leipzig, 1878, Id. Em 16.º de XVI - 168 pág. (fac-simile) – 5 Marcos.
6. *Vocabulário de la lengua aymára* compuesto por el Padre Ludovico Bertonio, publicado de nuevo por J. P. Leipzig, 1879 Id. Parte I. Em 8º de 473 pág. – 20 Marcos. Parte II Em 8.º de 399 pág. – 18 Marcos. Ed. em papel de Holanda 30 e 27 M. Parte III *Arte de Gramática* de D. de Torres Rubio.
7. Molina. (Fr. Alonso de) *Vocabulário de la lengua mexicana*. Publicada de nuevo por J. P. Leipzig, 1880. Id. Em 4.º gr. de VIII–121 pág. e II–162 pág. (fac-simile).
8. *Aus der Bai von Paranaгуá* von J. P. Leipzig, 1873. Em 8.º – gr. de IV–272 pág. Com um mapa – 8 Marcos. São as cartas do autor.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. Martins Fontes, São Paulo, 1997, 160 páginas.

A professora Maria Helena é hoje, sem sombra de dúvida, um dos grandes nomes do cenário lingüístico brasileiro, de um interesse cultural que vai da tradição gramatical greco-latina aos problemas da língua de uso, quer no seu plano gramatical (morfologia e sintaxe), quer no plano léxico.

Na presente obra, a intenção da Autora é enquadrar a gramática funcional como uma gramática do uso, que “busca, essencialmente, verificar como se processa a comunicação em uma determinada língua”. Assim concebida, tal gramática não se propôs como tarefa descrever a língua como um sistema autônomo, não desvinculada da relação entre estrutura e função, pondo em consideração o uso e a interpretação, o que vale dizer que não desatende o contexto global do discurso, de forma e sentido.

O livro está dividido em sete capítulos: 1) A questão das funções da linguagem; 2) O funcionalismo em lingüística; 3) As duas grandes correntes do pensamento lingüístico: funcionalismo e formalismo; 4) Modelos funcionalistas; 5) Gramática funcional e cognitivismo; 6) O processo da gramaticalização; 7) A gramática funcional e as diversas áreas de investigação lingüística.

É um conjunto de informações expostas com a clareza que a complexidade do tema permite, alicerçadas nas melhores fontes bibliográficas modernas. A conclusão a que pretende chegar a Autora com a presente obra coincide com o que Beaugrande fixa como principal tarefa de uma gramática funcional: “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso” (p. 3).

*

PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. Humanitas Publicações FFLCH/USP. São Paulo, 1997, 173 páginas.

Prosseguindo as pesquisas desenvolvidas por Dino Preti e sua equipe sobre língua oral, reúne este livro nove estudos muito bem elaborados que representam importante contribuição do Núcleo USP ao Projeto NURC/SP.

Dedicada a obra à memória de Margaret de Miranda Rosa (1959-1996), tão cedo roubada ao convívio da família e aos companheiros de pesquisa, entre os quais ocupava lugar de relevo pela seriedade intelectual e intenso calor humano.

Na apresentação, Dino Preti adianta ao leitor que o livro integra a série *Projetos Paralelos* e resulta das periódicas reuniões, no prédio de Letras da USP, do grupo de especialistas que estuda a norma lingüística urbana culta de São Paulo, tendo como base teórica a *Análise do Discurso*, a *Estilística*, a *Informática aplicada à análise lingüística*, a *Sociologia* (em especial as idéias de Goffmann).

Segundo Dino Preti, as nove contribuições do presente livro se dividem em dois grandes blocos; o primeiro, constituído pelos quatro primeiros ensaios, rediscute, sob enfoques modernos, a conceituação de linguagem e falantes cultos; o segundo, representado pelos ensaios restantes, sobre temas diversos ligados à língua oral.

São os seguintes os ensaios de que se constitui a presente obra: 1) A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais (Dino Preti); 2) A propósito do conceito de discurso oral culto: definições e imagens (Diana Luz Pessoa de Barros); 3) Imagens da norma culta, interação e constituição de texto oral (Beth Brait); 4) Purismo no discurso oral culto (Marli Quadros Leite); 5) A expressividade na língua falada de pessoas cultas (Hudinielson Urbano); 6) Processos de formulação do texto falado: a correção e a hesitação nas elocuições formais (Leonor Lopes Fávero); 7) Marcas do discurso de divulgação na linguagem falada culta (Ieda Maria Alves); 8) Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo (Paulo de Tarso Galembeck); 9) Considerações sobre a divulgação de novas tecnologias na análise do léxico do português falado culto de São Paulo (Zilda Maria Zapparoli).

*

PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. 3.^a ed. Humanitas Publicações FFLCH/USP. São Paulo, 1997, 236 páginas.

Sai em 3.^a edição, prova da sua importância, a *Análise de textos orais*, primeiro volume da nova série a cargo de pesquisadores do Projeto de estudo da norma lingüística urbana culta de São Paulo sob o título de *Projetos Paralelos*. Reúne dez ensaios sobre alguns dos problemas mais palpitantes do estudo e análise dos textos orais; entre as questões ventiladas, está a comparação entre língua oral e língua escrita ou a presença da oralidade nos textos literários: 1) Língua falada e língua escrita (Angela Cecília Souza Rodrigues); 2) O tópico

discursivo (Leonor Lopes Fávero); 3) O turno conversacional (Paulo de Tarso Galembeck); 4) Marcadores conversacionais (Hudnilson Urbano); 5) Procedimentos de reformulação: a paráfrase (José Gaston Hilgert); 6) Procedimentos de reformulação: a correção (Diana Luz Pessoa de Barros); 7) O léxico na língua falada (Ieda Maria Alves); 8) A sintaxe na língua falada (Lygia Corrêa Dias de Moraes); 9) O processo internacional (Beth Brait); 10) A língua falada e o diálogo literário (Dino Preti).

Conclui o volume um glossário dos termos técnicos usados pelos pesquisadores.

*

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia. Visão sincrônica*, 4.^a edição. Oficina do Autor, Rio de Janeiro, 1997, 177 páginas.

Chega à 4.^a edição este livro de Horácio Rolim de Freitas, uma trajetória vitoriosa já assinalada em resenha assinada por Sílvio Elia, nas páginas desta *Confluência*, n.º 2 (1991), além de outras saídas no Brasil e no estrangeiro e transcritas nesta edição. A cada edição Horácio Rolim vai trazendo a contribuição de suas novas leituras e reflexões pessoais, além da discussão de novos conceitos e problema referentes à morfologia do Português.

Esta edição vem ampliada com o item 2 do II capítulo, que trata das alterações morfofonológicas; com o item 3 do capítulo II da II.^a parte, relativo à análise mórfica verbal, além de acréscimos bibliográficos, tradução das citações em línguas estrangeira e, como já dissemos, da transcrição das resenhas que a obra mereceu desde a 1.^a edição, em 1979.

Algumas questões teóricas discutidas pelo autor (como o conceito de *regressivo*, de *parassíntese*), e bem discutidas, ainda estão à espera de uma solução unanimemente aceita, se é que a isso um dia chegaremos. O que se admira como qualidade é que Horácio Rolim não esconde as opiniões, expondo-as com a sinceridade e clareza que a ciência exige.

Estamos certos de que a obra continuará sendo um livro de referência obrigatória a todos quantos se interessam pelos aspectos teóricos da morfologia e da descrição morfológica do Português.

*

GÄRTNER, Eberhard (ed.). *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Vervuet – Iberoamericana, Frankfurt am Main-Madrid, 1997, 137 páginas.

A presente obra constitui o primeiro volume dedicado à língua portuguesa da Série *Lingüística Iberoamericana*, patrocinada pelo Centro de Estudos Ibero-americanos da Universidade de Leipzig.

O propósito da publicação, consoante as palavras do Editor é “**trazer a público informações mais pormenorizadas sobre o desenvolvimento da lingüística Portuguesa e das suas disciplinas nas diversas regiões do vasto mundo lusófono**”.

O livro contém os seguintes artigos: 1) A tradição gramatical luso-brasileira (Evanildo Bechara); 2) Os estudos de Lingüística Portuguesa na Universidade de Coimbra (Jorge Morais Barbosa); 3) A lingüística generativa na Universidade Portuguesa (Maria Helena Mira Mateus); 4) Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada de textos sobre a produção lingüística brasileira (Maria Cristina Altman); 5) A situação da Geografia Lingüística no Brasil (Maria do Socorro Silva de Aragão); 6) Os estudos crioulos no Brasil (Hildo Honório do Couto); 7) Dicionário de usos do português contemporâneo (Francisco da Silva Borba); 8) Problemas de processamento lexical com exemplos do português (Leonor Scliar-Cabral).

Esperamos que a Série de que este é o primeiro volume prospere e ofereça aos especialistas e interessados os produtos dos ensaios sobre língua portuguesa no vasto domínio da lusofonia.

*

DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Estudos sobre os crioulos indo-portugueses*. Introdução de Maria Isabel Tomás. Comissão Nacional para as **Comemorações** dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1998, 189 páginas.

Em muito boa hora, em que os estudos de crioulistica **tomam novo alento** junto às pesquisas lingüísticas sincrônicas e diacrônicas **entre nós, espelho** e estímulo do que acontece no estrangeiro, **aparecem reunidos cinco trabalhos** de Rodolfo Dalgado, com erudita **introdução da Prof.ª Dr.ª Maria Isabel Tomás**, licenciada em Filologia Germânica **pela Faculdade de Letras de Lisboa**, mestre pela Temple University de Filadélfia e **atualmente docente da Universidade Nova de Lisboa**.

A Sebastião Rodolfo Dalgado (1855-1922), orientalista e crioulista da melhor qualidade, brâmane indiano, português de Goa, padre, devemos contribuição fundamental para o estudo dos crioulos portugueses do Índico, que trabalhou nem sempre em boas condições físicas, numa cadeira de rodas, em virtude de amputação cirúrgica das pernas.

Todos os seus trabalhos guardam ainda hoje interesse para os especialistas, mas se sobreleva aos demais o seu *Glossário luso-asiático* (Imprensa da Universidade, Coimbra, 1919-1921, 2 volumes), há alguns anos reeditado na Alemanha, com prefácio de Joseph Piel.

São os seguintes os cinco estudos reunidos nesta reedição: 1) *Dialeto indo-português de Goa*; 2) *Dialeto indo-português de Damão*; 3) *Dialeto indo-português do Norte*; 4) *Dialeto indo-português de Negapatão*; 5) *Berço duma cantiga em indo-português*.

Os estudiosos ficam à espera – e que não demore! – da prometida reedição de *Dialeto indo-português do Ceilão*, pela mesma benemérita e operosa Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

*

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Ensaio de lingüística, filologia e ecdótica*. Sociedade Brasileira de Língua e Literatura – UERJ, Rio de Janeiro, 1998, 308 páginas.

Brinda-nos com mais um livro o operoso e competente Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho, em que reúne trinta (dentre muito mais) ensaios sobre os três domínios referidos no títulos publicados em jornais, revistas nacionais e estrangeiras e miscelâneas internacionais, ao longo de três décadas de vida universitária.

A seleção está dividida em duas seções, como no-lo declara o Autor: a primeira reúne ensaios de caráter mais afetivo, pois encerra “textos bem antigos, mas que assinalam a minha preocupação com a matéria lingüística, filológica e ecdótica desde longa data”. A segunda parte, em número de quinze, abarca “estudos camonianos e foram escritos sob a motivação da pesquisa universitária que realizo desde a década de 60 e que ainda não terminei” (pág. 13).

Como editor da lírica camoniana, teve de enfrentar muitos problemas teóricos, alguns dos quais são objeto dos ensaios desta segunda parte: a questão dos manuscritos apógrafos; a questão autoral; a questão textual propriamente dita; o seriíssimo problema das variantes sincrônicas e diacrônicas; a questão da língua portuguesa no século XVI; a questão do *usus scribendi* de Camões, algumas vezes confundido com o *usus scribendi* de copistas ou de editores de obras póstumas; a questão versificatória; a questão dos acentos vocabulares no português quinhentista, e a questão da movência, além das hipóteses de crítica genética.

Muito tem o leitor para aprender e meditar nesta coletânea de ensaios do Prof. Leodegário, pois temos a certeza de que se cumprirão os votos do A. ao declarar no Prólogo: “Se este livro despertar algum interesse por tais assuntos universitários, sobretudo nas gerações novas de pesquisadores, já me darei por inteiramente recompensado das noites em claro em que investiguei matéria tão complexa”.

*

FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva. *Brasil x Portugal. Um derby lingüístico*. Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, Rio de Janeiro, 1998, 161 páginas.

Da maneira amena e agradável, sem nenhuma preocupação de fixar posição em alguma teoria lingüística, o livro de Feijó “procura registrar os fenômenos lingüístico-comunicacionais, sobre a linguagem do futebol, basicamente pesquisados na imprensa, no rádio e na televisão de Portugal, no segundo semestre de 1995”, quando aí esteve o autor para desenvolver Projeto de licença sabática, apresentado ao Departamento de Literatura Brasileira, Teoria da Literatura e Lingüística da UERJ. O tema não é novo para o autor, que já publicou, em 1994, *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol* (UERJ/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro).

A preocupação maior de Feijó está voltada para o desvio lingüístico, entendido como uma “alteração justificada no enunciado, de acordo com a intencionalidade do sujeito enunciativo ou do extratexto da enunciação, em relação ao rigor e à mentalidade canônica da norma, no dizer de Edite Estrela e Pinto-Correia (p. 23-24), bem como das inovações lingüísticas, motivadas pelos mesmos propósitos de expressividade.

Compõem o livro cinco capítulos: 1) Língua falada e língua escrita; 2) Desvios lingüísticos na linguagem especial do futebol em Portugal; 3) Meios eletrônicos e meios gráficos de comunicação de massa; 4) Estrangeirismos; 5) Termos e expressões comentadas.

Suplementamos estes capítulos uma *Apresentação*, do sociólogo Maurício Murad, uma *Introdução*, do autor, um breve memorial do percurso de vida e de professor de Feijó, redigido por João Marcelo de Araújo Jr., além de uma Bibliografia de livros consultados.

*

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil. 1968-1988*. Humanitas Publicações FFLCH/USP, São Paulo, 1998, 379 páginas.

A presente obra representa uma continuação da tese de doutorado da Autora, defendida em 1993, junto à Área de Semiótica e Lingüística Geral do Departamento de Lingüística da USP, orientada por Geraldina Porto Witter e Pierre Swiggers.

Saída uma pré-edição deste trabalho em 1995, em português, por uma editora alemã de Munique, a brochura, como diz a A., “circulou apenas entre alguns departamentos de Lingüística Românica da Europa e alguns outros poucos centos universitários” (p. 11).

Substancialmente preparado o livro há já alguns anos, reconhece a A. que, agora, na data de aparecimento da obra como livro, “muita coisa se alterou desde então e, principalmente, minha maneira de ver vários dos processos de que aqui se trata mudou. Entretanto, espero ter encontrado certo equilíbrio entre o velho e o novo nesta edição”.

O livro traz um Prefácio assinado por Ataliba T. de Castilho, três Índices (um das tabelas, outro dos quadros e outro de imagens) e se divide por onze capítulos: 1) Em busca do método: observações introdutórias sobre a Historiografia Lingüística; 2) A profissionalização da carreira de Letras: a Lingüística pré-68 no Brasil; 3) Os lingüistas; 4) Em busca da especialização profissional: a instalação dos programas de pós-graduação; 5) Os primeiros estudos de ‘lingüística’ dos anos 1960; 6) A lingüística brasileira em revista (1974-1984); 7) *Os Cadernos* da Unicamp (1976-1988); 8) *Os Cadernos* de Minas Gerais (1978-1988); 9) *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* (1985-1988); 10) Os primeiros vinte e cinco anos da Lingüística no Brasil; 11) Conclusões: continuidades e descontinuidades da lingüística brasileira.

Encerram o livro uma Bibliografia, dois Apêndices (Elenco dos artigos analisados, organizados por periódico e por autores; Mapeamento da produção lingüística veiculada pelos periódicos) e dois Índices (de autores e de assuntos).

O período escolhido para pesquisa pode surpreender a quem acompanhou os primeiros passos da Lingüística no Brasil e viu o esforço dos “velhos” em incentivar os “novos” a investir nas recentes correntes lingüísticas. Foi o incentivo promovido pelos catedráticos e docentes da USP (p.ex., Theodoro Maurer e Salum) na FNF do Rio (Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, e, o mais representativo, Mattoso Câmara), sem falar de outros Estados do Brasil. Partiu também dos “velhos” em Portugal o incentivo aos jovens aos estudos da Lingüística, conforme se pode ver no depoimento de Lindley Cintra a Isabel Hub Faria ao referir-se ao ano de 1957 na Faculdade de Letras de Lisboa.

Segundo a A., a escolha do período 1968-1988 “não significa admitir que a Lingüística só começou nesse momento. 1968 não é uma data objetiva que marca o início da disciplina; mas é uma data representativa do momento em que um grupo de profissionais ligados ao estudo da linguagem *percebeu-se* como pertinente à especialidade designada *Lingüística*” (pág. 44).

A historiografia lingüística vem ganhando lá fora e há pouco no Brasil relevante interesse, de modo que se transforma em uma das pujantes seções da pesquisa especializada. Na Anpol, o GT de Historiografia Lingüística coordenado por Cristina Altman é dos mais ativos e muito promete para o conheci-

mento da obra e das raízes teóricas de gramáticos, filólogos e lingüistas brasileiros. Recentemente, em tese de livre-docência, Valter Kehdi nos ofereceu um bom exemplo de exegese de aspectos da obra de J. Mattoso Câmara Jr., o introdutor da Lingüística entre nós.

Não falta à obra de C. A. uma rica coleção do que chamou *imagens* (registros fotográficos) dos nossos mais conhecidos lingüistas (na maioria) e filólogos. Da lista, cremos ter havido engano apenas na imagem de Amadeu Amaral (1875-1929) que, numa próxima edição, deve ser substituída por outra autêntica. Esse Amadeu, com dedicatória em retrato datada de 1941, deve ser um homônimo do autor de *O dialeto caipira*. Quando preparamos o n.º 16 da *Confluência*, em homenagem ao ilustre paulista, tivemos grande dificuldade em encontrar fotografia sua.

Como bem assinalou Ataliba Castilho no prefácio à obra, o presente livro de Cristina Altman está fadado a implantar em nosso meio acadêmico a área da História da Lingüística.

*

AAVV. *I Colóquio Cuba-Brasil de Terminologia*. Humanitas Publicações FFLCH/USP, São Paulo, 1998, 186 páginas.

Com o patrocínio da Universidade de São Paulo e da Universidade de La Habana, pelas suas Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Línguas Estrangeiras e Departamento de Lingüística, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Barbosa (USP) e Prof.^a Dr.^a Rita González Delgado, realizou-se em La Habana, entre 20 e 21 de novembro último, o I Colóquio Cuba-Brasil de Terminologia. Os resumos das comunicações a Humanitas Publicações agora edita. A sessão plenária de abertura esteve a cargo dos Profs. Drs. Cidmar Teodoro Pais (USP) e Manuel A. Barreiro Sánchez (UH-Cuba), que dissertaram sobre “Dicionarios técnicos-científicos bilíngües e multilíngües: visões de mundo como sistema de valores e cooperação internacional” e “El grupo de investigaciones *Estudios Terminológicos* de la Universidad de La Habana: Trabajo de desarrollo y perspectiva”.

O problema das terminologia científicas cada vez mais no mundo da globalização se impõe não só aos especialistas dos vários ramos das Ciências, mas também, na mesma intensidade, aos especialistas de línguas diferentes, bem como nos limites de uma mesma língua histórica falada em mais de um país, como é o caso do português no mundo lusófono. Daí a importância deste I Colóquio, durante o qual foram discutidos problemas específicos e correlatos mais ou menos próximos ao léxico terminológico, distribuídos nas seguintes temáticas: *Léxico e Semântica; Léxico e Cultura; Neologia e Neonímia; Pro-*

blemas e Métodos de Terminologia e Lexicografia; Produção de Obras Lexicográficas e Terminológicas; Processamento Automático do Léxico e da Terminologia; Ensino do Léxico e das Terminologias; Questões Epistemológicas, Política, Científica e Tecnologia.

Torna-se da maior relevância e interesse para os estudiosos que as 91 comunicações integrais apresentadas pelos participantes deste I Colóquio sejam em breve postas ao alcance do público, já que nem sempre os resumos são suficientemente elucidativos.

*

PESSANHA, Camilo. *Clepsidra e outros poemas*. Edição crítica, fixação do texto, introdução e notas de Barbara Spaggiari. Lello Editores, Porto, 1997, 341 páginas.

Os estudiosos de língua, de literatura, de crítica textual e de métrica podem agora contar com este confiável instrumento de leitura e pesquisa da obra de Camilo Pessanha, preparado pela competente filóloga italiana Barbara Spaggiari.

Trata-se de uma “edição crítica, resultado de vários anos de pesquisa, baseada em todos os autógrafos e nos documentos, em que se relatam de maneira exaustiva as variantes genéticas e evolutivas das poesias, junto com a história editorial do texto” (p. 5).

Sabemos o quanto isso custou a talentosa filóloga, pois é notório que o texto de Pessanha “é um *continuum*, em que a fluidez da matéria poética tarda a fixar-se na sua forma definitiva. O texto continua vivendo com o poeta, e modificando-se no tempo, como se, depois da composição, os poemas nunca acabassem de obsidiar o seu autor” (p. 11). Para esta edição serviu-se B. S., pela primeira vez, de documentos inéditos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que lhe permitiram “reconstruir a pré-história da *Clepsidra*, e melhor compreender as vicissitudes e as características próprias à produção poética de Pessanha” (p. 6).

Integram a presente edição crítica uma *Introdução*, de grande valor teórico e metodológico (p. 7-55), os textos poéticos (p. 60-204), uma Tábula métrica, um Rimário, um Léxico, Notas, Índices vários, Tábula sinótica, Apêndice e Bibliografia.

Está de parabéns a casa Lello Editores por mais esta bela edição crítica que faz parte da coleção “Obras de Referência”, e à competente filóloga Barbara Spaggiari ficamos a dever mais esta extraordinária aula de erudição e exegética textual.

*

BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino*. Educ – Editora da PUC/SP, São Paulo, 1998, 213 páginas.

Ao assumir a Coordenação do Instituto de Pesquisas Lingüísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Prof.^a Dr.^a Neusa Barbosa Bastos empreendeu a tarefa de reviver os congressos realizados pela saudosa Madre Olívia. Nasceu desse propósito a organização do 6.º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, realizado em maio de 1996, que reuniu especialistas de todo o país e de Portugal, nas áreas temáticas do encontro dos objetivos maiores do IP-PUC/SP: história, perspectivas e ensino da língua portuguesa.

Depois da Apresentação da diligente Organizadora do 6.º Congresso, seguem-se cinco ensaios na seção de História, três na de Perspectivas, sete na de Práticas Pedagógicas e um Finalizando (“A positividade no ensino de português”), de autoria do conhecido lingüista patricio Francisco Gomes de Matos.

Foram estas as comunicações, todas de grande interesse pelo assunto e pelas sugestões e comentários a professores e pesquisadores dos domínios de que constava o Congresso:

História: 1) “A Língua Portuguesa, mãe e não madrasta. Uma busca equivocada mas eficaz: a gramática universal” (Maria Leonor Carvalhão Buescu); 2) “Leitura literária e outras leituras” (Regina Zilberman); 3) “Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa” (Magda Becker Soares); 4) “Gramática e Língua Portuguesa” (Anna Maria Marques Cintra); 5) “Contribuição para um reestudo dos pronomes” (Bruno Fregni Bassetto).

Perspectivas: 1) “O ensino de Língua Portuguesa: na encruzilhada entre a escrita e a oralidade” (Dino Preti); 2) “Enunciação e mídia” (Beth Brait); 3) “A língua falada e o ensino de português” (Luiz Antônio Marcuschi).

Práticas pedagógicas: 1) “Notas para uma didática do português” (José Luiz Fiorin); 2) “Leitura: produção interacional de conhecimentos” (Regina Célia Pagliuchi da Silveira); 3) “Dimensões do texto” (Elisa Guimarães); 4) “Diretrizes gerais para a elaboração de uma gramática descritiva” (Valter Kehdi); 5) “Metáfora, cognição e ensino de leitura: o pensar metafórico em sala de aula” (Maria Sophia Zanotto e Dieli Vesaro Palma); 6) “Aprendendo a ler jornal” (Sílvia I.C.C. de Vasconcelos); 7) “Leitura, produção e circulação de textos escolares e não escolares” (Helena Nagamine Brandão, coord.).

*

Uniletras, n.º 19. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 1997, 152 páginas.

Comparecendo anualmente ao cenário dos estudos lingüísticos, filológicos e literários graças à operosa atividade dos Departamento de Letras Vernáculas e de Língua Estrangeiras Modernas do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UEPG, registramos o aparecimento do número 19 de *Uniletras* que, pela seriedade e profundidade dos ensaios publicados nesses vinte anos de existência, já se impôs como órgão acadêmico de primeira plana nos domínios de que se ocupa.

Compõem o volume os seguintes artigos: 1) “Desesperança e morte na linguagem poética de Emiliano Pernetá” (Marcia Zan M. Vieira); 2) “Images du Brésil dans la presse française: ‘reportages’ de Blaise Cendrars” (Maria Teresa de Freitas); 3) “Tobikômu num ensaio de anseios” (Róbison Benedito Chagas); 4) “Opposing forces in *Suddenly, Last Summer*, Mankiewicz’s film adaptation of Tennessee William’s play” (Antônio João Teixeira); 5) “Contexto sócio-político-cultural e a canção de Adoniran Barbosa” (Ana Rosa Gomes Cabello); 6) “Latinização do mundo indígena em *Anchieta*” (Edison Lourenço Molinari); 7) “Categorization, category structure and schemas: the cases of Assel, Woodhouse, pill bug; Amsel and blackbird; agree and ask” (Vera Lúcia Dietzel); 8) “Da leitura à redação” (João de Almeida); 9) “Auto-correções ou auto-repetições” (Cláudia Mendes Campos).

RESENHAS CRÍTICAS

ELIA, Sílvio (org.) et al. *Na Ponta da Língua*. Linceu Literário Português / Editora Lucerna, 1998. 256 páginas.

É recebido com júbilo o lançamento do primeiro número de *Na ponta da língua*, louvável iniciativa do Instituto de Língua Portuguesa do Linceu Literário Português / Ed. Lucerna (Rio, setembro/1998).

Constituída de artigos publicados originalmente pelo jornal *O Mundo Português*, de maio de 1990 a abril de 1992, a presente coletânea reúne 96 colaborações – de um total de 350 – assinadas por ilustres e renomados mestres da Filologia e da Lingüística no Brasil.

Os organizadores – e também colaboradores – deste número inicial são os professores Sílvio Elia, Antônio Basílio Rodrigues, Evanildo Bechara, Gladstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva. Colaboraram ainda os professores Adriano da Gama Kury, Antônio Geraldo da Cunha, Antônio Houaiss e João Marcello. Como se vê, uma seleção de peso que dispensa apresentação e na qual pontificam nomes respeitados no Brasil e no exterior, na área de ensino e pesquisa da ciência lingüística a serviço da língua portuguesa.

Trata-se de textos “escritos para uma leitura amena, não porém superficial”, como salienta Sílvio Elia na apresentação. Concebidos originalmente para a camisa-de-força do espaço jornalístico – restrito e episódico –, os artigos, de fato, nada têm de superficiais e muito menos de efêmeros. Complexas questões de língua portuguesa, de natureza teórica ou prática – mas sempre de interesse permanente –, são elucidadas em lições aparentemente simples, mas, na verdade, calcadas em sólida fundamentação lingüística. Este, por sinal, o denominador comum aos textos escolhidos: despojados do jargão acadêmico (cujo emprego, aliás, nunca foi o forte dos autores), conseguem cativar, à primeira vista, os leitores em geral – especialistas ou leigos –, ensinando-lhes através de um estilo leve e saboroso (no sentido etimológico; cf. *sapĕre*) os segredos e as belezas do vernáculo.

Questões de ordem prática como concordância e regência verbal, emprego da crase, gênero gramatical (cf. a polêmica sobre *a cólera* = doença), ortografia, pontuação, prosódia, empréstimos, sintaxe de colocação, infinitivo

flexionado, etimologia, pronomes demonstrativos e de tratamento, noções de estilística, formação de palavras (quem não se lembra do *imexível*?), enfim, estas e outras tantas questões importantes para o usuário da língua são tratadas em textos ágeis e didáticos, mas ao mesmo tempo elegantes em termos de língua e estilo. A esse respeito, os próprios textos já representam verdadeiras lições, exemplos modelares de como escrever certo e bem a língua pátria.

No capítulo das questões teóricas pertinentes à língua portuguesa, são introduzidos e explicados alguns conceitos basilares da ciência lingüística, como, por exemplo, os de língua/fala, sincronia/diacronia e gramática normativa/variantes diatópicas e diastráticas, termos imbricados e cuja compreensão é fundamental para que o falante possa entender o funcionamento e o uso adequado das diversas modalidades de sua língua materna, com destaque para a modalidade culta.

Também não foi descuidada a defesa do idioma nacional. Partindo do conceito de língua de cultura – caso do português –, Sílvio Elia e Gladstone Chaves de Melo, decanos dentre os articulistas, chamam a atenção, às vezes de forma candente, para a situação de abandono e deterioração em que se encontram o ensino e o uso da língua portuguesa entre nós (p. 136/137), tanto na modalidade escrita quanto na oral, esta caminhando para um degradante processo de crioulização (p. 236). E isso em pleno século XX (quase XXI), em um país que se supõe civilizado.

A advertência de tão ilustres e venerandos mestres, senhores de um “saber só de experiências feito”, guarda certa identidade com a fala do velho do Restelo (*Lus.*, IV, 94). Mas a nação, enredada em profunda crise de valores morais (p. 168/169), com perigosa anarquia de suas instituições (sobretudo da escola), não lhes dá ouvidos, metida que está em “austera (= rude), apagada e vil tristeza” (*Lus.*, X, 145).

Por sua estatura moral, assim como pelos relevantes serviços prestados ao país, Sílvio Elia e Gladstone Chaves de Melo tinham de ser ouvidos. E mais. Mereciam ser agraciados com as mais altas e honrosas homenagens que o país pudesse lhes prestar. Infelizmente não se vislumbra tal reconhecimento. Enquanto isso, esses dois mestres, desinteressadamente, prosseguem trabalhando pela língua portuguesa. Eles e os demais operosos colaboradores de *Na ponta da língua*, responsáveis pelos artigos que *O mundo português* vem publicando há oito anos. Com a consciência tranqüila diante do dever cumprido, cada um desses incansáveis professores poderá dizer um dia: “*Feci quod potui, faciant meliora potentes*”.

Castelar de Carvalho

*

ALVAREZ, Reynaldo Valinho. *Galope do Tempo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997, 259 p.

Informa a “orelha” deste mais recente livro de poemas, que seu autor “escreve poesia, crônica, ficção, ensaio e literatura infanto-juvenil. Publicou mais de vinte e quatro livros e participou de mais de dez coletâneas com outros escritores” e segue-se considerável lista de colaborações, participações, concursos e festivais internacionais; tradução de poemas seus para sueco, italiano, francês, espanhol e macedônio; inclusões em enciclopédias e antologias; premiado por diversas Instituições, inclusive a A.B.L.

Bem-haja Poeta! Aventurados somos por saber que há quem escreve para quem leia, mesmo que não saiba de quem o privilégio: se de quem é bem lido ou se de quem bem sabe ler, pois “O esforço que se faz, lavrando a pedra, / vale se, nela, uma esperança medra”.

Eminentemente lúdico, *Galope do Tempo*, produz, ou melhor, consubstancia, uma harmônica relação significante/significado, aquela que a lingüística consente e a poética ressalta, aliado a uma linha melódica que Haydn apreciaria em suas incursões palíndrométicas, passe o termo.

Acurado texto, poesia ousada, para expressar o novo e o recorrente, na imanência e transcendência, no passeio/devaneio, no galope/marcha, pois “O tempo, o mundo e a poesia: o canto / ilumina a verdade e acende o espanto”.

Dizer da poesia de Reynaldo Valinho Alvarez é percorrer peregrinamente as vias do que podemos sentir (não as “duas que ele teve”), enlaçados com o bom Cesário ou percorrendo as montanhas de Peer Gynt, do suave Grieg, viajando com Colombo e Odisseu (quem sabe Penélope nos espera!) e a partir da enseada amena, Lisboa, saímos mundo a fora, mar a dentro (o de Vigo? de Codax!), deixar de ser para parecer pelo imaginário, ou perecer pelo onirismo jazente de Ofélia (e vem-nos à lembrança a pintura de John Everett Millais): “Como Ofélia, outros dormem. Mas nos falamos, / com vozes carinhosas que não calam”.

Quer dizer mais de *Galope do Tempo* é patentear a pobreza de nós leitores, avarentos que pretendemos reter ausentes sensações como se fossem intimamente nossas, deixando ao poeta o papel de apenas nosso “subordinado”, aquele exteriorizador dos sentidos, sentimentos que não conseguimos manifestar, pois já disse Camões que nos “falta saber, engenho e arte”.

Pelo menos, somos devotos amadores do Poeta e co-autores de sua obra, já agora nossa, e participar de um novo despertar:

O fim de um livro é a porta para o nada,
se não se vê no início uma alvorada.

.....
Se não se vê no início uma alvorada,
o fim de um livro é a porta para o nada.

Antonio Basilio Rodrigues

*

VARELA, Maria Helena. *Labirintos e Mapas*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1998, 118 páginas.

A autora, enquanto em Portugal, sua terra natal, dedicava-se ao ensino da Filosofia, do Pensamento Português e da Antropologia e lá publicou o primeiro livro de poesia, *Alegoria do Ser*.

Mas um dia deixou-se alongar olhos e “pensamento” por outra terra e agora é professora visitante de Literatura Portuguesa e História das Idéias na Universidade Federal Fluminense, como reconhecimento pela capacidade sobrejamente demonstrada na Tese de Doutorado, PUC/RJ, *Heterólogos em Língua Portuguesa*, publicada igualmente pela Editora Espaço e Tempo.

Labirintos e Mapas, diz-nos o Professor José Carlos Barcellos, “é um livro que marca um novo patamar no diálogo poético entre Portugal e o Brasil” e, aludindo à formação da poetisa, acrescenta: “É dentro de uma tradição poética não apenas lírica ou épica, mas também filosófica, que surge a inconfundível dicção da poesia que ora se nos oferece”.

O crítico literário interessado e atento logo oferece o manancial de sua bagagem teórica para nos significantes, signos e símbolos, nos ideologemas, variantes e invariantes, metáforas, conotações, temas e formas, evidenciar – com justa propriedade – o valor e a ressonância do texto poético de Marta Helena Varela. Para nós, todavia, menos leitores, a autora revela-se uma “navegadora” em águas – ou espaços – muito suas, ampliando caminhos e enfrentando tempestades; extremamente sensíveis para afrontar fogo e vento, viver sóis e chuvas no inesperado da descoberta e na descoberta do inesperado, em plena excitabilidade e sintonia ampla: “poeta e navegante, / Próximo e distante”, além – ou qualquer outro advérbio – do “Maldito *cogito*, Maldito super ego, / Maldita culpa original... / Ocidente milenário que me pesa e grita / E não me deixa viver / Nem ser eu, / Mulher”, para “Amar e navegar”.

Cada Mapa registra uma viagem, cada texto reflete uma miragem: “instante sem futuro”, “esfinge que jamais responde”, “imagens do que fui” e constrói um Labirinto cujo Minotauro é/há “uma Mulher, / Um passivo ativo sem gênero / Nem número, / Sem dogma nem seita, / Um eterno fluir; / Um *poder ser* intempestivo / Que sente, quer e pensa, / Avança e silencia essa diferença / Na força virtual de seu *por-vir*”.

Labirintos e Mapas é um livro de poesia que pensa, ou um ensaio filosófico que sente, ou qualquer outra coisa ou apenas tudo.

Cada leitor terá sua própria experiência e saberá ler e viver sua essencial viagem. *Sentir? Sinta quem lê!*

Antonio Basilio Rodrigues

*

COSTA, Marcos de Farias. *João Ribeiro. Bibliografia anotada e comentada*. Maceió, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer/Sergipe, 1998 – 154 páginas.

Marcos de Farias Costa entrega à pesquisa dos que se dedicam ao estudo de João Ribeiro – por Marcos considerado, com justiça, “uma das figuras mais fascinantes da história cultural brasileira” – uma relação com 562 títulos, uns especificamente sobre João Ribeiro e outros que a ele vêm a fazer referência. Além dos comentários que orientam para aquilo de que trata cada título, M.F.C. apresenta João Ribeiro em dois textos de sua autoria: “O subversivo João Ribeiro” e “O irreverente João Ribeiro”, nos quais fala de aspectos marcantes da personalidade daquele que foi, incontestavelmente, um precursor em várias linhas de estudo, defendendo e propagando idéias e posições que vieram a ser, bem mais tarde às vezes, igualmente propagadas e defendidas. Era ele veemente na defesa da legitimidade dos nossos modos de dizer, de nossos usos lingüísticos, na condenação das “caturrices gramaticais” dos que buscavam impor normas para o “bem escrever.” “É difícil, porém, determinar o limite da boa e casta linguagem entre as caturrices gramaticais e as novidades revolucionárias”, sabia João Ribeiro, que, não dispensando a ironia que lhe era peculiar, igualmente dizia que escrevera uma gramática para livrar-se “desse monstro” e errar à vontade.

Foi decisiva a contribuição de João Ribeiro para os estudos de História do Brasil e da nossa cultura popular. Para esses e outros aspectos chama a

atenção Marcos de Farias Costa, numa obra a ser consultada como um verdadeiro índice sobre o que escreveu João Ribeiro e sobre o que dele se veio a escrever, sua fortuna crítica. Marcos aponta caminhos para futuras pesquisas, sugerindo temas. É o que faz, por exemplo, com referência às contribuições de João Ribeiro para jornais, as quais, conclui, promovia “um verdadeiro diálogo com a massa cinzenta”, “estimulando a marcha do intelecto”.

João Ribeiro. Bibliografia anotada e comentada divide-se em Bibliografia crítica, Iconografia, Bibliografia de João Ribeiro, fechando-se com uma *Antologia*, com textos de Otto Maria Carpeaux (texto publicado em julho de 1962), Elíseo de Carvalho, José Lins do Rego e Manuel Diegues Júnior (textos publicados em 1907, fev./1926 e fev./1954, respectivamente). A *Iconografia* apresenta fotos que nos mostram João Ribeiro em vários momentos, não faltando a observação de M.F.C. de que “cada fotografia de João Ribeiro revela curiosa mudança fisionômica. Vêm-se múltiplos semblantes que sugerem, de algum modo, a multiplicidade de seu espírito e do seu talento”.

Com seu trabalho, Marcos de Farias Costa nos apresenta várias das múltiplas faces e facetas deste historiador, artista, especialista em vários estudos, crítico de idéias, dentre outras tantas coisas, que foi “um dos melhores e dos mais belos nomes que aí surgem dos alvoroços e tumultos da nossa atividade literária”, no dizer de Elíseo de Carvalho (1907). Na modéstia e seriedade dos que se sabem tributários dos que o antecederam, vem Marcos a declarar que seu trabalho “não passa de uma ampliação crítica do opúsculo esgotado *João Ribeiro. Bibliografia sobre a sua obra* (Rio, MEC, 1960. 45p.), de autoria de Antônio Simões dos Reis. Seu trabalho, porém, é muito, muito mais do que afirma. Não poderia ser diferente, uma vez que é ele resultado de “quase um ano e meio de pesquisa”, com “acréscimos e superacréscimos feitos laboriosamente, *giorno topo giorno*”, como ele mesmo afirma. Para tanto, valeu-se Marcos de vários autores, por ele lembrados, aqui e ali, em seu texto.

Curiosa é a observação de que, na segunda metade desta década de 90, três obras sobre João Ribeiro foram publicadas entre nós: *João Ribeiro. Sempre*, de Núbia Marques (Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1996. 226p.), *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil. Sílvio Elia e João Ribeiro* (Rio, Tempo Brasileiro/FEUC, 1997. 130p.), de Hilma Ranauro, e este *João Ribeiro. Bibliografia anotada e comentada* (Maceió, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer/Gov. de Sergipe, 1998. 154p.), de Marcos de Farias Costa.

Mas ainda estamos em débito com essa figura singular que é João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, o João Ribeiro, cuja obra “está a merecer um estudo cuidadoso e de grande envergadura analítica”, diríamos com apoio em

Núbia Marques (*op. cit.* p. 51). Para esse estudo deixa importante contribuição Marcos de Farias Costa, tradutor, ensaísta, poeta, ficcionista, que fica a nos dever uma História Literária de Alagoas, prometida a Jackson da Silva Lima, autor de “Um reinventor de formas e idéias”, texto de apresentação deste *João Ribeiro. Bibliografia anotada e comentada.*

Hilma Ranauro

*

MESSNER, Dieter. *Dicionário dos Dicionários Portugueses*. Institut für Romanistik der Universität Salzburg. Vol. VI, ALA-ALG, 1997; Vol. VII, ALH-ALZ, 1998; Vol. VIII, AM, 1998.

Prossegue, com extraordinária regularidade, a publicação desta obra monumental, graças à competência e à operosidade do Prof. Messner e da sua equipe, e ao apoio das instituições que patrocinam o empreendimento. De início, julgamos oportuno apresentar um resumo da parte já publicada, indicando as datas e o número de páginas de cada volume:

Vol. I	ABA-ABC	1994,	IX	+ 298	págs.
Vol. II	ABD-ABU	1994,	XXI	+ 428	págs.
Vol. III	AC	1996,	XIII	+ 710	págs.
Vol. IV	ADA-AFU	1996,	XIX	+ 657	págs.
Vol. V	AGA-AJU	1995,	XXVI	+ 462	págs.
Vol. VI	ALA-ALG	1997,	XII	+ 667	págs.
Vol. VII	ALH-ALZ	1998,	XII	+ 609	págs.
Vol. VIII	AM	1998,	XIII	+ 519	págs.

Como referimos na nossa 3.^a resenha, publicada no n.º 13 desta Revista, às págs. 117-118, de 1997, o Prof. Messner publicou também um volume com a letra U, com o propósito de verificar se houve algumas alterações de critério, por parte dos lexicógrafos, entre o começo da letra A e os das últimas letras do alfabeto.

Apraz-nos, uma vez mais, ressaltar a importância e a magnitude deste *Dicionário*, e transmitir ao seu autor e aos seus colaboradores os nossos mais calorosos aplausos, augurando-lhes um futuro pleno de realizações.

A. G. Cunha

NOTICIÁRIO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, com o patrocínio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, promoveu, entre os dias 5 e 9 de outubro último, o II Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, sobre o tema A linguagem e o texto; Interações. Durante o congresso realizaram-se conferências e minicursos a cargo de professores de reconhecida notoriedade no país.

*

O Instituto de Pesquisas Lingüísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo promoveu de 1.º a 2 de maio deste ano o 7.º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, acerca do tema Dimensões do Ensino e da Pesquisa em Língua Portuguesa, sob a coordenação competente da Prof.ª Dr.ª Neusa Barbosa Bastos e sua incansável equipe de colaboradores. Apresentaram comunicações professores brasileiros e estrangeiros, e ofereceram-se variados minicursos a que concorreram numerosos interessados participantes. Esperemos que não demorem a sair as atas deste encontro que repetiram, sem dúvida, o alto nível dos congressos anteriores.

A mesma coordenadora do IP-PUC/SP fez realizar, em 26 de novembro, o 1.º Encontro de Historiografia Lingüística, que, por proposta da Prof.ª Dr.ª Cristina Altman, se incorporaria como o 4.º Encontro de Historiografia Lingüística. Dela participaram, além de Cristina Altman, os Profs. Drs. Aryon Dall’Igna Rodrigues, Maria Carlota A. P. Rosa, Even Hovdhauger e Evanildo Bechara. Na ocasião, pela ordem dos conferencistas citados, foram abordados os seguintes temas: o papel e trabalho do GT de Historiografia Lingüística, as atividades iniciais da Lingüística no Brasil nos incios de 1968, a importância de um texto anônimo para a história dos estudos lingüísticos, a obra de M. Said Ali e, finalmente, a lingüística missionária, tema este tratado pelo lingüista norueguês Even Hovdhauger.

*

Nos dias 21, 22 e 23 de setembro realizou-se na Universidade do Estado do Rio de Janeiro o II Encontro Nacional de Filologia, em homenagem aos 70 anos do Prof. Evanildo Bechara, que teve como organizadores os Profs. Carlos Alberto Short e Fátima Grandim. Na sessão de abertura, proferiu a homenagem da Academia Brasileira de Filologia o seu Presidente, o Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho.

Foram durante o Encontro proferidas as seguintes palestras: 1) Evanildo Bechara: o homem, o mestre, o amigo (Carlos Alberto Short); 2) Estudo analítico e interpretativo da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (Valter Kehdi); 3) A pronúncia do português quinhentista (Antônio Martins de Araújo); 4) Do latim aos falares mineiros (Mário Roberto Zágari); 5) Pressupostos teóricos para uma gramática da língua portuguesa (Walmírio Macedo); 6) Aspectos da língua portuguesa no século XV (Eneida Monteiro Bomfim); 7) A contribuição de M. Said Ali aos estudos lingüísticos no Brasil (Evanildo Bechara); 8) Crônicas de Machado de Assis ou crônicas machadianas (Horácio Rolim de Freitas); 9) A Filologia Românica na UERJ (Fátima Grandim); 10) Atividade filológica de Manuel Bandeira (Maximiano de Carvalho e Silva); 11) A Lexicografia no Brasil hoje (Antônio Geraldo da Cunha); 12) Sincronia e diacronia; pancronia (Jayr Calhau).

As sessões estiveram sob as presidências de Antonio Gomes da Costa, do Real Gabinete Português de Leitura, Sílvio Elia, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Alvacyr Pedrinha, Castelar de Carvalho, Olmar Guterres da Silveira, Gladstone Chaves de Melo, Antonio Hauila, Adriano da Gama Kury, Ignês Maria de Pontes Vieira e Manuel Pinto Ribeiro.

Ao encerrar o II Encontro, usou da palavra o Prof. Cláudio Cezar Henriques, Diretor do Instituto de Letras da UERJ, ressaltando a importância do evento e o trabalho científico do homenageado.

*

De 16 a 19 de novembro último, o Colégio Pedro II, na pessoa do Diretor-Geral Prof. Dr. Wilson Choeri e a Academia Brasileira de Filologia promoveram o Seminário de Língua Portuguesa em comemoração à passagem do 1.º centenário de nascimento de Clóvis do Rego Monteiro (10.9.1898-13.7.1961), Catedrático e Diretor do Colégio Pedro II e membro fundador da ABF. Constatou o encontro de palestras em torno dos variados domínios por que se estende a obra do competente filólogo e lingüista brasileiro: Clóvis Monteiro e o português do Brasil (Leodegário A. de Azevedo Filho); Clóvis Monteiro, a renovação dos estudos de sintaxe e fundamentos clássicos do português do Brasil (Olmar

Guterres da Silveira); Clóvis Monteiro e os estudos de morfologia da língua portuguesa (Horácio Rolim de Freitas); Clóvis Monteiro e a historiografia literária no Brasil (Leodegário A. de Azevedo Filho); Clóvis Monteiro e a ortografia da língua portuguesa (Jayr Calhau); Clóvis Monteiro e a Linguagem dos Cantadores (Eneida Monteiro Bomfim); Clóvis Monteiro e a Nova Autologia Brasileira (mesa-redonda com Jayr Calhau, Maria da Glória Souza Pinto e Manuel Pinto Ribeiro).

Ao fim do Seminário, a Prof.^a Dr.^a Eneida Monteiro Bomfim, filha de Clóvis Monteiro, ocupa cadeira da Academia Brasileira de Filologia a cuja vaga concorrera, sendo, na oportunidade, saudada pelo Prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira.

*

A Associação Internacional de Lusitanista realizará em agosto próximo, de 8 a 13, seu 6.º Congresso, com sessões na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense. A coordenadora do evento é a Prof.^a Dr.^a Cleonice Berardinelli. A temática do Congresso é de natureza bastante abrangente, contemplando diversas áreas, como lingüística, literatura, cultura, história, filosofia. A língua oficial do Congresso é o português.

Poderão participar pesquisadores, professores e estudantes universitários que se dediquem às áreas contempladas no evento.

Até 31 de janeiro as taxas de inscrição são as seguintes: sócios da AIL (US\$ 70), não sócios (US\$ 120), estudantes (US\$ 35).

Depois de 31 de janeiro: sócios (US\$ 100), não sócios (US\$ 170), estudantes (US\$ 40).

No Brasil, os pagamentos serão feitos em nome da tesoureira do 6º Congresso Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Banco do Brasil 001, Agência Icaraí 2907-6, conta corrente n.º 60390-2).

Em Portugal poder-se-á fazer o pagamento em nome de Sebastião Pinho, mediante vale de Correio Internacional, de eurocheque em escudos ou de Cartão de Crédito (Visa, Mastercard, American Express).

O prazo para entrega dos títulos e resumos das comunicações é o dia 31 de março.

*

VASCO DA GAMA E A EXPANSÃO PORTUGUESA

Realizou-se, de 21 de setembro a 23 de novembro, o Ciclo de Conferências “Vasco da Gama e a expansão portuguesa”, promovido pelo Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, incluindo temas de História Náutica, Língua e Literatura Portuguesa.

Durante oito segundas-feiras os participantes e assistentes do Ciclo tiveram oportunidade de ouvir, ver e debater matéria relativa à histórica viagem de Vasco da Gama, antecedentes e conseqüências, a saber:

Em busca do Oriente: a abertura do Atlântico, por Alnte. Max Justo Guedes; Formas lingüísticas do português quinhentista, pelo Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho; A importância das viagens portuguesas na História do Futuro de Antônio Vieira, pelo Prof. José Carlos Barcellos; O Gama dos Lusíadas, pelo Prof. Sílvio Elia; O descobrimento do Outro pelos portugueses (na perspectiva de Zurara, Pina e Góis, pela Prof.^a Maria do Amparo Maleval; Camões plasmador do português moderno, pelo Prof. Gladstone Chaves de Melo; Viajando com Fernão, pelo Prof. Júlio Carvalho; A língua companheira das naus, pelo Prof. Evanildo Bechara.

*

No dia 12 de setembro último a Academia Brasileira de Filologia, fundada em 26 de agosto de 1944, homenageou os acadêmicos Gladstone Chaves de Melo e Sílvio Elia, este o último membro fundador vivo àquela quadra. Na ocasião, entre outros pares, falou o acadêmico Evanildo Bechara, ressaltando o valor intelectual e moral dos homenageados e assinalando o alto valor de suas produções lingüísticas e filológicas. Encerrando a sessão, agradeceram Gladstone e Sílvio as demonstrações de afeição e carinho de seus colegas e, nessa ocasião, Sílvio proferiu as palavras que registramos aqui:

“Rio de Janeiro, 29 de agosto de de 1998

Meus bons amigos,

Quero agradecer, do fundo do coração, a singela mas expressiva homenagem que acabo de receber. Sou de fato, pela graça de Deus, o único fundador sobrevivente desta valorosa e valiosa instituição que, há cinqüenta e quatro anos, vem prestando ao Brasil, com incansável dedicação e alta competência, o serviço civil de zelar pela conservação e enriquecimento do patrimônio intelectual que nossos maiores nos legaram, consubstanciado num saber filológico e lingüístico que não nos permita empalidecer no convívio com nossos pares deste pequeno mundo à beira do terceiro milênio.

O nosso mérito está em servir, na medida dos dons recebidos do Criador. Essa, a parte da Natureza, mas que deve ser completada com outra, a trazida pelo Homem, a qual, pesa-me dizê-lo neste momento festivo, vejo em triste regressão. O *homo oeconomicus* suplantou o *homo sapiens*, a ponto de, hoje, quando se fala em *cultura*, dela se retira o traço *inteligência*. E o resultado está gritante a nossos olhos: o ingurgitamento da economia destruiu a economia. E uma das mais miseráveis facetas do processo é, em nosso país, a vergonhosa marginalização imposta ao magistério.

Na verdade, não era disso que vos vinha falar, e sim da minha alegria e reconhecimento por vos terdes lembrado tão gratamente deste velho militante das letras e dos estudos filológicos. Fiz o que pude, dentro das minhas limitações e dos recursos de que dispus. Se nisso encontrastes algum mérito, certamente é fruto da vossa magnanimidade e do vosso espírito de fraternal solidariedade. Agradecimento especial trago a esta esplêndida instituição, o que concretizo na pessoa do seu infatigável Presidente, Prof. Leodegário Amarante de Azevedo Filho, que com nobre desprendimento, capacidade e arraigado amor à cultura do espírito, vem, como bom timoneiro, pondo-a sempre no rumo certo das cousas sublimadas, que fazem a existência apetecida e a pátria agradecida.

A todos muito obrigado e que Deus vos recompense desse gesto que tanto me sensibilizou.

Silvio Elia ”

*

CONGRESSO INTERNACIONAL PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Raymond Cantel, eminente veiriano, referindo-se ao grande orador, escreveu:

A eloquência é uma arte da palavra falada e não da escrita. Eis porque é evidente que, mesmo na hipótese mais favorável, quando a transcrição dum discurso é rigorosamente fiel, não podemos conhecê-lo, senão duma maneira imperfeita, se o não ouvimos dito por seu autor.

Ao ler estas palavras, vem-nos o desejo, infelizmente vão, de também “lançar tapetes de madrugada em São Roque para ouvir o Padre Vieira”, como disse um dia D. Francisco Manuel de Melo e lembrou o Prof. Aníbal de Castro na inauguração deste Seminário, no Liceu Literário Português. Lançar tapetes a marcar o lugar para ter o privilégio de deixar-se enlevar por suas palavras, por sua voz – como seria a voz do Padre Vieira? Há referências elogiosas a ela.

Mas que referências verbais, por mais expressivas que sejam, reproduzem o som único e personalíssimo da voz humana? E seus gestos? Num dos mais divulgados de seus retratos, vemos-lo de mão estendida, talvez persuasiva, e é só. E ficamos – ou fico eu – a imaginar o que seria vê-lo e ouvi-lo a falar, a sublinhar as frases com movimentos retilíneos, ou a marcar, com mãos e braços ágeis ou lentos, com um mover mais acentuado da face, com uma cintilação mais viva dos olhos... que sei lá? – seus jogos verbais, seus períodos longos e sinuosos, os vai-vens da astuciosa argumentação.

Faço-me esta pergunta cada vez que lhe releio os sermões. Nestes últimos dias, ao ouvir falar de sua obra, dos vários aspectos que nela se focalizaram, da sua rica personalidade, ao ouvir citar seus textos, mais se acendeu o tal desejo vão de ser não apenas sua leitora, mas sua ouvinte, mais ainda, sua espectadora, fosse na igreja de São Roque, fosse em qualquer outra igreja de Lisboa, da Bahia, do Maranhão, de Roma, fosse na Confraria dos Pretos, a cantar a fineza do amor de Cristo – “dilexit eos usque ad finem”, em português ou em italiano –, a louvar qualidades e criticar defeitos dos pregadores, a interpelar o Senhor, concitando-o a ajudar os que o seguem e reverenciam, a comparar os sofrimentos dos negros escravos aos do Cristo, a verberar os que os escravizam, a conduzir-nos pelos meandros do seu raciocínio habilíssimo, persuadindo-nos de que nos está levando à conclusão certa e dissuadindo-nos em seguida, encantando-nos, enfim, com seu duplo poder de seduzir e de lançar encantamento. Na verdade, além de tudo mais, esse sacerdote cheio de fé em seu Deus, esse estrategista, esse hábil diplomata, esse defensor dos marginalizados, era um mago, ou, melhor, ainda o é.

O que espanta é saber que Vieira não considerava os seus textos oratórios o melhor de sua obra. Em 1696, exprime a pena que tem de ser forçado a deixar de lado o que achava mais importante – seus textos proféticos – para cuidar da edição dos sermões:

Só sentirei que este tempo me falte para pôr a última mão aos quatro livros latinos *De Regno Christi in terris consummato*, por outro nome *Clavis Prophetarum*, em que se abre nova estrada à fácil inteligência dos Profetas, e tem sido o maior emprego de meus estudos.

De seus sermões infelizmente não há manuscritos; temos de contentar-nos com as edições *princeps*. Sabemos também que os textos de que dispomos não eram exatamente os que pronunciava. Vieira os publicou muito mais tarde, já velho e doente, surdo, quase cego e com a mão direita paralisada. Começa a preparar a edição aos 71 anos e vai terminar o 13.º volume aos 89. Em 1687, dez anos antes de morrer, escrevera, num momento de desânimo:

A isto se acrescenta, com a falta de sentidos, a das mesmas potências da alma; porque já a memória não se lembra, nem o entendimento discorre, nem a mesma vontade enfatiada se aplica com gosto ao que sem ele é violência e martírio.

Se a decadência física de Vieira é real nos últimos anos de sua existência, não é menos verdadeiro que suas faculdades intelectuais permanecem espantosamente intactas até ao fim. Contam-nos seus biógrafos que ele lutava para continuar o seu trabalho. Cercou-se de secretários que lhe liam seus manuscritos. Em seguida, ditava o texto definitivo, depois de tê-lo meditado e pronunciado em voz alta. E cá está de novo a voz que se perdeu, e que, a essa altura, já seria apenas a sombra esbatida do que fora, quando, diante de um auditório seduzido, “comprovava” as suas profecias, apoiando-se em passagens bíblicas, como já o haviam feito outros comentadores que em Isaías encontraram antecipações da ação dos portugueses.

Vieira espera que D. Sebastião venha cumprir o destino português de implantar o reino de Cristo no mundo, enquanto há esperança de que esteja vivo.

Perdida a esperança, transfere a missão de salvador ao rei D. João IV, que restaurara a liberdade pátria. Numa série de argumentações bastante discutíveis, algumas verdadeiros sofismas, Vieira defende a nova posição com o ardor com que defendera a anterior. Mas D. João, seu grande protetor, morre em 1656, sem ter cumprido a promessa que não fizera, que lhe fora imposta como lugar tenente de D. Sebastião. E Vieira, não querendo ceder à dura desilusão, prega o sermão das exéquias do rei, no qual anunciava a sua próxima ressurreição. O sermão se perdeu, mas ele o relata em longuíssima carta a um amigo de que citamos breve passo:

O Bandarra é um verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que El-Rei D. João IV há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando: logo El-Rei D. João o IV há-de ressuscitar.

Esta carta foi publicada várias vezes sob o título de *Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo, primeira e segunda vida de el-rei D João o quarto, escritas por Gonçálianes Bandarra e comentadas pelo padre Antônio Vieira*.

A essa altura, Vieira tinha 48 anos incompletos. E vai empurrando o sonho: primeiro, para D. Afonso VI, depois, Pedro II, depois os dois filhos deste. E não estava sozinho. Muitos padres abraçaram a causa.

D. Afonso, porém, nada tinha para ser o predestinado. Vieira convence-se de que D. Afonso poderá participar do plano divino, não por si, mas juntamente com seu irmão, D. Pedro. Mantém sua esperança à custa de raciocínios e

interpretações de sinais estranhos e transfere sua confiança para 1679. Em 1681, dois cometas aparecem no céu do Brasil. D. Afonso morreu no ano anterior. Será D. Pedro. Em 1683, um eclipse em Roma. Vieira recorda o Bandarra: “O texto se há-de cumprir / Primeiro, senhor em Roma.”

Em 1688, chega à Bahia um barco e nele a notícia de que a rainha teve um filho. Vieira profere um Sermão em Ação de Graças onde, fazendo um acerto nas contas do Bandarra, descobre que uma das profecias por ele feitas pode calhar a este príncipe:

Digo que este Príncipe fatal, tantos séculos antes profetizado, e em nossos dias nascido, não só há de ser Rei, senão Imperador.

e ainda:

Digo que este Império não será o de Alemanha, nem outro algum dos que até agora adquiriu o valor, ou repartiu a fortuna; mas um Império novo, maior que todos os passados, não de uma só nação ou parte do mundo, mas universal e de todo ele.

A essa altura, porém, o príncipezinho, já estava morto. O sabê-lo atinge brutalmente o pobre visionário. Exclama: “Vivo e morto! Dado e outra vez negado! E em espaço de dezoito dias!” E arranca das magoadas entranhas a explicação: Deus tinha arrebatado o futuro imperador do mundo ao afeto dos portugueses para lhe dar a posse de seu império no céu, para que o mesmo filho varão, que nascia para Imperador do mundo, fosse logo levado ao Céu, a tomar a posse do Império, para que Deus o tinha destinado.

Mais um barco, com cartas da metrópole: a rainha está novamente grávida. Vibra o orador e sobe ao púlpito para dizer que o novo príncipe será aquele que exercerá a soberania na terra, reinando assim os dois – um no céu, outro na terra, um Imperador nunca visto, nem imaginado, composto de dous, um vivo e outro morto.

Isso se passa em 1688. Vieira tem 80 anos. Viverá mais 9, sempre confiante no destino do reino. Em junho de 1697, ainda testemunha a sua confiança nas profecias que prometiam a Portugal o império do mundo: ‘Eu tenho por certo que os fins hão-de ser felicíssimos ao nosso reino e nação mas os meios, antes deles, de igual dificuldade e perigo’.

No dia 18 de julho de 1697 morre, levando consigo todos os sonhos que acalentou a vida inteira. Levando-os todos? Talvez não. Deixando deles o suficiente para a semente. E aqui, nesta sala, nestes dois dias, ao falar de Vieira, vozes autorizadas e também sedutoras citaram toda uma genealogia de “profetas”, anteriores e posteriores ao nosso homenageado, que, como ele, teriam saído a semear a sua semente pela palavra escrita. Faltou-lhes todavia a comu-

nicação direta da fala, daquela que será mais breve, mas – parodio Vinicius de Moraes “eterna enquanto dure”.

Comecei pelo desejo inexequível de ouvir Vieira, continuei pelo desejo realizado de ter ouvido os nossos convidados falar de Vieira, terminarei pela saudade de uma voz que já se fez aqui ouvida em outro Seminário e que não conseguimos recuperar neste, mais solene e realizado em data mais especificamente vieiriana. Uma voz sem dúvida das mais autorizadas para falar do nosso homenageado, pelo conhecimento profundo e extenso que tinha de sua obra, pela finura de sua análise, pelo domínio do contexto em que se moveu o autor. Homenageando Vieira, todos nós aqui reunidos, proponho que dediquemos este nosso Seminário à memória da jovem e querida colega e invulgar pesquisadora Margarida Vieira Mendes.

Cleonice Berardinelli

*

O CONGRESSO ANCHIETANO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(25 a 29 de outubro de 1998)

comemorativo dos 450 anos do Colégio das Artes e da presença do Padre José de Anchieta entre os primeiros alunos da instituição

O ano de 1998 assinalou entre outros acontecimentos os 450 anos de fundação, a 21 de fevereiro de 1548, do Real Colégio das Artes em Coimbra, anexo à Universidade, de cujo corpo docente fizeram parte algumas das maiores figuras entre os humanistas portugueses da época. Em outubro daquele mesmo ano de 1548, recém-chegado da sua terra natal – San Cristóbal de La Laguna, na ilha de Tenerife – o jovem José de Anchieta, que já sentira inclinação para a vida religiosa, se matriculou como aluno da instituição, onde nos dois anos seguintes, sob a forte influência de grandes mestres como Diogo de Teive, teria uma formação cultural de nível superior, passando em pouco tempo a falar e escrever correntemente em duas outras línguas, o português e o latim. Naqueles pouco mais de quatro anos em Coimbra, José de Anchieta teve oportunidade de através dos ensinamentos de seus mestres e de muitas leituras aprofundar-se em conhecimentos filosóficos, doutrinários e teológicos, especialmente ao ingressar como noviço na Companhia de Jesus. A passagem de Anchieta por Coimbra foi portanto altamente proveitosa, como os anos seguintes de sua atuação de missionário do Novo Mundo iriam demonstrar.

A vida do Padre José de Anchieta compreende três etapas sucessivas: a dos 14 anos iniciais – 1534 / 1548 – passados em Tenerife; a dos pouco mais de

quatro anos seguintes – 1548 / 1553 – na cidade de Coimbra; e finalmente os 44 anos vividos exclusivamente no Brasil – 1553-1597, em permanente desempenho da ação missionária a que se devotou incansavelmente, sem nunca ter regressado à Europa. Essas circunstâncias especiais fizeram dele um patrimônio dos três países em que viveu e a que está ligado por fortes vínculos – Espanha, Portugal e Brasil. Foi no Brasil que desempenhou o notável papel de aglutinador dos elementos da cultura espanhola, da cultura portuguesa, da cultura brasileira e das culturas indígenas, dos quais tinha fundados conhecimentos, e dos quais também se utilizou na composição da sua obra literária.

Pode-se afirmar que por múltiplas razões a grandeza da figura humana de José de Anchieta é reconhecida pelas raras virtudes de que ao longo da vida nos deu provas incontáveis, pois em meio às maiores provações, no desempenho da ação missionária, dedicou-se com extremado amor ao trabalho de catequese dos índios e de evangelização dos colonizadores portugueses. Todavia, é preciso reconhecer por outro lado que os feitos mais notáveis e a relevância dos escritos que nos legou e lhe conferem o título de fundador da literatura brasileira só são suficientemente conhecidos de um grupo de estudiosos e pesquisadores que se tem dedicado aos estudos anchietanos. Como dados fundamentais para a avaliação do que foi aquele primeiro século da formação histórico-cultural-religiosa do Brasil, precisam portanto com toda a urgência ser levados ao conhecimento de inúmeros professores de história, de história da cultura e da literatura, de história da Igreja, e até de membros da hierarquia católica, de sacerdotes e seminaristas, de tal modo que se tenha a verdadeira dimensão da figura e da obra missionária do grande Apóstolo.

Tendo plena consciência – pela sua participação nas comemorações do quarto centenário da morte de Anchieta em 1997, como o Congresso Internacional na Universidad de la Laguna (9 a 14 de junho) ou o programa realizado em São Paulo – de que devia ampliar-se ainda mais o debate sobre os temas anchietanos, o Professor Doutor Sebastião Tavares de Pinho teve a feliz idéia de propor a realização de um Congresso Internacional na Universidade de Coimbra, onde tem atuação destacada como professor de estudos clássicos, com o objetivo que seria anunciado logo na 1.^a Circular de “promover um debate alargado sobre a presença e formação de Anchieta em Coimbra, como aluno da instituição universitária, e acerca da sua poligráfica produção literária em geral e da humanística em particular, a fim de a tornar mais conhecida em Portugal, de cuja história político-cultural a mesma obra constitui inegável e importante documento”.

Aprovado o seu plano, que contou sem demora com o apoio de três dos mais importantes centros de estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – o Instituto de Estudos Clássicos, o Instituto de Estudos Brasileiros

e o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – estabeleceu-se o período de 25 a 29 de outubro de 1998 para a realização do Congresso Internacional “Anchieta em Coimbra – 450 anos – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)”. Da Comissão Organizadora fizeram parte o idealizador do projeto (Presidente da mesma) e mais os professores Maria Aparecida Ribeiro (Diretora do I.E.B.) e José Ribeiro Ferreira (Diretor do I.E.C.). Inúmeras instituições portuguesas, brasileiras e estrangeiras deram o seu apoio ao empreendimento, e outras tantas nele se fizeram representar pela presença de professores e pesquisadores.

O programa das sessões de trabalho – sessões plenárias e sessões simultâneas – se desenvolveu com a apresentação de conferências e comunicações, que despertaram vivo interesse dos mais de 500 inscritos no Congresso. Foram convidados a proferir conferências nas sessões plenárias os professores e pesquisadores Aires Augusto Nascimento (Lisboa), Aires Rodeia Pereira (Aveiro), Américo da Costa Ramalho (Coimbra), Amadeu Torres (Braga), Ana Balmori Padesca (Lisboa), Aníbal Pinto de Castro (Coimbra), Antônio Alexandre Bispo (Colônia – Alemanha), Antônio de Oliveira (Coimbra), Artur Anselmo (Lisboa), Bartomeu Melià (Assunção – Paraguai), Bernard Pottier (Paris), Carlos Ascenso André (Coimbra), Carlos Kalil Tannus (Rio de Janeiro), César Augusto dos Santos (São Paulo), Cleonice Berardinelli (Rio de Janeiro), Dulce Maria Viana Mindlin (Ouro Preto), Eduardo de Almeida Navarro (São Paulo), Evanildo Cavalcante Bechara (Rio de Janeiro), Fernando Taveira (Coimbra), Francisco González Luis (La Laguna), Fremiot Hernández González (La Laguna), Gerhard Doderer (Lisboa), Jean Letrouit (Paris), João Manuel Nunes Torrão (Aveiro), João Pedro Mendes (Brasília), Jorge Alves Osório (Porto), Jorge Morais Barbosa (Coimbra), José Alves Pires (Soutelo), José António Sánchez Marín (Granada), José Augusto Cardoso Bernardes (Coimbra), José Geraldes Freire (Coimbra), José González Luis (La Laguna), José Maria Pedrosa Cardoso (Coimbra), José Oliveira Barata (Coimbra), Leodegário A. de Azevedo Filho (Rio de Janeiro), Maria do Amparo Carvas Monteiro (Coimbra), Maria Aparecida Ribeiro (Coimbra), Maximiano de Carvalho e Silva (Niterói), Nair de Nazaré Castro Soares (Coimbra), Nicolás Extremera Tapia (Granada), Paulo Roberto Pereira (Niterói), Paulo Suess (São Paulo), Pedro Dias (Coimbra), Roseli Santaella Stella (São Paulo), Sebastião Tavares de Pinho (Coimbra), Vilma Arêas (Campinas), Virgínia da Conceição Soares Pereira (Braga), Vítor Melícias (Lisboa) e Walter de Sousa Medeiros (Coimbra). Cerca de 60 outros professores e pesquisadores ainda mais enriqueceram o Congresso com a apresentação de comunicações nas chamadas “sessões simultâneas”. O Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português esteve presente ainda com a participação do Prof. Ricardo Cavaliere, membro do Conselho Consultivo.

Por estes dados se pode avaliar a amplitude e a importância do Congresso, em que pesquisadores portugueses, espanhóis, brasileiros e de outras nacionalidades (Alemanha, França, Paraguai) demonstraram que o trabalho missionário e a obra literária do Padre José de Anchieta fazem dele, sem nenhuma dúvida, como figura humana e como escritor que nos legou extensa obra em quatro línguas (espanhol, português, latim e tupi), um dos grandes vultos da história da humanidade, merecedor de todas as atenções dos que se empenham em ter exata noção dos grandes valores do mundo em que vivemos.

As conferências e comunicações trataram de todos os itens do temário: 1. Aspectos históricos e biográficos; 2. Coimbra no tempo de Anchieta; 3. O Real Colégio das Artes; 4. Anchieta, humanista novilatino; 5. Anchieta, o polígrafo literário; 6. Anchieta, gramático e poliglota; 7. Anchieta, missionário; 8. Anchieta, alteridade e direitos humanos; 9. Fortuna crítica e atualidade da obra de Anchieta. Assim, os mais diversos aspectos da vida e obra do Padre José de Anchieta foram minuciosamente examinados ou reexaminados, principalmente no que se refere à contribuição anchietana à formação da nacionalidade brasileira. Para que se tenha idéia de como se ampliou o estudo e o debate dos temas anchietanos, baste dizer que 9 comunicações trataram de Coimbra no século XVI, do Colégio das Artes ou da presença de Anchieta em Coimbra; 44 – de diferentes aspectos da vida e obra de Anchieta, como a ação missionária que desenvolveu no Brasil; 9 – de Anchieta poliglota, do seu conhecimento de línguas indígenas ou da sua *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*; 14 – do seu domínio da língua latina ou dos seus poemas em latim (língua e recursos de versificação); 17 – da poesia lírica ou do teatro anchietano; e mais 15 – de temas correlatos. Tendo ficado bem claro que devem ter maior aprofundamento e mais ampla divulgação os estudos anchietanos, na sessão de encerramento do Congresso foi aprovada por aclamação a proposta da criação de um centro internacional para coordenar as iniciativas nesse sentido, e designados os professores Sebastião Tavares de Pinho (Coimbra), César Augusto dos Santos (São Paulo) e Francisco González Luis (La Laguna) para elaborarem um anteprojeto de organização e funcionamento dessa entidade, a ser oportunamente submetido à apreciação dos interessados.

Por tudo isto, e uma vez que as próprias pessoas presentes não tiveram condições de assistir a todas as sessões (muitas delas simultâneas), é altamente desejável – e as providências da Comissão Organizadora já estão sendo tomadas nesse sentido – que em breve tenhamos as Atas do Congresso, cuja leitura atenta muito contribuiria como incentivo ao desenvolvimento e revisão dos estudos anchietanos.

Os dirigentes do Congresso prepararam ainda um excelente programa de outras atividades culturais e de atividades sociais para proporcionar a todos

os inscritos proveitosos e agradáveis momentos de convívio, e aos que pela primeira vez estiveram em Coimbra um conhecimento direto de pontos principais da cidade e da Universidade: dia 25 – celebração litúrgica na Capela de São Miguel da Universidade (“Missa em Honra do Beato José de Anchieta”) e recepção e convívio nos claustros de Santa Cruz; dia 26 – abertura da exposição bibliográfica na Biblioteca Geral da Universidade e concerto de música sacra na Igreja da Sé Velha (com a participação do Coral de Letras da Universidade); dia 27 – concerto de canto e órgão na Capela da Universidade; dia 28 – representação de “Anchieta, Nossa História” pelo Grupo de Teatro de São Paulo dirigido por Denise del Vecchio, no Teatro Acadêmico de Gil Vicente; e no dia 29, após o encerramento do Congresso no auditório da Reitoria, jantar e espetáculo musical no Palácio de São Marcos. Na cerimônia da abertura da exposição bibliográfica, fez-se o registro da publicação do catálogo respectivo, com palavras introdutórias do Diretor da Biblioteca, Aníbal Pinto de Castro, e da edição fac-similada, com Apresentação de Sebastião Tavares de Pinho e Introdução de Maria Aparecida Ribeiro, de uma obra rara, a coletânea de textos em latim dedicados a Anchieta organizada por Francisco de Almeida em 1737 com o título *Orfeu Brasílico ou Exímio Harmosta do Mundo Elemental, o Venerável Padre José de Anchieta, Taumaturgo do Novo Mundo e Apóstolo do Brasil*.

Cabe aqui um grande louvor à Comissão Diretora e ao corpo de funcionários da Secretaria que cuidou do exato cumprimento dos programas elaborados e deu permanente assistência aos congressistas. Com efeito, as circulares expedidas em diferentes ocasiões, o libreto com os nomes e endereços dos inscritos e os resumos das conferências e comunicações, as instruções normativas distribuídas aos congressistas e presidentes de sessões – tudo contribuiu para que o Congresso chegasse a bom termo, apesar do número tão avultado de autores de conferências e comunicações (bem mais de 100, ao todo).

Esse Congresso foi um exemplo do que podem fazer as Universidades e do que devem fazer as Universidades católicas brasileiras em favor da causa anchietana e de seus abnegados servidores. É pena que as nossas instituições universitárias, que tantos congressos, simpósios, encontros, ciclos de estudos promovem, sobre os mais variados assuntos, com frequência de interesse tão restrito, não se tenham lembrado de comemorar com a realização de programas de estudos interdisciplinares o quarto centenário da morte de Anchieta. Com efeito, os exemplos de vida do Apóstolo do Brasil, a sua notável contribuição aos estudos históricos, etnográficos e lingüísticos, a sua participação entre nós no grupo dos que começaram a prática pedagógica e as atividades assistenciais e diplomáticas, e o valor dos seus escritos como verdadeiro iniciador da literatura brasileira (poesia, prosa, epistolografia, teatro, com textos em quatro lín-

guas: português, espanhol, latim e tupi) – tudo isto deveria ter sido levado em conta pelas nossas Universidades, sobretudo as católicas, como objeto de reflexões mais amplas e cuidadosas, à luz das novas exigências por que se devem pautar as investigações históricas e literárias na atualidade.

Maximiano de Carvalho e Silva

*

HOMENAGEM A CLEONICE BERARDINELLI

O Liceu Literário Português e o Instituto de Língua Portuguesa se associam às justas homenagens que vão ser prestadas à ilustre professora brasileira pela sua atuação na difusão e no estudo da literatura e da cultura portuguesas entre nós. Com pompa e circunstância, a Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa, por iniciativa do Instituto Camões, promoverá, entre os dias 8 e 10 de fevereiro próximo, um colóquio internacional totalmente dedicado à obra crítica da professora Cleonice Berardinelli, que hoje é Titular da Cátedra Padre Antônio Vieira da PUC-Rio. Esta homenagem porá em relevo não somente os dotes intelectuais de Cleonice Berardinelli, mas também as suas qualidades humanas em torno das quais está hoje reunida uma multidão de amigos, de alunos e de admiradores.

E.B.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

- ANTONIO BASÍLIO RODRIGUES. Professor Assistente de Literatura e de Cultura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Aposentado).
- ANTÔNIO GERALDO DA CUNHA. Lexicógrafo e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autor de dicionários histórico-etimológicos, vocabulários e índices vocabulares.
- ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.
- CASTELAR DE CARVALHO. Professor Doutor em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ; autor dos livros *Para compreender Saussure* (7.^a ed.), *Ensaios gracilianos* (esg.) e *Noel Rosa, língua e estilo* (com o professor Antônio Martins de Araújo); membro da Academia Brasileira de Filologia.
- CLAUDIO CEZAR HENRIQUES. Professor Adjunto de Língua Portuguesa dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Letras da UERJ, membro da Academia Brasileira de Filologia, autor de *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea* (Oficina do Autor, 1997).
- EVANILDO BECHARA. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Professor *Emérito* pela UFF e pela UERJ; nesta atua presentemente como Professor Visitante.
- HILMA RANAURO. Professora Doutora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Autora de livros e vários artigos de sua especialidade.
- HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor adjunto da UERJ (aposentado). Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4.^a ed., Oficina do Autor, 1997).
- JORGE MORAIS BARBOSA. Catedrático de Língua Portuguesa da Universidade de Coimbra autor de vários livros e artigos na área de Lingüística Geral, Lingüística Portuguesa e Filologia.
- MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) do Instituto de Letras da UFF. Ex-diretor do Instituto de Letras da UFF e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Membro da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro. Autor de várias obras de sua especialidade.
- SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim do Colégio Pedro II e Titular aposentado de Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ.